

Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa

LINGUÍSTICA HISTÓRICA DO PORTUGUÊS

Disciplina de Pós-graduação

Maria Clara Paixão de Sousa

2014

A p o n t a m e n t o s

Tema I

O Conceito de Língua Portuguesa
em textos fundamentais dos séculos XVI-XVII

*Assi como em todas as cousas humanas
ha continua mudança & alteração,
assi he tambem nas lingoages.*

*E o que parecia increiuvel,
tambem isto estaa subiecto
ao arbitrio da fortuna:
porque assi como os vencedores
das terras & prouincias
lhes dão leis em que viuão,
assi lhes dão lingoa que fallem.*

Origem da Lingoa Portuguesa

Per Duarte Nvnez de Lião,

*desembargador da casa da supplicação
natural da inclyta cidade de Evora
Dedicada ao Invictissimo e Catholico
Rei D. Philippe o II. De Portugal
Nosso Senhor
Em Lisboa :
Impresso por Pedro Craesbeck*

MDCVI

Sumário

I. O Conceito de Língua Portuguesa em textos fundamentais dos séculos XVI-XVII 6

1. A Construção da língua portuguesa frente ao espaço Ibérico: Introdução 6

Exame de Textos

1532: Fernão de Oliveira. "*Gramática da Linguagem Portuguesa*"

1602: Duarte Nunes. "*Origem da Língua Portuguesa*"

1.1 A área linguística do galego-português

1.1.1 Divisão dialetal atual (breve panorama)

1.2 Formação do território do galego-português

1.2.1 O período pré-românico

1.2.2 O Processo de ocupação romana

1.2.3 A Ocupação germânica e a formação dos reinos medievais

1.2.4 A ocupação muçulmana

1.3 Comentários

2. A Construção da língua portuguesa frente ao espaço Ibérico: Formação do território 26

Exame de textos

1532: Fernão de Oliveira. "*Gramática da Linguagem Portuguesa*"

1574: Magalhães de Gandavo. "*Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingua portuguesa*"

1576: Duarte Nunes. "*Ortografia da Língua Portuguesa*"

1602: Duarte Nunes. "*Origem da Língua Portuguesa*"

2.1 Formação de um "território nacional" da língua portuguesa

2.1.1 Séculos II ac - V dc: Período romano

2.1.1.1 Relembrando as divisões

2.1.1.2 A Lusitania

- Olisipona (Lisboa)

2.1.2 Sécs. V a VIII - Período dos reinos suevo e visigótico

2.1.2.1 Os soberanos visigodos são "*Reis da Espanha*"

2.1.3 Séculos VIII a XI/XV: A Espanha muçulmana, ou: O Andaluz

2.1.3.1 O Andaluz

2.1.3.2 O Algarve e o Vale do Tejo: Portugal muçulmano (715-1249)

- "Algarve"
- Lisboa

2.1.3.3 Os cristãos no Andaluz

- "Moçárabe"
- O Rito Moçárabe
- As Jarchas
- A Aljama

2.1.4 Séculos XI a XV: A "Reconquista" cristã

2.1.4.1 Muçulmanos na Espanha cristã:
o 'problema mourisco' (sécs. XV - XVII)

2.1.5 Século XI: Independência do Reino de Portugal

2.1.6 Reconquista portuguesa

_Toc400518248

_Toc400518249

2.1.7 Consolidação e expansão do território português (sécs. XIV-XV)

2.2 Formação e "Transplantação" da língua portuguesa

2.2.1 A questão do afastamento do galego

2.3 O caso das sibilantes (i)

2.3.1 Divisões internas do galego-português (panorama atual)

2.3.2 Divisões Dialetais do Português continental (panorama atual)

2.3.3 As sibilantes (i)

2.3.4 Um pouco de fonética histórica

3. A Construção da língua portuguesa frente ao espaço Ibérico:

O processo de "elaboração" da língua..... 59

Exame de textos

1532: Fernão de Oliveira. *"Gramática da Língua Portuguesa"*

1574: Magalhães de Gandavo. *"Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingua portuguesa"*

1576: Duarte Nunes. *"Ortografia da Língua Portuguesa"*

1602: Duarte Nunes. *"Origem da Língua Portuguesa"*

3.1 Delimitar e Nobilitar; Codificar e Elaborar

3.2 Das "grandes alterações sociais e políticas":

A crise de 1383 e a fundação da dinastia de Avis

3.2.1 Dinastia Afonsina (1143, Afonso Henriques - 1383)

3.2.2 Dinastia de Avis (1385, D. João I -1580, D. Antonio)

3.2.2.1 Os Avis, o "amor da terra" e seu cronista, segundo A. Saraiva

3.3 Voltando ao problema da "elaboração" da língua

- 3.3.1 Divisões internas do galego-português (panorama atual)
- 3.3.2 Divisões Dialetais do Português continental (panorama atual)
- 3.3.3 O caso das sibilantes (ii)

4. A Construção da língua portuguesa frente ao espaço ibérico: O processo de "elaboração" da língua, ii 69

Exame de textos

1532: Fernão de Oliveira. "*Gramática da Língua Portuguesa*"

1574: Magalhães de Gandavo. "*Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingua portuguesa*"

1576: Duarte Nunes. "*Ortografia da Língua Portuguesa*"

1602: Duarte Nunes. "*Origem da Língua Portuguesa*"

4.1 Pontos a Relembrar

4.2 O caso das nasais

4.2.1 Resumo "Cronológico" das mudanças selecionadas

4.3 A produção escrita primitiva do português (1200-1250) - Um exemplo

4.3.1 "*Essa titubeante invenção do escrever português*": Exame inicial da Notícia de Torto

4.4 "Das dicções velhas", "das dicções novas"...

4.4.1 Exemplos de Contribuições do Latim Medieval

4.4.2 Exemplos de Formas Divergentes (alotrópicas)

4.4.3 Exemplos de Formas Refeitas

I. O Conceito de Língua Portuguesa em textos fundamentais dos séculos XVI-XVII

1. A Construção da língua portuguesa frente ao espaço Ibérico: Introdução

"Antiga nobreza e saber da nossa gente e terra da Espanha, cuja sempre melhor parte foi Portugal".

Exame de Textos

1532: Fernão de Oliveira. "*Gramática da Linguagem Portuguesa*"

1602: Duarte Nunes. "*Origem da Língua Portuguesa*"

Resumo

Esta disciplina tem por objetivo discutir questões teóricas e metodológicas centrais para os estudos em lingüística histórica atuais a partir do exame de textos fundamentais da historiografia da língua portuguesa. A primeira parte do curso será dedicada ao exame de algumas obras representativas da reflexão gramatical dos séculos XVI e XVII, com destaque para um ponto central: a construção do conceito de língua portuguesa frente ao espaço ibérico. Estas páginas resumem o que trataremos na primeira sessão:

- Apresentação da hipótese da faixa ocidental da Península Ibérica como uma região dialetal;
- Discussão das condições sócio-históricas da formação dessa região dialetal (limitada, neste momento, ao período entre a ocupação romana e o século XI);
- Exame e discussão de trechos da *Gramática* de Fernão de Oliveira (1536) e das *Origens* de Duarte Nunes do Lião (1606), a partir dos pontos levantados acima.

Partiremos das palavras de Fernão de Oliveira, que começamos a discutir na aula de apresentação do curso:

"Antiga nobreza e saber da nossa gente e terra da Espanha, cuja sempre melhor parte foi Portugal".

Essas palavras explicitam dos aspectos importantes para a nossa discussão: primeiro, sua referência à "*gente e terra da Espanha*" mostra que precisamos discutir a noção de "espaço ibérico" nessas primeiras obras; segundo, a proposição "*cuja sempre melhor parte foi Portugal*" nos remete à questão da afirmação do português frente aos demais idiomas falados neste espaço. Na reflexão gramatical dos séculos XVI e XVII sobre as origens do português, essa afirmação é um marco fundamental. Seguindo de perto Maria Leonor Buesco (Buesco 1985, 1978), destacaremos dois aspectos centrais nessa reflexão:

- A afirmação da origem latina do português
- A contraposição do português frente ao galego e ao castelhano, em dois movimentos opostos: frente ao castelhano, uma reação vinda de uma percepção de inferioridade; frente ao galego, um exercício de superioridade.

Desses dois aspectos, iremos valorizar, neste ponto, a contraposição do português frente aos demais falares ibéricos (deixando a questão da afirmação latina para um outro momento do curso). Noutros termos, buscaremos compreender por que, nas primeiras reflexões gramaticais, importa afirmar o português de um lado como *A Outra Língua* ibérica; e de outro lado, como o *Não-galego*.

Considero que a questão da afirmação do português passa por uma questão mais delicada e menos discutida na historiografia: a diferenciação dos *modos de falar* portugueses em relação aos *modos de falar* vizinhos, e o desenvolvimento dessas diferenças como marcos de fronteiras entre línguas nacionais (uma questão intimamente ligada, é claro, com o problema geral da identificação e afirmação de diferenças e singularidades culturais dos portugueses em relação a seus vizinhos - ou seja, a identificação e afirmação de um *modo de ser* português, num movimento que precisa ser compreendido no contexto da situação política que cerca o surgimento do reino de Portugal - mas, sobretudo, no contexto da afirmação de sua autonomia a partir da segunda metade do século XVI).

Essa centralidade que atribuo ao problema da identificação e afirmação das diferenças justifica o caminho de reflexão que sugiro para esta sessão: iniciaremos a discussão trazendo uma perspectiva "areal", focalizada no recorte da região da Península Ibérica que vem sendo classificada pela dialetologia moderna como "*área dialetal do galego-português*". Essa área, como veremos, não corresponde exatamente ao território do Portugal moderno. Nesse processo, estamos buscando contornar a armadilha do anacronismo, apontada por exemplo por X. Lagares (2008), para quem

"A construção das línguas nacionais opera uma simplificação da realidade lingüística e cultural. Nas histórias do português, percebe-se a projeção sobre o passado de uma idéia moderna de língua, com o objetivo de delimitar seu nascimento dentro das fronteiras territoriais do Estado de Portugal".

Ao sugerir essa perspectiva "areal" para dar início à nossa discussão não pretendo reafirmar essa simplificação e projeção a que remete Lagares, embora este risco esteja efetivamente presente. A intenção é justamente a de tentar desconstruir esta projeção; uma tarefa extremamente árdua, pois toda a reflexão gramatical que iremos examinar - do século XVI aos nossos dias - está fundada em alguma forma de projeção, já de partida ao se propor refletir "*objetivamente*" sobre objetos que na realidade elas estão ajudando a construir - a "*língua portuguesa*", a "*língua espanhola*", etc. - ou seja, ao se propor refletir sobre as *Línguas Nacionais*. O recorte anacrônico, a projeção do presente no passado, é uma contingência do trabalho em linguística histórica; lembro mais uma vez Lagares:

"A noção de língua nacional, tal e como a entendemos hoje, é uma criação histórica relativamente recente, que não pode, sob o risco de cairmos em flagrantes anacronismos, voar pelo espaço e o tempo para designar variedades linguísticas que nada têm a ver com a realidade do Estado-nação contemporâneo. Só nesse momento, como adverte Hobsbawm, a relação entre língua e nação se torna necessária, virando ademais fonte de constantes conflitos, pois "a 'língua nacional' é raramente um assunto pragmático e menos ainda um assunto tranquilo, como é mostrado pela relutância em reconhecê-las como construtos e pela invenção de tradições e heranças históricas para elas" (Hobsbawm 2002).

A construção da língua nacional exige a criação de uma norma-padrão, que passa imediatamente a ser considerada "a" língua, ao mesmo tempo em que se ocultam ou se minimizam as diferenças linguísticas internas às fronteiras da nação. A padronização da língua realizada por uma elite culta constitui, sobretudo no momento protonacional, um elemento fundamental para a coesão do território. Benedict Anderson oferece três razões para explicar a extrema importância da língua da elite política e administrativa nesse processo. Em primeiro lugar, essa variedade linguística cria uma comunidade dessa elite intercomunicante, que pode ser uma espécie de projeto piloto para a ainda inexistente "nação". Em segundo lugar, ao ser construída, e sobretudo impressa, ela adquire uma fixidez que a faz parecer mais eterna do que de fato é. E, finalmente, essa língua cultural oficial da elite dominante veio se transformar na língua real dos Estados através da educação e da administração pública.

Na linguística histórica e na filologia, que têm seu momento de apogeu entre as ciências da linguagem no século XIX, aprecia-se com frequência o compromisso ideológico com os processos de construção nacional do liberalismo burguês, colocando as pesquisas sobre a origem ao serviço da delimitação da língua nacional. Um objeto relativamente recente mas que já se apresenta com os atributos de uma certa eternidade. Assim, o paciente estudo e descrição de textos do passado à procura dos elementos que permitam delimitar o espaço da língua, isto é, aqueles que fariam possível determinar o que é próprio dela e o que não é, os seus traços "essenciais", vem contribuir para a delimitação temporal, geográfica e, o que é mais importante, simbólica do território". (meus grifos)

De todo modo, acredito que a perspectiva "areal" pode nos ajudar numa reconstrução inicial da trajetória da reflexão sobre a "língua portuguesa". Mais tarde, quando discutirmos a situação da língua portuguesa a partir dos séculos XV, XVI e XVII, veremos que será preciso modular essa abordagem. Também em outro momento do curso, discutiremos o surgimento da dialetologia e sua importância no desenvolvimento da linguística histórica a partir do século XIX. Por enquanto, estamos ocupados em compreender melhor a reflexão gramatical dos séculos XVI e XVII, e para isso voltamos nossos olhares para a Antiguidade e para a Idade Média, buscando entender a formação de uma determinada área linguística - a área do galego-português.

1.1 A área linguística do galego-português

Procuro mostrar agora que existem diversos condicionantes sócio-históricos que determinam uma especificidade da região noroeste da Península Ibérica em relação ao restante do território, desde o período pré-românico, passando pelos períodos de ocupação romana, pelo período da ocupação germânica nos princípios da Idade Média.

Mostrarei também que essa especificidade sócio-histórica do noroeste ibérico inclui elementos relevantes da perspectiva sócio-linguística - aspectos relativos às sucessivas levadas de ocupação, por exemplo, que levam a acreditar em diferentes condições de transmissão da língua em cada momento (no que remete às possibilidades de interferência por contato linguístico, por conta tanto da demografia das ocupações como das condições políticas das ocupações). Veremos, mais adiante, que essas especificidades do noroeste da península terão consequências no processo da assim-chamada "reconquista" no século XIII - depois do qual teremos que expandir nosso exame da área linguística original do noroeste para toda a região ocidental da Península, no território do reino de Portugal tal como formado depois da conquista do território arabizado. A partir desse ponto teremos, também, que compreender a cisão que se opera no interior daquela área linguística formada desde os tempos da ocupação romana: a cisão entre o território "português" e o território "galego".

Para fazer esse exame precisamos olhar em duas direções: na direção da sócio-história dessa região, e na perspectiva das áreas dialetais atuais. Seguiremos, aí, alguns dos grandes estudiosos da formação linguística da Península - como Menendez Pidal e Lindley Cintra. Vamos então começar pela perspectiva dialetológica, para passar em seguida à perspectiva sócio-histórica.

1.1.1 Divisão dialetal atual (breve panorama)

A dialetologia ibérica moderna está fundada em uma observação crucial de Menendez Pidal, apresentada em *El dialecto leonés* (1906): a da *fronteira da monotongação*. Pidal observou que há uma linha divisória entre a porção ocidental e a porção centro-oriental da Península Ibérica no que toca a pronúncia do /e/ e do /o/ breves latinos: na porção ocidental, o /e/ e o /o/ breves latinos mantêm-se como vogais simples; na porção centro-oriental, o /e/ e o /o/ breves latinos desenvolveram-se em ditongos:

<i>Ocidente da Península</i>		<i>Oriente da Península</i>	
p/e/dra		vs. p/ie/dra	
f/e/sta		vs. f/ie/sta	<i>etc</i>
n/o/ve		vs. n/ue/ve	
f/o/rte		vs. f/ue/rte	<i>etc</i>

A esta linha divisória que corta verticalmente a Península, Pidal denomina a "fronteira da monotongação". De partida eu acharia interessante observar a perspectiva castelhanizante dessa denominação: de fato, pela lógica diacrônica do processo, essa seria a fronteira da "ditonguização" - o processo, afinal, é o *desenvolvimento do ditongo* na parte oriental (e não uma "monotongação" na parte ocidental). Mas deixemos isso de lado no momento.

O que importa observar é que a "fronteira da monotongação" separa quase perfeitamente (até os dias de hoje) a área linguística do galego-português (a ocidente) das demais áreas linguísticas da Península, como a do castelhano (a oriente). Não só isso, como a fronteira corresponde tanto à área linguística original do galego-português (i.e., o noroeste) como à área expandida no processo da conquista do território ao sul desta área pelos portugueses - corresponde, de fato, a um retângulo que integra, de norte a sul, o território da Galícia (atual região autônoma da Espanha) e o território de Portugal (cf. o Mapa 1, cf. Cintra, 1971).



Mapa 1 - Alguns traços fonéticos diferenciadores dos dialectos galego-portuguêses

Embora existam outras diferenças dialetais importantes entre essa porção ocidental e a porção centro-oriental, o contraste /e/, /o/ vs. /ie/, /uo/ - em conjugação com a "queda" do /n/ e do /l/ intervocálicos latinos, como veremos abaixo - é classicamente tomado como divisor de águas entre os dois grupos dialetais, pois sua correspondência geográfica com os territórios nacionais é muito próxima, atestando-se poucas variações nas regiões fronteiriças - ao contrário de algumas das outras diferenças, que podem apresentar variações graduais na passagem entre os dois territórios, com regiões mistas. Na realidade, mais que regiões "mistas", o processo de ditongação se apresenta, em alguns pontos, com "bolsões" areais de pronúncia não-ditongada no território do castelhano ou "bolsões" de pronúncia ditongada no território do galego-português (cf. Cintra 1971). Além desse aspecto bastante "objetivo", há um aspecto, digamos, mais "subjetivo" que confere importância ao contraste na ditongação: já Paiva Boléo observou que esse é o aspecto de diferença de pronúncia mais saliente para os falantes em ambas as regiões dialetais. Ou seja: é pela pronúncia /e/, /o/ ou /ie/, /ue/ de determinadas palavras que os próprios habitantes das áreas dialetais aqui em questão reconhecem-se mutuamente como "falantes da mesma língua" ou exclusivamente como "falantes de línguas diferentes", descontando-se outras semelhanças ou diferenças eventuais.

Aqui seguiremos, então, essa premissa clássica, e iremos considerar a "fronteira da monotongação" como um fato dialetal bem estabelecido e central para compreendermos a formação linguística da Península. A importância da fronteira da monotongação é, justamente, a de revelar explicitamente a área linguística do galego-português, em conjunto com um segundo processo fonético: a queda do /n/ e do /l/ intervocálicos latinos.

<i>Ocidente da Península</i>		<i>Oriente da Península</i>	
geral	<i>vs.</i>	ge/n/eral	
lua	<i>vs.</i>	lu/n/a	<i>etc</i>
sair	<i>vs.</i>	sa/l/ir	
dor	<i>vs.</i>	do/l/or	<i>etc</i>

A assim chamada "*queda*" do /n/ intervocálico abarca características de fonética histórica extremamente interessantes, e por isso voltaremos a ela numa próxima sessão, com maior detalhe do que dedicaremos ao problema da manutenção dos /e/ e /o/ breves (que, afinal, não chega a constituir um processo diacrônico tão excitante).

De fato: até os dias de hoje, a dialetologia ibérica irá definir a área dos dialetos galego-portugueses como a área na qual as vogais breves latinas não são pronunciadas como ditongos, e na qual se atesta a ausência do /n/ intervocálico latino (cf. Mira Mateus, 2003, entre outros). Note-se que, evidentemente, no interior dessa área haverá diferenças e variações importantes (fonéticas, sintáticas e outras) - no momento, elas não nos interessam (trataremos delas também numa próxima sessão). Interessa-nos aqui deixar marcada a observação desses dois fatos linguísticos definidores de uma região dialetal.

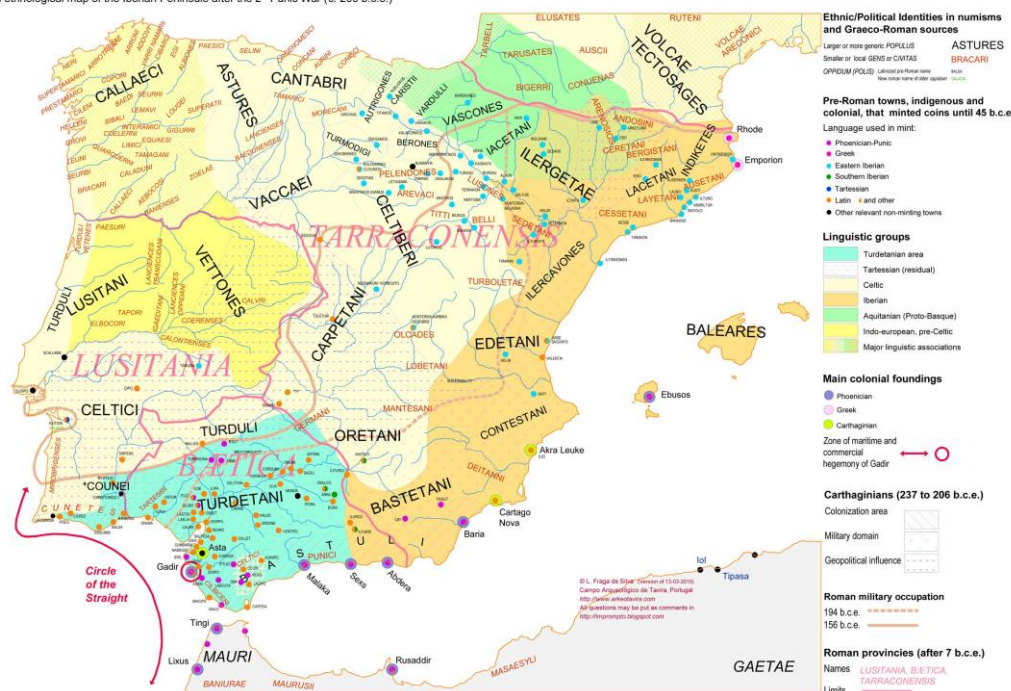
Devemos agora nos perguntar como isso veio a ser. Isto é: não nos interessa no momento investigar as causas específicas da ditongação no oriente e nem mesmo da manutenção do monotongo no oriente, bem entendido; interessa-nos investigar as condições que permitiram a formação de áreas dialetais separadas. Assim, devemos agora discutir as condições sócio-históricas da formação de uma região dialetal diferenciada na faixa ocidental da Península Ibérica. Como já indiquei acima, privilegiaremos neste momento o exame da porção setentrional desta faixa, uma vez que, em tese, será desta região original que um dos dialetos galego-portugueses medievais se expandirá para o sul. Examinaremos, agora, portanto, a trajetória de formação geo-política da Península com destaque para a singularidade da sua porção noroeste.

1.2 Formação do território do galego-português

1.2.1 O período pré-românico

A trajetória sócio-histórica singular do noroeste da Península Ibérica remonta ao tempo pré-românico. Aqui não exploraremos a via mais arqueológica da investigação sobre os povos autóctones da Península - iremos nos concentrar no estado demográfico da região noroeste ao tempo da chegada dos romanos. No mapa multifacetado dos diferentes povos que ocupavam a Península no período que antecede imediatamente a ocupação dos romanos, a região noroeste é uma das unidades claramente destacadas pelos historiadores e arqueólogos de hoje - bem como para os romanos, que denominaram esta região a *Gallaecia*, e à sua população, os *Callaeci* ou *Gallaeci*.

Pre-Roman Peoples and Languages of Iberia
An ethnological map of the Iberian Peninsula after the 2nd Punic War (c. 200 b.c.e.)



Mapa 2 - Povos pré-românicos na Península Ibérica

A língua falada pelos Gallaeci pertencia ao grupo Celta, mais especificamente o assim chamado "Celtibero". Pode ser interessante lembrar, neste ponto, a forte presença de elementos célticos na cultura popular da Galícia até os tempos de hoje - na música regional dos gaiteiros, por exemplo. Importa notar, ainda, que segundo alguns estudiosos, a língua dos Gallaeci permanecerá sendo utilizada mesmo depois do período de ocupação romana, pelo menos no seu primeiro século - numa condição de bilíngüismo que não é necessariamente atestada em outras partes da Península (como veremos na mais à frente).



Gaiteiros na Romaria Etnográfica Raigame, Vilanova dos Infantes, Galiza, 17 de maio de 2008.

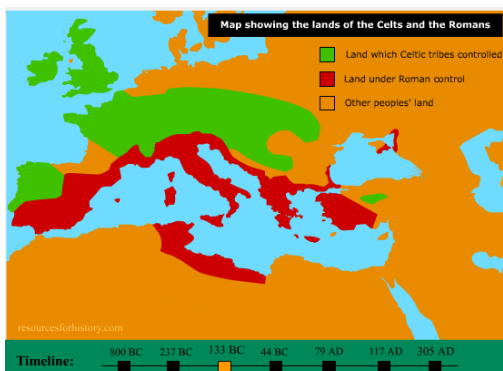
Entretanto, este povoamento celta não é autóctone - ao contrário, é, também, uma instância de colonização. A série de mapas a seguir mostra, de fato, que a própria ocupação celta pode ser considerada um elemento de distinção entre o noroeste e as demais regiões ibéricas: o noroeste é a primeira porção da Península que sofreu ocupação celta, e é também uma das regiões onde esta ocupação é mais duradoura (ultrapassada somente pela porção norte das Ilhas Britânicas).



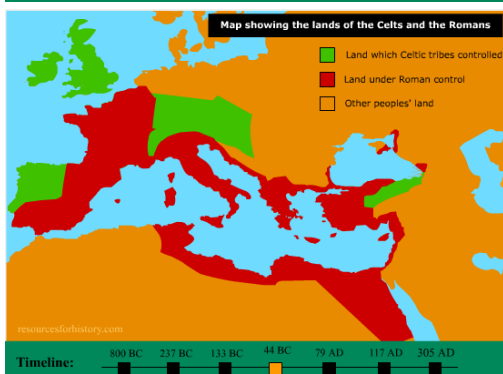
Mapa 3
Europa em 800ac - Domínio celta restrito ao nordeste do continente.



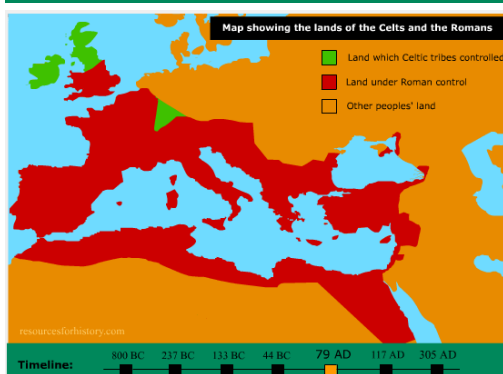
Mapa 4
237ac - Domínio celta expandido à porção oriental do continente, às Ilhas Britânicas e ao noroeste da Península Ibérica



Mapa 5
133ac - Domínio celta permanece intacto no nordeste do continente, nas Ilhas Britânicas e no noroeste da Península Ibérica; o centro-sul da Península é ocupado pelos romanos (segunda guerra Púnica).



Mapa 6
44ac - Domínio celta permanece intacto no nordeste do continente, nas Ilhas Britânicas e no noroeste da Península Ibérica; além do centro-sul, o nordeste da Península também é ocupado pelos romanos.



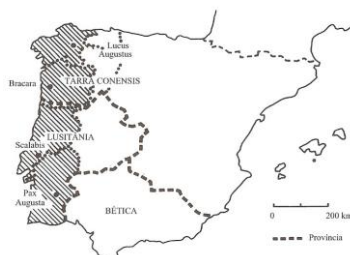
Mapa 7
79dc - Domínio celta restringe-se ao norte das Ilhas Britânicas e pequena porção da atual França; o noroeste da Península Ibérica já está ocupado pelos romanos

No avesso deste breve resumo da trajetória da permanência celta na Península Ibérica, vemos a constatação de que o noroeste celta é última porção da Península a ser conquistada pelos romanos, mais de dois séculos depois de sua chegada ao sul, como veremos a seguir.

1.2.2 O Processo de ocupação romana

Cito Paul Teyssier:

"Os romanos desembarcam na Península no ano 218 a.C. A sua chegada constitui um dos episódios da Segunda Guerra Púnica. Dão cabo dos cartagineses no ano de 209 e empreendem, então, a conquista do país. Todos os povos da Península, com exceção dos bascos, adotam o latim como língua e, mais tarde, todos abraçarão o cristianismo.



Mapa 8 (Mapa 1 de Teyssier) - A Espanha romana no tempo de Augusto

A Península é inicialmente dividida em duas províncias (ver mapa 1), a Hispânia Citerior (a região nordeste) e a Hispânia Ulterior (a região sudoeste). No ano 27 a.C., Augusto divide a Hispânia Ulterior em duas províncias: a Lusitânia, ao norte do Guadiana, e a Bética, ao sul. Posteriormente, entre 7 a.C. e 2 a.C., a parte da Lusitânia situada ao norte do Douro, chamada Gallaecia, é anexada à província tarraconense (a antiga Hispânia Citerior). Cada província subdivide-se em um determinado número de circunscrições judiciais chamadas conventus. Um exame rápido do mapa 1 mostra que o atual território da Galícia espanhola e de Portugal corresponde, aproximadamente, a quatro desses conventus — os de Lucus Augustus (Lugo), de Bracara (Braga), de Scalabis (Santarém) e de Pax Augusta (Beja). A área lingüística do que virá a ser o galego e o português delinea-se, pois, desde a época romana, no mapa administrativo do Ocidente peninsular (mapa 1)".

Podemos fazer alguns adendos às palavras de Paul Teyssier acima citadas: "*Os romanos desembarcam na Península no ano 218 a.C.*", isto é, "*Os romanos desembarcam na porção sudeste da Península no ano 218 a.C.*", como mostra o Mapa 6 mais acima. A primeira divisão romana da Península em Hispania Citerior e Hispania Ulterior restringe-se a este primeiro território ocupado (cf. Mapa 8 abaixo). É ainda nesta porção do território que serão configuradas as províncias da Lusitânia e da Bética. Mais de dois séculos depois dessas primeiras conquistas, a porção noroeste da Península (que, como vimos, era naquele momento uma ocupação celta) é ocupada pelos romanos e anexada, administrativamente, à província Tarraconense (que compreendia, até então, a região da Hispania Cisterior original). As figuras a seguir pretendem ilustrar este processo de divisões: o Mapa 9 mostra as diferentes épocas da ocupação em uma gradação de cores; os mapas 10, 11 e 12 mostram as divisões administrativas romanas em três momentos marcantes.



Mapa 9 - Divisões administrativas romanas da Hispânia, entre 220 ac e 19dc.



Mapa 10 - 197ac, Hispania Citerior e Hispania Ulterior

"Tras derrotar a los cartagineses la zona de la costa mediterranea incluyendo casi la totalidad de andalucia fue controlada por Roma bajo dos provincias Hispania Ulterior y Hispania Citerior. En la provincia de Citerior comprendia desde Ampurias hasta Cartago Nova y en la zona de Ulterior comprendia casi toda la actual provincia de Andalucia. Esto sucedió en el 197 a. C." (AtlasHistoria)



Mapa 11 - 27ac, Tarraconensis, Baetica, Lusitania

"Tras las guerras celtibéricas y Lusitanas la península ibérica fue siendo conquistada pasados; solo quedo por conquistar pequeñas zonas situadas en la cornisa cantábrica; en el 27 a. C. Agripa divide Hispania en 3 provincias Tarraconensis, Lusitania y Baetica". (AtlasHistoria)



Mapa 12 - 305dc, Gallaecia, Cartaginensis, Tarraconensis, Baetica, Lusitania

"En el siglo III de nuestra era, Caracalla reorganiza el territorio en 2 Provincias Nova Citerior y Asturia, esta nueva división duro muy poco tiempo. Fue en 284 – 305 cuando Diocleciano convierte el territorio de Hispania en 5 provincias dividiendo Tarraconensis en Gallaecia y Cartaginensis, manteniendo Lusitania y Baetica. A la vez que convirtio las Islas baleares en Balearica." (AtlasHistoria)

O que de fato nos interessa estabelecer são as singularidades do processo de ocupação romana na porção noroeste da Península Ibérica em relação às demais regiões. Até aqui, o que vimos neste sentido é o aspecto da duração da ocupação: ela se inicia tardiamente, ou seja, dois séculos depois das primeiras conquistas. Essa contingência terá um reflexo importante no modo de ocupação e na profundidade da romanização desta região - como observou Teyssier,

"Nesse território, assim definido, a romanização fez-se de maneira mais rápida e completa no Sul do que no Norte. Os gallaeci, em particular, que habitavam a zona mais setentrional, se comparados aos outros povos, conservaram por mais tempo elementos da sua própria cultura".

Entre os "elementos da sua própria cultura" conservados pelos gallaeci podemos citar, de fato, a manutenção da língua de origem celta falada antes da ocupação romana, agora em condição de bilinguismo. Mas neste ponto importa notar que a menor intensidade da romanização dos gallaeci, entretanto, não está associada simplesmente à contingência da ocupação tardia, mas também ao estilo de ocupação. No sudeste da Península (em especial, nas regiões que correspondem às primeiras regiões administrativas romanas, Hispania Cisterior e Ulterior) o longo processo de romanização refletiu-se em um modo de convivência muito próximo entre os romanos e a população local - o que, do ponto de vista linguístico, significa dizer que as línguas faladas originalmente pelos povos destas

regiões foram massivamente substituídas pelo latim. Na região dos gallaeci, ao contrário, há indicações de um bilinguismo relativamente duradouro: nesse território, o latim será, nos primeiros tempos da presença romana, uma língua veicular da cultura, do comércio e da administração imperial (enquanto nas províncias do sul, como a Lusitania e a Baetica, o latim é já, simplesmente, a língua usada em todas as esferas).

E é neste ponto que encontramos um dos aspectos mais interessantes da nossa reflexão sobre a formação da área linguística galego-portuguesa (de fato, um dos aspectos interessantes para a nossa reflexão teórica no curso): o processo de romanização tardia e menos intensa sofrido pelos gallaeci determinou diferenças no latim falado nesta região noroeste com relação ao latim falado no centro-sul. Entretanto (e aqui de fato está o aspecto interessante), essa diferença deu-se num sentido que pode parecer contra-sensual à primeira vista: o latim falado na porção noroeste da Península parece guardar, em contraste ao latim do centro-sul, algumas características **conservadoras** em relação ao latim imperial. Não entraremos aqui em maiores detalhes sobre as características conservadoras do dialeto românico do noroeste, pois para isso teremos que compreender não apenas seus contrastes com os dialetos orientais, mas também o contraste que, por hipótese, se verificaria entre o dialeto do noroeste e os dialetos da porção meridional do ocidente da Península - veremos isso na próxima sessão. Por ora, apontaremos apenas uma das características conservadoras do galego-português frente ao castelhano, justamente a manutenção das vogais breves latinas /e/ e /o/ nos contextos em que os demais dialetos evoluíram para o ditongo.

O potencial efeito contra-sensual nesse postulado do conservadorismo dos dialetos do noroeste advém da expectativa de que as regiões que sofreram romanização mais *intensa* apresentassem uma língua *mais semelhante* à original, e que as regiões que sofreram romanização *menos intensa* apresentassem uma língua *menos semelhante* à original. Entretanto, é justamente o contrário que se verifica.

As razões para isso são importantes: a primeira delas remete justamente à duração da presença latina, e a segunda, correlata, às condições da aquisição da língua-alvo. Nas províncias do centro-sul, como vimos, o latim suplantou inteiramente as línguas anteriores desde um momento bastante precoce (em cerca de 200 ac) e passou a ser a língua por excelência em todas as esferas. Isso significa em primeiro lugar que o latim foi adquirido por todas as camadas da população e transformou-se muito cedo numa língua de circulação efetiva na oralidade. Passou, portanto, a estar sujeito à contingência principal das línguas na oralidade... a mudança. Assim, nas regiões de romanização precoce e intensa, houve tempo suficiente e condições plenas para o surgimento e o estabelecimento da variação e da mudança. Na porção noroeste, em contraste, a trajetória da língua adquirida pelos habitantes originais enfrentaria condições menores de variação e mudança, já de partida pelo menor tempo de sua permanência. Mas não é só isso: as condições sócio-históricas indicam que o latim que teve o papel de língua-alvo nas primeiras províncias romanas deve ter sido uma versão mais popular do latim imperial, enquanto o latim que teve o papel de língua-alvo na Gallaecia teria sido uma versão menos popular. De fato, aqui precisamos abandonar a visão idealizada encoberta pelo termo "*Latim*", e compreender que, enquanto era uma língua viva, imersa na oralidade, também o "*Latim*" esteve sujeito à variação e à mudança; e que a idéia clássica da "adoção do Latim" pelos povos politicamente dominados pelos romanos precisa ser modulada pela consideração das condições sócio-históricas que cercaram cada um dos diferentes momentos de contato linguístico nas diferentes regiões do Império Romano.

Neste ponto faço referência a algumas obras fundantes sobre aquilo que se convencionou chamar o *Latim Vulgar* - como as de T. Maurer e S. Silva Neto. Para nós, aqui, importa salientar: no contexto extremamente complexo da sócio-história do próprio latim, importa ao estudioso das línguas românicas compreender as circunstâncias da adoção da "língua de

Roma" nos diversos pontos da România - a România, ou seja, a região habitada pelos *Românicos*, "os que falam à maneira dos Romanos" (e não "os que falam Latim" - uma diferença sutil, mas fundamental). Entre os Românicos, portanto, haverá diferentes formas de adoção do Latim, que implicarão em trajetórias diferentes para a língua em cada região: nos diferentes pontos da România, diferentes dialetos vindos de Roma foram adotados; nos diferentes pontos da România, esta adoção se deu em contextos mais ou menos propícios à conservação ou à modificação dos diferentes dialetos adotados.

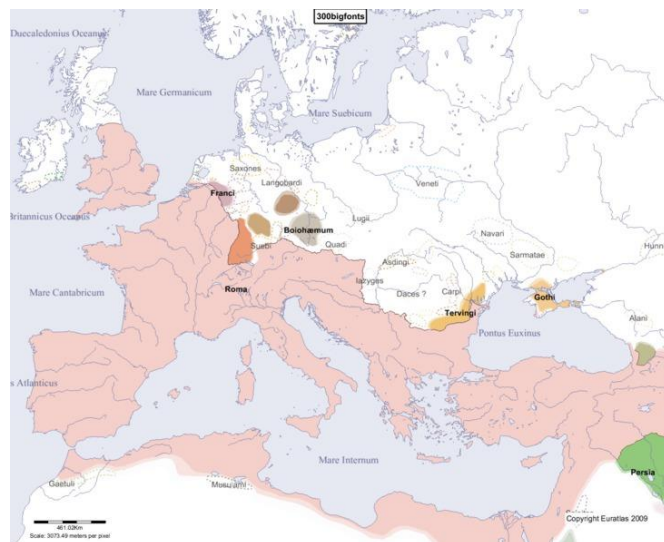
Este é o universo fascinante da Linguística Românica, que aqui não poderemos explorar (recomendo aos interessados a leitura de R. Ilari, 1992, para iniciar).

O que interessa aqui destacar é que, nesse universo complexo e interessante da penetração das diferentes formas de "Latim" ao longo dos territórios romanizados, a porção noroeste da Península Ibérica apresenta duas características sócio-históricas marcantes, com uma consequência linguística principal: a romanização tardia e relativamente elitizada, que contribuiu para a manutenção de características conservadoras em relação ao latim imperial no dialeto românico que passa a se desenvolver na região.

Esta é, portanto, a principal característica da área linguística do galego-português quando pensamos no período da ocupação românica. Em seguida veremos que no momento da desagregação política do Império Romano, a partir do século IV, e ao longo dos primeiros séculos da Idade Média, esta região apresenta ainda algumas características propícias à diferenciação e ao isolamento em relação a outros pontos do território.

1.2.3 A Ocupação germânica e a formação dos reinos medievais

Entre os séculos I e IV a Península Ibérica, em sua totalidade, é território de Roma.



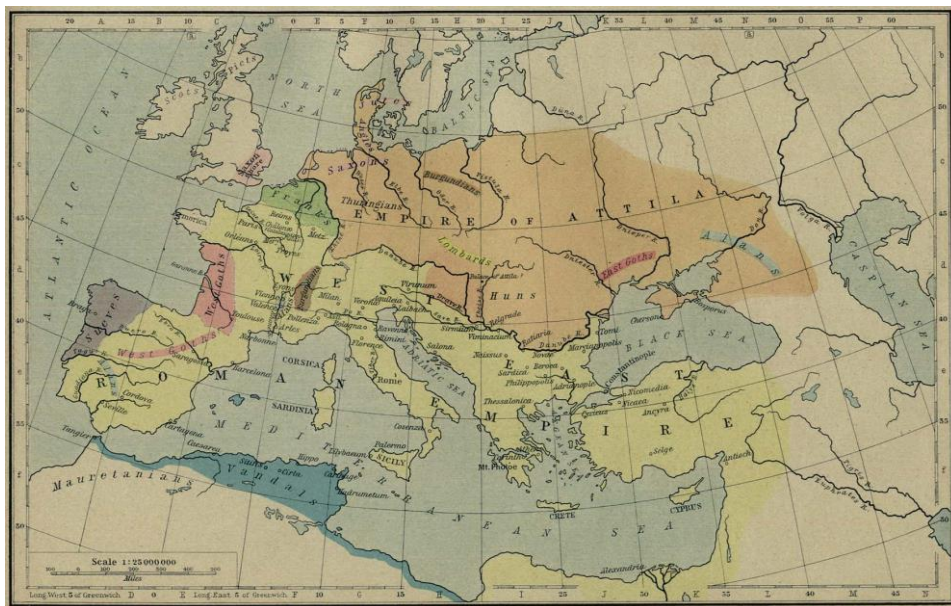
Mapa 13 - 300dc

Essa situação irá mudar a partir do século V, quando a unidade política do Império Romano começa a desintegrar-se, e grandes porções de seus antigos domínios passam a ser conquistadas por povos de origem germânica - incluída, aí, a Península Ibérica.

Cito novamete P. Teyssier sobre a chegada dos povos germânicos na Península:

Em 409, invasores germânicos — vândalos, suevos e alanos — afluem ao sul dos Pireneus, seguidos, mais tarde, pelos visigodos. Assim começa um dos períodos mais obscuros da história peninsular, que terminará em 711, com a invasão muçulmana. Os alanos foram rapidamente aniquilados. Os vândalos passaram para a África do Norte. Os suevos, em compensação, conseguiram implantar-se e, por muito tempo, resistiram aos visigodos, que tentavam reunificar a Península a seu favor. No século V o reino suevo era muito extenso, mas por volta de 570 reduziu-se à Gallaecia e aos dois bispados lusitanos de Viseu e Conímbriga. Em 585, esse território foi conquistado pelos visigodos e incorporado ao seu Estado.

Note-se um ponto crucial: **ainda no período da conquista germânica, a região noroeste ainda permanece como unidade separada do restante da Península.** Enquanto na porção mais central e meridional estabeleceu-se, no início, um reino dominado pelos Godos, no noroeste forma-se um *Reino Suevo* (cf. Mapa 14).



Mapa 14 - 450dc

Para Teyssier,

No que diz respeito à língua e à cultura, a contribuição dos suevos e dos visigodos foi mínima. Tiveram um papel particularmente negativo: com eles a unidade romana rompe-se definitivamente e as forças centrífugas vão preponderar sobre as de coesão. Se o latim escrito se mantém como a única língua de cultura, o latim falado evolui rapidamente e diversifica-se.

Notemos que, mesmo se concordarmos com Teyssier no que remete à contribuição "mínima" dos suevos e visigodos, e de fato, com seu papel "negativo" de provocar forças "centrífugas", a separação do noroeste ainda é um fato relevante - pois, no contexto desses primeiros reinos medievais, a divisão desta região num reino separado das demais pode ter sido um fator que contribuiu para seu relativo isolamento.

É nesta condição de relativo isolamento que se encontra o noroeste da Península no momento que antecede a próxima leva de ocupação dos territórios ibéricos: a ocupação dos muçulmanos.

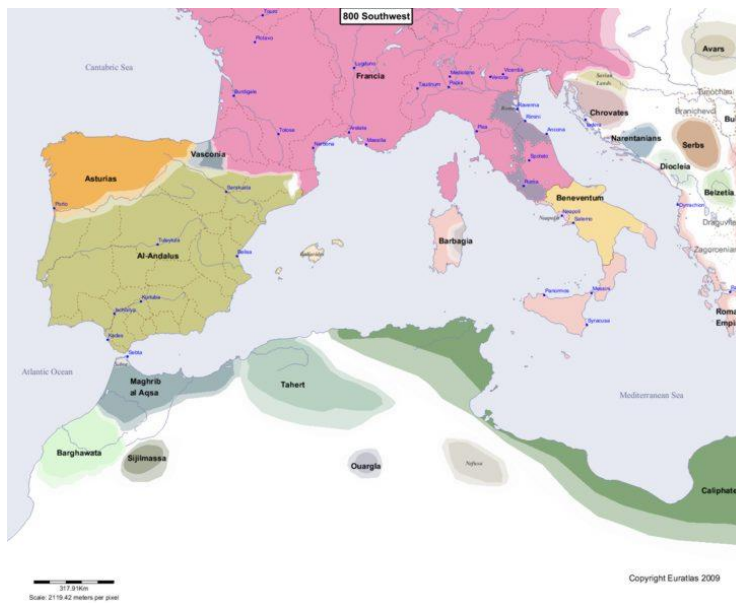
1.2.4 A ocupação muçulmana

A chegada dos muçulmanos - ou seja, dos árabes e berberes vindos do Magreb - à Península Ibérica em 711 marca um novo ponto de inflexão na história ibérica. Em um primeiro momento, o território ocupado pelos muçulmanos se estendeu até a porção mais setentrional da Península - incluindo o antigo reino dos Suevos, ou seja, a antiga Gallaecia, como mostra o mapa 15.



Mapa 15 - anos 700

Entretanto, a ocupação nessa região norte foi relativamente curta; o Mapa 16 mostra a situação da Península no ano 800 (ou seja, já no século seguinte ao da ocupação praticamente integral verificada no mapa anterior).



Mapa 16 - anos 800

Será portanto na porção centro-sul que a presença muçulmana se estabelecerá com maior duração e intensidade - onde se formará, de fato, o *Andalus*, que perdurará até 1492, quando os castelhanos conquistarão o último bastião árabe da Península - Granada.

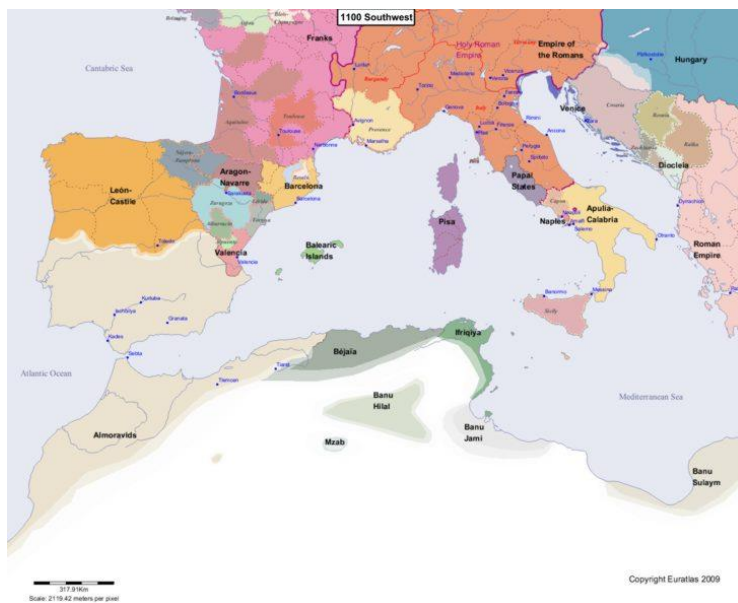
Importa salientar, portanto, que esta nova ocupação determinará uma divisão diferente das que vimos até agora entre os povos da Península: basicamente, ela os dividirá numa linha horizontal que separa o centro-sul arabizado do norte resistente. No mapa 16, este "norte resistente" está representado pelos reinos de Astúrias e Valência. Ao longo dos anos que se seguem, e até o século XII, a configuração interna dessa porção norte irá mudar bastante, mas sempre mantendo uma oposição básica entre os reinos cristãos do norte e o império do islão no centro-sul (cf. mapas 17, 18, 19).



Mapa 17 - anos 900



Mapa 18 - anos 1000



Mapa 19 - anos 1100

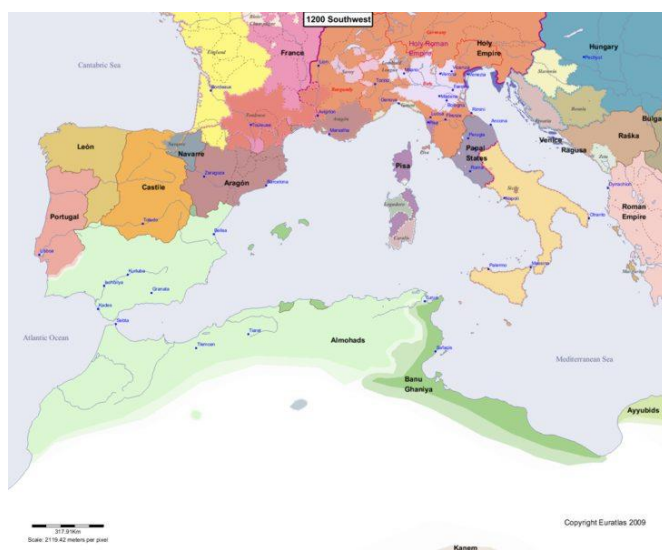
Assim, nesta trajetória que seguimos até aqui, destacando as singularidades do noroeste da Península frente aos sucessivos movimentos de ocupação estrangeira, precisamos observar que a ocupação muçulmana deixa o noroeste numa situação semelhante ao restante do norte: permanecem, aí, os reinos cristãos não-ocupados.

Isso é importante para compreendermos o próximo passo, que é o processo da chamada "Reconquista" - que se confunde com o processo de formação dos territórios nacionais ibéricos em sua configuração moderna. Ao discutir este processo, veremos como a ocupação árabe e sua posterior expulsão foi um fato fundante na formação das "Línguas Nacionais" ibéricas. A "Reconquista" partirá dos reinos cristãos do norte da Península, que buscarão expandir suas fronteiras territoriais até o sul, fazendo desenhar-se, assim, faixas verticais correspondentes aos futuros reinos da Idade Moderna - e, grosso modo, aos futuros "Estados Nacionais" ibéricos. A definição do território de cada reino corresponderá à definição dos espaços das diferentes "Línguas Nacionais" no período moderno. No caso de Portugal, como veremos, este processo se dá de modo precoce: a "Reconquista" portuguesa (e portanto, o estabelecimento das fronteiras políticas do reino português) estará praticamente finalizada em 1277. Veremos, na próxima sessão, a importância desse fato para a história da língua.

1.3 Comentários

Exploramos, até aqui, alguns elementos que podem nos ajudar a compreender um dos eixos orientadores das primeiras histórias da língua portuguesa: o eixo da afirmação do Português como a *Outra Língua* da Península - aquela língua que não é o castelhano. Como sugerimos, há importantes raízes sócio-históricas que podem ter justificado a formação de uma área dialetal efetivamente distinta no noroeste da Península.

Ainda restaria discutirmos as relações entre a formação desta área dialetal e a formação de um território nacional para a língua - questões sem dúvida conexas, mas que não se devem confundir. De resto, observemos que a área dialetal que apresentamos no início não corresponde ao território moderno da língua portuguesa, mas sim à soma da porção norte do atual território com uma área externa a este território - ou seja, a Galiza. Isso nos leva aos segundo eixo que identificamos na reflexão inicial sobre as origens do português: a afirmação do Português como o *Não-galego*. Na próxima sessão, exploraremos este tema, examinando ainda algumas obras iniciais sobre a história da língua portuguesa, e discutindo a questão da "Reconquista", da sua importância na formação das línguas nacionais, e da formação do território português na passagem dos séculos XII e XIII.



Mapa 20 - anos 1200

Exame de textos

Iniciamos este ponto comentando as palavras de Fernão de Oliveira - "*Antiga nobreza e saber da nossa gente e terra da Espanha, cuja sempre melhor parte foi Portugal*". Podemos agora entender já uma parte da sua importância, tendo explorado um pouco as condições históricas que podem ter determinado a formação de uma área linguística que se pode diferenciar em termos dialetais e históricos do restante da Península. Com esta breve discussão podemos começar um exame da história contada por Oliveira, e também por Duarte Nunes de Lião, em sua *Origens da Língua Portuguesa* (1606).

No momento, vamos destacar e discutir três passagens de Oliveira e de Lião que fazem referência a alguns dos processos que discutimos nesta sessão - dois deles, talvez, em especial: as passagens em que transparece a primeira afirmação que apontamos no início - ou seja, a afirmação das origens latinas do Português; e as passagens em que transparece a afirmação do Português como a *Outra Língua* da Península. Quando discutirmos a questão da Reconquista, comentaremos com maior detalhe outros pontos dos dois autores (mas principalmente de Lião) nos trechos selecionados a seguir, que nos remetem diretamente à questão da afirmação do português como o *Não-galego*.

Nota: Observe-se, nos trechos a seguir, que na aceção de Oliveira e de Duarte Nunes, como é geral em sua época, os termos 'Espanha', 'Espanhol' etc. têm como referência o que hoje chamaríamos de a 'Península Ibérica', incluindo portanto Portugal; cf. Paixão de Sousa 2004, capítulo III, para uma discussão detalhada deste problema.

* * *

Depois de discutir as duas obras, voltaremos aos textos de apoio teórico, em especial:

- Xuán Lagares, *Sobre a noção de gallego-português* (2008).
- Maria Leonor C. Buesco, *Gramáticos Portugueses do Século XVI* (1978).
- Maria Leonor C. Buesco, *Historiografia da Língua Portuguesa* (1985).
- Paixão de Sousa, Maria Clara, *Linguística Histórica* (2006)

Fernão de Oliveira

Gramatica da Linguagem Portuguesa, 1536

Capitolo III. [Da nossa terra e gente].

É tanta a nobreza de nossa terra e gente que só ella com seu capitão Viriato pôde lançar os romanos da Espanha e segui-los até a sua Italia. E só esta nossa terra Portugal, na Espanha, quando os godos com seus costumes barbaros e viciosos perderam a Espanha, teve sempre bandeira nunca sojeita a mouros, mas muitas vezes contr'elles vitoriosa, como foi a do santo abade dom João de Montemor, o qual confessam todos que corria a terra dos mouros como d'ímgos e não como de senhores. E esta é a verdade, que em Portugal sempre houve lugares e terras proprias dos christãos porque se assi não fora, que na Estremadura não houvera lugares de christãos, não se atrevera o abade João, que era homem prudente, a sair trás seus ímgos por suas terras desses ímgos por espaço de jornadas com pouca gente.

E os lugares de portugueses que ficaram em Portugal, posto que às vezes fossem vencidos como também às vezes eram vencedores, porque assi passa onde ha continoa guerra, todavia sempre tiveram capitão christão até o conde dom Anrrique e el-rei dom Afonso Anrriquez seu filho, o qual por autoridade apostolica foi feito rei não devendo nada a alguém, como com muita verdade afirma Rui de Pina 7 na Estorea del-rei dom Sancho, o primeiro deste nome. Apontei isto para que desta nossa propria e natural nobreza nos prezemos e não fabulizemos ou mintamos patranhas estrangeiras; e muito menos nos louvemos dos godos, porque elles perderam o que a virtude desta terra ensinou ganhar aos nossos.

Capitolo IV. [Da cultura e gloria da terra].

O estado da fortuna pode conceder ou tirar favor aos estudos liberaes. E esses estudos fazem mais durar a gloria da terra em que florecem, porque Grecia e Roma só por isto ainda vivem: porque quando senhoreavam o mundo mandaram a todas as gentes a elles sojeitas aprender suas linguas, e em ellas escreviam muitas boas doutrinas; e não somente o que entendiam escreviam nellas, mas também trasladavam par'ellas todo o bo que liam em outras. E desta feição nos obrigaram a que ainda agora trabalhemos em aprender e apurar o seu esquecendo-nos do nosso.

Não façamos assi; mas tornemos sobre nós, agora que é tempo e somos senhores, porque melhor é que ensinemos a Guiné ca que sejamos ensinados de Roma, ainda que ella agora tevera toda sua valia e preço. E não desconfiemos da nossa lingua porque os homens fazem a lingua, e não a lingua os homens. E é manifesto que as linguas grega e latina primeiro foram grosseiras; e os homens as poseram na perfeição que agora têm.

Antes se quiserdes ouvir as fabulas que elles contam eu vos farei parecer que primeiro souberam falar os homens da nossa terra, porque Vitruvio 8 diz no segundo livro dos seus Edificios que ajuntando-se os homens a hum certo fogo, o qual por acerto com grande vento se acendeo em matos, e ali conversando huns com outros souberam formar vozes e falar. E não dizendo elle onde foi este fogo, conta Diodoro Siculo no seisto livro da sua Biblioteca que foi nos montes Pireneus, os quaes são antre França e Espanha. E pois grammatica é arte que ensina a bem ler e falar, saibamos quem primeiro a ensinou e onde e como, porque também agora a possamos usar na nossa antiga e nobre lingua. (Oliveira, 1536:9-10; 88-89 da edição crítica).

Duarte Nunes de Lião

Origens da Língua Portuguesa, 1606

“VI. A Língua que se hoje fala em Portugal donde teve origem, e porque se chama Romance”

“Temos dito atrás, como pelas muitas e desvairadas gentes que a Espanha vieram povoar e negociar, estava a terra toda dividida em muitos reinos e senhorios, e assim havia muitas diferenças de linguagens e costumes. Pelo que vindo os Romanos a lançar de Espanha aos Cartagineses que ocupavam grande parte dela, foi-lhes fácil haver o universal senhorio de todos, e reduzir Espanha em forma de província como fizeram, dos quais como de vencedores não somente os espanhóis tomaram o jugo da obediência mas as leis, os costumes, e a língua Latina, que naqueles tempos se falou pura como em Roma, e no mesmo Lácio, até a vinda dos Vândalos, Alanos, Godos e Suevos, e outros bárbaros que aos Romanos sucederam, e corromperam a língua Latina com a sua, e a misturaram de muitos vocábulos assim seus como de outras nações bárbaras que consigo trouxeram, de que se veio fazer a língua que hoje falamos, que por ser língua que tem fundamentos da Romana, ainda que corrupta lhe chamamos hoje Romance. Desta introdução da língua Latina, que os Romanos fizeram em Espanha, e como de muitas nações e vários costumes, se vieram a conformar, e parecer tudo um povo de Romanos, é testemunha a mesma língua que hoje falamos, ainda que corrupta”. (Lião 1606:26, minha edição)

“Vindo pelos tempos, como é natural, haver mudança nos estados, e declinar o Império Romano, veio à Espanha a inundaçãõ dos Godos, Vândalos, e Sitingos, e de outras gentes bárbaras, que devastaram Itália, e as Gálias, e dominaram Espanha, e com sua bárbara língua corromperam a Latina, e a misturaram com a sua da maneira que se vê nos livros e escrituras antigas; que pelo tempo foi esta língua fazendo diferença nas Províncias de Espanha, segundo as gentes a vieram habitar. Depois desta barbária que se introduziu, veio a perdição de toda Espanha, que os Mouros assolaram, e destruíram, entre os quais ficaram os Espanhóis uns cativos, e outros tributários por partidos que de si fizeram, para lhes lavrarem as terras como seus ascrípticos, e inquilinos. E vivendo entre eles, corromperam ainda mais a língua meio Gótica e meio latina que falavam, tomando outros vocábulos dos Mouros, que ainda hoje nos duram. Depois deste cativo, vindo-se recuperar muitos lugares de poder dos Mouros, pelas relíquias dos Cristãos que da destruição dos Mouros escaparam nas terras altas de Viscaia, Astúrias e Galiza. E fazendo cabeças de alguns senhorios ficou aquela língua Gótica, que era comum a toda Espanha, fazendo alguma divisãõ e mudança entre si, cada um em sua região, segundo era a gente com que tratavam, como os de Catalunha que por àquela parte vir el Rei Pipino de França com os seus ficou naquela província sabor da língua Francesa, e se apartou lhes ficou notável diferença entre ela, e a língua de Castella, e das de Galiza e Portugal, as quais ambas eram antigamente quase uma mesma, nas palavras, e nos ditongos e pronunciaçãõ que as outras partes de Espanha não tem.

Da qual língua Galega a Portuguesa se avantajou tanto, quanto na cópia e na elegância dela vemos. O que se causou por em Portugal haver Reis, e corte que é a oficina onde os vocábulos se forjam, e pulem, e donde manam para outros homens, o que nunca houve em Galiza.

Era a língua Portuguesa na saída daquele cativo dos Mouros mui rude, e mui curta, & falta de palavras, e cousas, por o mísero estado, em que a terra estivera: o que lhe conveio tomar de outras gentes, como fez. Polo que sua meninice foi no tempo del Rei dom Afonso VI, de Castela, e no do Conde dom Henrique até o del Rei dom Dinis de Portugal que teve alguma policia, e foi o primeiro que pos as leis em ordem, e mandou fazer compilaçãõ delas, e compôs muitas cousas em metro à imitaçãõ dos Poetas Provençais, como se melhorou a língua Castelhana em tempo del Rei dom Afonso o sábio seu avô, que mandou escrever a crônica geral de Espanha, e compilar as sete partidas das leis de Castela, obra grave, e mui honrada, posto que rude nas palavras, como também mandou traladar muitos autores da língua latina na Castelhana.”

E assi se foram ornando ambas as línguas, Portuguesa e Castelhana até a policia em que agora estão.” (Lião, 1606:30-33; minha edição)

“VII. Das muitas maneiras por que se causou a corrupção da língua Latina que em Espanha se falava na que se hoje fala”.

“Natural coisa é aos que se entremetem a falar alguma língua alheia desencaminhar-se das regras e propriedades dela, e cometerem os vícios que chamam barbarismos e solecismos, mormente quando as línguas são muito dessemelhantes, como aconteceu aos Godos e Vândalos, e outros tais nascidos na Gótia, e na Sarmácia, vindo a Espanha, onde a língua Latina casta e pura que se falava corromperam, adulterando os vocábulos, e mudando-os em outra forma e significado diferente, e introduzindo outros de novo de suas terras, e de outras gentes que consigo trouxeram”. (Lião, 1606, minha edição).

“E se alguns disserem que há muitos vocábulos que os Portugueses têm semelhantes aos Castelhanos, não é porque deles os tomassem, mas são comuns a eles, como são aos Castelhanos, Italianos, e Franceses, sem saber quem os tomou de quem, como são muitos derivados dos latinos, ou godos, que cada um corrompeu segundo tinha a língua, como vêem nestes exemplos: o Português diz começar, que parece que viria de com e initiare. O Castelhana diz començar, o Italiano cominciar, o Francês commencer; dizem os Portugueses espantar, os Italianos espaventar, os Franceses espovinter, que todos vão a um”. (Lião 1606: 128-129, minha edição)

2. A Construção da língua portuguesa frente ao espaço Ibérico: Formação do território

Exame de textos

1532: Fernão de Oliveira. "Gramática da Linguagem Portuguesa"

1574: Magalhães de Gandavo. "Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingua portuguesa"

1576: Duarte Nunes. "Ortografia da Língua Portuguesa"

1602: Duarte Nunes. "Origem da Língua Portuguesa"

Bibliografia complementar para este ponto

ALVES, Adalberto. Portugal - Ecos de Um Passado Árabe. Instituto Camões - Coleção Lazúli - Volume 1, 1999

BARUQUE, Julio Valdeón. La Reconquista: el concepto de España: unidad y diversidad. Madrid: Espasa Calpe, D.L.2006.

COELHO, António Borges (Org). Portugal na Espanha árabe. Organização, prólogo e notas de António Borges Coelho, Volumes 3-4. Seara Nova, 1972.

COELHO, António Borges. Para a História da Civilização e das Ideias no Gharb Al-Ândalus. Instituto Camões - Coleção Lazúli - Volume 2, 1999

MATOS, José Luís de. Lisboa Islâmica. Instituto Camões - Coleção Lazúli - Volume 5, 1999.

NIMER, Miguel. Influências Orientais na Língua Portuguesa. São Paulo: Edusp, 2005.

PRADO, Germán. Historia del rito Mozárabe y Toledano. Burgos, Abadía de Santo Domingo de Silos, 1928. Open Library E-book, OL14027697M.

REI, Antonio. O Gharb al-Andalus em dois geógrafos árabes do século VII/XIII: Yâqût al-Hamâwî e Ibn Sa'îd al-Maghribî. Medievalista, Ano 1, número 1. 2005, IEM - Instituto de Estudos Medievais.

ZAIDAN, Assaad. Letras e história: Mil palavras árabes na língua portuguesa. São Paulo: Edusp, 2010.

2.1 Formação de um "território nacional" da língua portuguesa

2.1.1 Séculos II ac - V dc: Período romano

2.1.1.1 Relembrando as divisões

Mapa representativo da 3a divisão romana (Diocleciano), 298dc (cf. Aula 1)

Tomamos como ponto de partida a premissa clássica da localização do território original da língua portuguesa na porção mais setentrional da chamada área dialetal do galego-português. Os estudos dialetológicos tem localizado nesta área as características distintivas dos dialetos "galego-portugueses" atuais (entre elas, como vimos, a não-ditongação do /e/ e do /o/ breves latinos e a "queda" do /l/ e do /n/ intervocálicos latinos). Do ponto de vista da linguística histórica, a opção pelo noroeste como ponto de partida para compreender a formação da língua portuguesa se justificaria uma vez que essas características distintivas parecem estar associadas originalmente às variedades setentrionais - é o que se depreende da documentação escrita incipiente do vernáculo medieval da região, e de outros testemunhos (tais como a toponímia). Ainda, de uma perspectiva sócio-histórica, a opção se justifica pela consideração de que a região noroeste é o local de formação do reino português no século XI. Partindo, então, dessa premissa, estudamos alguns aspectos da história social da região noroeste. Agora, vamos centrar nossa análise na região completa do português continental. Teremos que tentar entender um pouco as características dessa região centro-sul, que tem uma história social diferenciada em relação ao norte desde os períodos pré-romano, romano e "germânico".



2.1.1.2 A Lusitania



É tanta a nobreza de
nossa terra e gente que
só ella com seu capitão
Viriato pôde lançar os
romanos da Espanha e
segui-los até a sua
Italia.
(Fernão de Oliveira)

Monumento a Viriato, em Viseu

Cidades importantes:

Mérida (capital) - atual Espanha
Pax Julia (Beja)
Salácia (Alcácer do Sal)
- Olisipona (Lisboa)

Fenícios: Olisipo - ? *'porto seguro'* / Gregos: ? Ulisses/Olisipone -
“*Ibi oppidum Olisipone Ulixi conditum: ibi Tagus flumen*”)

Domínio romano: estabelecido após as Guerras Lusitanas, 134ac - 198ac. Fim dos conflitos no século I - Pax Romana. A cidade de Olisipo combateu, nas guerras lusitanas, ao lado dos romanos, contra as tribos revoltosas. Em retribuição, na Pax Romana seus cidadãos receberam cidadania romana.



Nesse território, assim definido, a romanização fez-se de maneira mais rápida e completa no Sul do que no Norte.
(Teyssier)

Lápide na Basílica Paleocristã de Mértola

Moeda romana
cunhada no séc. I aC em
(Urbs) Imperatoria Salacia,
atual Alcácer do Sal



2.1.2 Sécs. V a VIII - Período dos reinos suevo e visigótico



“Vindo pelos tempos, como é natural, haver mudança nos estados, e declinar o Império Romano, veio à Espanha a inundaçāo dos Godos, Vândalos, e Sitingos, e de outras gentes bárbaras, que devastaram Itália, e as Gálias, e dominaram Espanha, e com sua bárbara língua corromperam a Latina, e a misturaram com a sua da maneira que se vê nos livros e escrituras antigas; que pelo tempo foi esta língua fazendo diferença nas Províncias de Espanha, segundo as gentes a vieram habitar”. Lião, 1606

(Mapa 14 da Aula 1 - detalhe)

Já vimos que, no século V, forma-se um reino suevo no noroeste da Península. Quanto ao centro-sul, no ano 411 o imperador Honório firma um pacto com os Alanos, entregando-lhes a Lusitânia; o reino dos Alanos, sediado em

Pax Julia (Beja), termina em 418. A partir daí, a Lusitânia fará parte dos domínios visigóticos na Península Ibérica. No século VIII, no momento da chegada dos árabes do Magreb, a Lusitânia faz parte do reino visigótico com capital em Toledo, sob a coroa de Rodrigo ("o último dos godos").

2.1.2.1 Os soberanos visigodos são "Reis da Espanha"

Julio Valderón Baroque:

"A comienzos del siglo V, concretamente en el año 409, el suelo de Hispania fue testigo de la invasión de diversos pueblos, unos de origen germano, como los suevos y los vándalos, y otros asiáticos, como los alanos. Aquellos invasores saquearon Hispania durante, aproximadamente, dos años. El cronista Hidacio nos ha transmitido un cuadro terrible de aquellas invasiones, en las cuales aparte de la tremenda violencia practicada por los pueblos "bárbaros", se dieron cita circunstancias tan adversas como el hambre y la peste. A la postre, los únicos grupos invasores que permanecieron en la península Ibérica fueron los suevos, que terminaron por crear un reino que abarcaba la antigua provincia romana de la Gallaecia, situada en el noroeste peninsular. (...)

Más tarde llegaron a suelo hispano los visigodos, quienes, al parecer, habían firmado un pacto, en el año 416, con el emperador romano Valia. El objetivo de aquel acuerdo no era otro que el de intentar expulsar de la península Ibérica a los demás invasores, es decir, suevos, vándalos y alanos. Los visigodos, tras efectuar diversas correrías por suelo hispano, a través de las cuales acabaron, como suponen algunos estudiosos, con los alanos e incluso con los vándalos silingos, se establecieron en el sur de la Galia, donde crearon el denominado "reino de Tolosa".

Todo parece indicar que los visigodos volvieron a aparecer por las tierras hispanas a mediados del siglo V, sin duda como aliados, una vez más, de Roma. Su objetivo no era otro que el de combatir tanto a los bagaudas como a los suevos. Dicho proceso debió de comenzar hacia el año 460. (...)

Unos de los logros más significativos de la presencia de los visigodos en Hispania fue, sin duda, el dominio de todo el conjunto de la península Ibérica (!). (...) No obstante, la unidad de todo el territorio exigía acabar con el reino suevo de la comarca de Gallaecia, lo que sucedió durante el reinado del mencionado Leovigildo, en el año 585, tras derrotar este al rey suevo Mirón. (...)

De ahí que los reyes visigodos del siglo VII e comienzos del VIII se denominaran **reges Hispania**, en versión castellana, 'reyes de España'. Como ha señalado el historiador Luis A. García Moreno, se había producido 'un deslizamiento lingüístico del 'reino de los godos' al 'reino de España'.' (...) Había, por lo tanto, un auténtico maridaje entre el concepto de España y el pueblo de los godos".

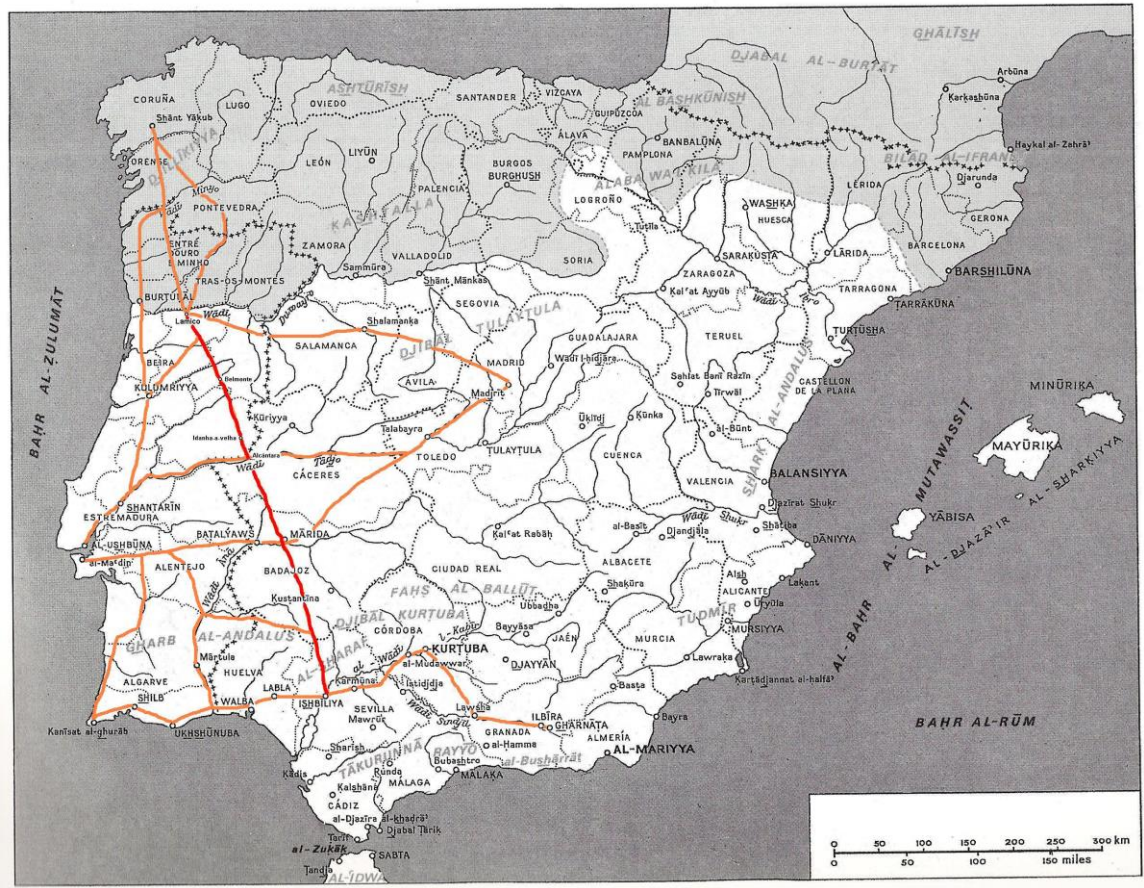
Assim, se é verdade que os suevos e visigodos "*com sua bárbara língua corromperam a Latina*", o ponto importante é que a "língua latina" **não foi substituída**, na Hispânia, pelas línguas dos novos senhores, em nenhuma instância (nem mesmo como língua de escrita). O deslocamento do latim como língua de cultura, e do "romance" como língua oral principal, só vai acontecer na Espanha sob domínio árabe - ou melhor: no **Andaluz**.

2.1.3 Séculos VIII a XI/XV: A Espanha muçulmana, ou: O Andaluz

"Depois desta barbária que se introduziu, veio a perdição de toda Espanha, que os Mouros assolaram, e destruíram (...)." (Lião, 1606).

2.1.3.1 O Andaluz

أندلس, *al-'Andalus*; ? 'terra dos vândalos' /? 'terra arável'



Moeda "espanhola-andaluz" do século VIII
na borda:
FERITOSSOLIINSPANANXCI
(Soldo cumbado na Espanha no ano 98) (98HD - 716 AD)

no centro:
estrela

na borda:
وَد سَعِينُ ثَمَانِ سَنَةٍ بِالْأَنْدَلُسِ نَرْهَذَا ضَرْبُ
(Dinar cumbado em al-Andalus no ano 98)

no centro:
ر محمد الله سول
(Maomé é o mensageiro de Deus)

O 'Andaluz' é a perda **semântica** da 'Espanha'.

Córdoba - capital do califado Omíada, 756-1031



(715-1249)

- "Algarve"

أَلْغَرْبَا, *al gharb* - 'a oeste'

- Lisboa

أَلْ لِيْخْبُونَا (al-Lixbûnâ) ou أَلْ شْهْ بُونَا (al-Ushbuna).

Domínio árabe: 715 - 1147 (foral: 1179) (capital 1255)

Estimativa da população de al-Ushbuna no século X: **100.000 habitantes**

Yâqût al-Hamâwî (geógrafo árabe do séc. VIII; apud Reis 2005) :

"É uma cidade antiga, próxima do mar e situada a oeste de Córdoba. Nas suas montanhas há bons falcões e produz o melhor mel de todo o al-Andalus, que se conhece como al-ladharnî; parece-se com o açúcar, conservando-se embrulhado em pano, para que não se suje. A cidade está junto ao rio Tejo e perto do mar. No seu solo há jazidas de ouro puro e nas suas costas encontra-se um âmbar excelente."

"*A pérola do universo*"

Pop. (ano 1000): 500.000

Escolas: 800 (27 públicas)

Banhos públicos: 900

Bibliotecas públicas: 70

Universidade: 11.000 alunos

(Fontes: Baruque; Zaidan)

Ibn Hawqal, *Ṣūrat al-'Arḍ*

(*A face da terra*), 977:

"La ciudad más grande de España es Córdoba, que no tiene su equivalencia en todo el Magreb, más que en la Alta Mesopotamia, Siria o Egipto por la cifra de su población, la extensión de su superficie, el gran espacio ocupado por los mercados, la limpieza de los lugares, la arquitectura de las mezquitas, el gran número de baños e cavares".

(apud Baruque, 2006:47)

2.1.3.2 O Algarve e o Vale do Tejo: Portugal muçulmano

2.1.3.3 Os cristãos no Andaluz

"... entre os quais ficaram os Espanhóis uns cativos, e outros tributários por partidos que de si fizeram, para lhes lavrarem as terras como seus ascrípticos, e inquilinos" (Lião, 1606).

- "Moçárabe"

مسد تعرب, *musta'rab*, 'arabizado', 'submetido ao árabe'.

- O Rito Moçárabe

British Library: "Office for the feast of St. John the Baptist; initial 'T', with chickens".
Text and notation. Image taken from **Mozarabic Liturgy** Originally published/produced in Spain; 10th century.



- As Jarchas

Yehuda Halevi (c. 1075-c.1140), Jarcha 4; cf. Menéndez Pidal 1951, 244:

Garid vos, ay yermaniellas,
hermanillas!

com' contener a mieu male
sin el habib non vivréyu,
advolarei demandari.

(Decid vosotras, ¡ay

*¡cómo resistir a mi pena!
Sin el amigo no podrá vivir;
volaré en su busca)*

- A Aljamia



Loamiento ad Alláh: el alto es e verdadero,
Honrado e complido, sennor dereiturero,
Franco e poderoso, ordenador sertero.
Grande es su poder, todo el mundo abarca;
Non se le encubre cosa que en el mundo nasca,
Siquiera en la mar ni en toda la comarca,
Ni en la tierra priera ni en la blanca. (...)

Poema de Yussuf, ou Poema de José
Exemplo de aljamia.

Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes

http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/poema-de-jose--0/html/01972b58-82b2-11df-acc7-002185ce6064_2.htm

2.1.4 Séculos XI a XV: A "Reconquista" cristã



*Batalha de Las Navas de Tolosa. Afonso X, Cantigas de Santa Maria.
Manuscrito em pergaminho (50 x 34 cm).*

Castela (c. 1260-1270). BnF, Manuscritos (Fac-símile ms. T.1.1 fol. 92, Madrid, Patrimônio nacional)

Julio Valderón Baroque:

El termino "Reconquista", com es sabido, se refiere a la actividad militar desarrollada por los combatientes cristianos a lo largo de los diversos siglos de la Edad Media, con la finalidad de recuperar todos aquellos territorios que cayeron, durante las primeras décadas del siglo VIII, en poder de los invasores musulmanes procedentes de las tierras occidentales del norte de África (...). Ciertamente, aunque hubo algunos significativos éxitos cristianos con anterioridad al año 1000, (...) el proceso reconquistador se puso en marcha, básicamente, a partir de mediados del **siglo XI**, etapa que coincidió con la definitiva desaparición del califato de Córdoba tras unos duros años de guerra civil en al_andalus. A partir de aquel momento, la superioridad de los cristianos fue a todas luces indiscutible (...).

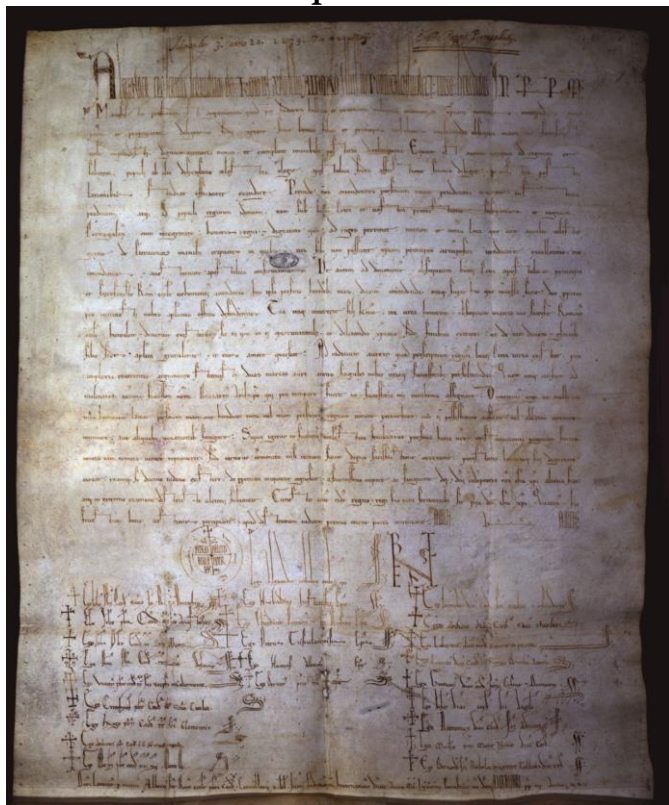
2.1.4.1 Muçulmanos na Espanha cristã: o 'problema mourisco' (sécs. XV - XVII)

Fernand Braudel:

En 1609, los moriscos representan aproximadamente un tercio del total de la población valenciana: 31.715 familias, frente a 65.016 de cristianos viejos, pero éstos ocupan todos los puestos de mando y controlan totalmente Valencia y su fértil huerta.

Todo ello era, evidentemente, fruto de una larga evolución que había durado varios siglos. La sociedad vencida sigue viva, pero, reducida a llevar una magra existencia, es como un traje desgastado y, a menudo, desgarrado. No hay aristocracia ni minoría selecta musulmana, por encima de la gran masa proletaria de los vencidos; no hay, portanto, resistencia organizada y sabiamente armonizada. Por doquier, en ciudades y campos, el morisco está bajo el poder de la sociedad victoriosa.

2.1.5 Século XI: Independência do Reino de Portugal



"Sabemos por evidentes sucessos que como bom filho e príncipe católico tendes feito vários serviços à sacrossanta Igreja, vossa mãe, destruindo valorosamente os inimigos do nome cristão, dilatando a fé católica por muitos trabalhos de guerra e empresas militares [...] Por isso nós concedemos à tua excelência e autoridade, e confirmamos por autoridade o Reino de Portugal com a integridade das honras e a dignidade de Reino que aos reis pertence, e também todas as terras que, com auxílio da graça celeste, arrebatades das mãos dos Sarracenos[...].

Cit. por Frei António Brandão, em Crónica de D. Afonso Henriques (em português actual) (meu grifo)

Manifestis Probatum

Bula papal, Alexandre III, 1179

Arquivo Nacional da Torre do Tombo - [PT-TT-BUL/16/20](http://www.arquivo.pt/pt-PT/TT-BUL/16/20)

Transcrição, tradução e adaptação em <http://dgarq.gov.pt/files/2011/08/Bula-Manifestis-Probatum.pdf>

2.1.6 Reconquista portuguesa



Mapa de Teyssier

Tomada de Lisboa, 1147

Tomada de Évora, 1168

Tomada de Faro, 1249

Óbidos (Distrito de Leiria) - Foral 1195



Castelo de Óbidos (1195, D. Sancho)



Muralhas de Óbidos (detalhe)



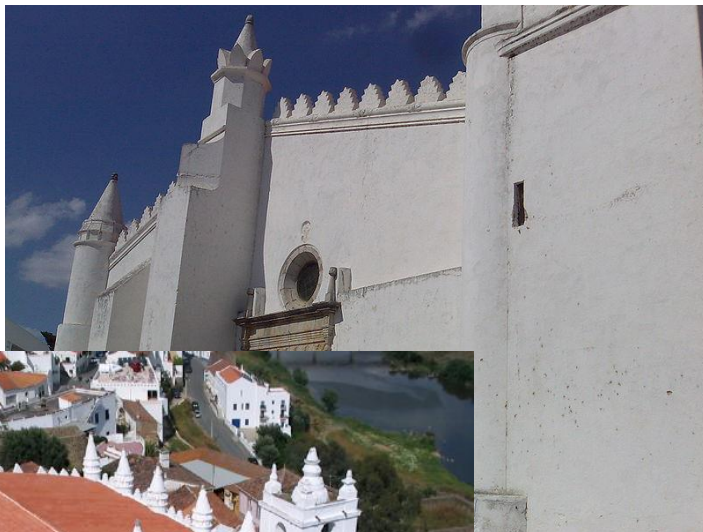
Sintra (Distrito de Lisboa) - Foral 1154



Palácio de Sintra,
Pátio central e
detalhe dos azulejos



Mértola (Distrito de Beja) - Foral 1254



Igreja de Nossa Senhora da Anunciação,
antiga Mesquita de Mértola (séc. XII) -
Mértola, Alentejo)



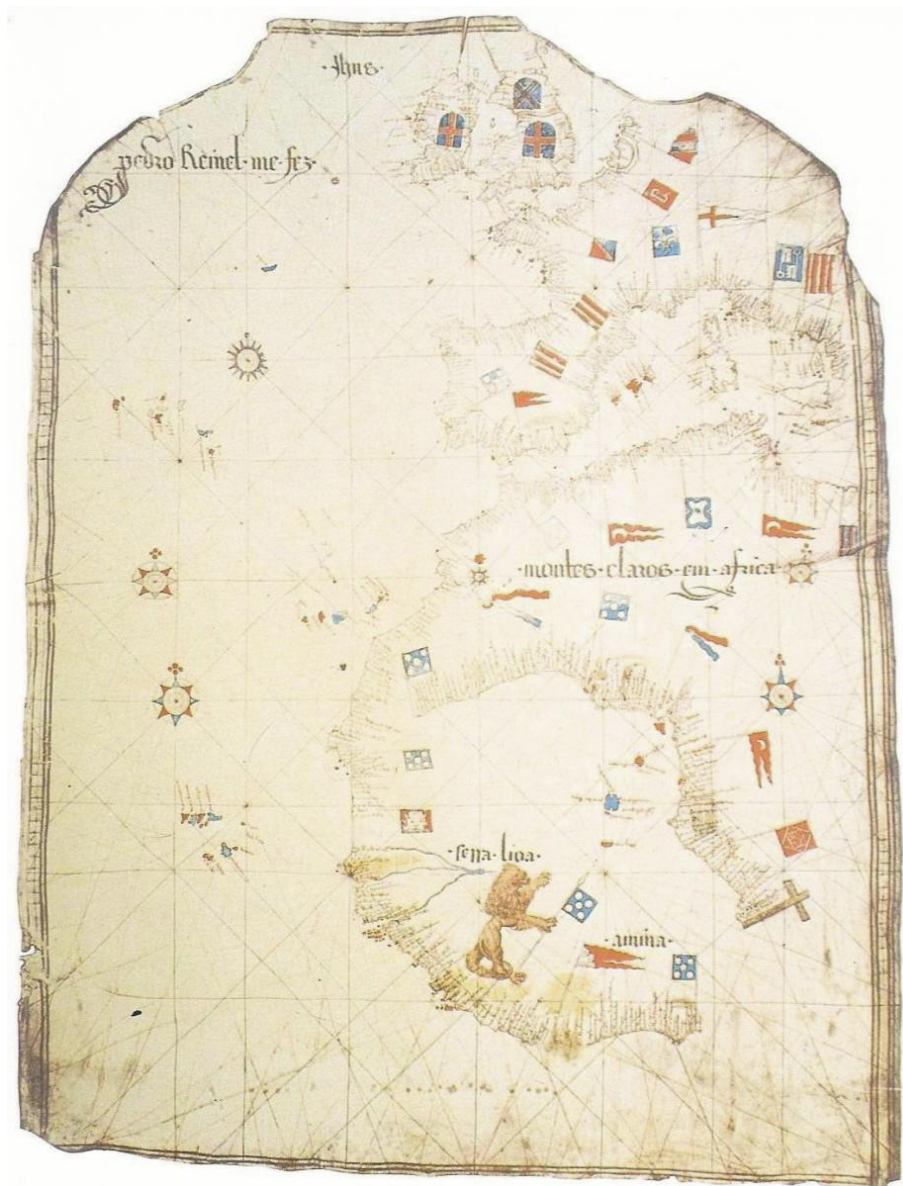
2.1.7 Consolidação e expansão do território português (sécs. XIV-XV)



A "reconquista" não é a última batalha na formação do território português: no século XIV, o reino lutará pela consolidação de seus limites com o reino vizinho, Castela - processo que culmina na chamada "crise dos 1380". Os primeiros cronistas portugueses (marcadamente Fernão Lopes) darão muito destaque à consolidação do território contra os castelhanos, que aparece como uma "refundação" do reino. A partir daí, a expansão territorial se dará para fora do continente.

Batalha de Aljubarrota, 1384

Mapa de Jorge de Aguiar, 1492 (Biblioteca Beinecke, Yale; PMC)



2.2 Formação e "Transplantação" da língua portuguesa

(pode ser a aula 3)

Nos tratados gramaticais renascentistas, a história da língua portuguesa aparece como um duplo problema: a afirmação e a delimitação do idioma. A tarefa dos gramáticos renascentistas é "nobilitar e codificar"(Corredoira). Assim, um dos lados da afirmação do idioma é sua identificação com o latim; o outro lado é o recalque de seus limites em relação às formas de falar próximas. Vimos já que esse recalque irá marcar uma linha entre o "português" e o castelhano de um lado, e entre o "português" e o galego do outro lado (vamos ver em seguida que, aos poucos, passa a ser importante demarcar, também, fronteiras internas, ou seja, eleger um dialeto para ser descrito como língua, como "o português"). Podemos considerar que esse discurso "delimitador" está ligado tanto à tarefa nobilitadora como à tarefa codificadora apontadas por Corredoira: ao marcar as diferenças do falar português em relação a outros falares, os gramáticos renascentistas procuram louvar essas diferenças. Isso é patente, sobretudo, na delimitação que Lião marca entre o português e o galego, que examinamos.

Aí se desenha uma articulação complexa: pois os gramáticos renascentistas apresentam "consciência da historicidade da língua" (Corredoira), o que se nota tanto na sua insistência na filiação latina como nas suas referências à "corrupção" da língua. A valorização da filiação latina tem como avesso o problema da delimitação com o castelhano (qual é mais próximo?) e com o galego (se antes as duas eram praticamente a mesma língua, como diferenciá-las hoje, e louvar uma delas?). No caso da relação com o galego, vimos já como esse problema vai ser tratado: identificada a origem comum, louva-se o português por ter se "avantajado" em relação ao galego, por ter corte e livros próprios, "o que nunca houve em Galícia". Tocamos, aí, um segundo eixo das gramáticas renascentistas: o eixo da elaboração da língua, ligado à tarefa de codificação apontada por Corredoira. A "elaboração" passa pela construção da ideia da língua literária, mas também pelo esforço normalizador da escrita - o esforço ortográfico. Nesse esforço ortográfico, novamente vamos observar aqueles vetores em ação - o vetor da delimitação com o castelhano e com o galego, o vetor da identificação com o latim - e, cada vez mais, também a ação da marcação de fronteiras internas. Esse último aspecto passará a ficar cada vez mais explícito, já que a ortografia, necessariamente, precisa aplainar a diversidade da oralidade. A grande questão que se coloca é em que direção esse aplainamento se dará.

Veremos hoje um aspecto que marca a reflexão gramatical sobre o português quanto a este problema: a incipiente normalização linguística dos tratados renascentistas, que se traduziu sobretudo como nivelamento ortográfico, irá operar na direção dos dialetos do centro-sul de Portugal. Ou seja: não se dará (como poderia ser esperado) na direção dos modos de falar mais "antigos" (e portanto, "originários"). É no centro-sul - mais precisamente, da região da corte - que o "português padrão" será delimitado.

Duarte Nunes de Lião:

Era a língua Portuguesa na saída daquele cativoiro dos Mouros mui rude, e mui curta, & falta de palavras, e cousas, por o mísero estado, em que a terra estivera: o que lhe conveio tomar de outras gentes, como fez. Polo que sua meninice foi no tempo del Rei dom Afonso VI, de Castela, e no do Conde dom Henrique até o del Rei dom Dinis de Portugal que teve alguma policia, e foi o primeiro que pos as leis em ordem, e mandou fazer compilação delas, e compôs muitas cousas em metro à imitação dos Poetas Provençais, como se melhorou a língua Castelhana em tempo del Rei dom Afonso o sábio seu avô, que mandou escrever a crônica geral de Espanha, e compilar as sete partidas das leis de Castela, obra grave, e mui honrada, posto que rude nas palavras, como também mandou traladar muitos autores da língua latina na Castelhana. E assi se foram ornando ambas as línguas, Portuguesa e Castelhana até a policia em que agora estão." (Lião, 1606:30-33; minha edição)

Paul Teyssier:

"A invasão muçulmana e a Reconquista são acontecimentos determinantes na formação de três línguas peninsulares — o galego-português a oeste, o castelhano no centro e o catalão a leste. Estas línguas, todas três nascidas no Norte, foram levadas para o Sul pela Reconquista. Nas regiões setentrionais, onde se formaram os remos cristãos, a influência lingüística e cultural dos muçulmanos tinha sido, evidentemente, mais fraca que nas demais regiões. No Oeste em particular, a marca árabe-islâmica é muito superficial ao norte do Douro, ou seja, na região que corresponde hoje à Galícia e ao extremo norte de Portugal. À medida que se avança para o sul, ela vai se tornando mais saliente, sendo profunda e duradoura do Mondego ao Algarve. Foi na primeira destas regiões, ao norte do Douro — tendo talvez como limite extremo o curso do Vouga, entre o Douro e o Mondego —, que se formou a língua galego-portuguesa, cujos primeiros textos escritos aparecem no século XIII".

Para Ivo Castro (Castro, 2004), a história da língua portuguesa se define pelos sucessivos ciclos de expansão que refletem “a história da ocupação do território, a formação do estado e os grandes movimentos da nação”:

“O primeiro movimento a considerar pode ser apresentado como uma **transplantação inicial da língua**, que parte de sua área inicial na Gália Magna para se derramar pelo resto do território europeu, onde se sobrepõe ao árabe que as populações reconquistadas falavam.

O segundo movimento, igualmente para o sul, consiste em um salto para fora da Europa. Com as Descobertas, a língua instala-se em ilhas atlânticas desabitadas, nos litorais africano e asiático que ofereciam suporte às rotas marítimas, e ainda no litoral brasileiro.”(...)

“Estes dois movimentos sucessivos de crescimento da língua portuguesa permitem-nos reconhecer a presença e a acção de dois ciclos evolutivos, separados por uma cesura no séc. XV:

(a) o ciclo da Formação da Língua, que decorre entre os sécs. IX e XV na esteira da Reconquista do território dos árabes; os povos do norte transplantaram a sua língua para o sul, onde ela se transformou pelo contacto com a língua local e ganhou, a partir do séc. XV, ascendente sobre os dialectos do norte, tornando-se base de uma norma culta de características meridionais, que seria vista como a língua nacional;

(b) o segundo ciclo é o da Expansão da Língua: o período do séc. XV a inícios do séc. XVI é aquele em que a língua mais radicalmente se transfigura. Enquanto se reestruturava e consolidava dentro de portas, a língua portuguesa começa a expandir-se para fora da Europa, pelo que, a partir de então, é preciso distinguir entre português europeu e português extra-europeu”. (Castro, 2004:84-85).

"O ciclo da Formação desenrola-se a partir da introdução de algumas mudanças muito extensas na língua falada no território inicial da Gália Magna, língua que, entre os sécs. V-VII, era ainda uma variedade de latim oral. Simplificando, diremos que duas consoantes muito frequentes iniciam um processo de apagamento quando se encontram em posição intervocálica, o que teve como consequência que todas as palavras que as possuíam mudaram drasticamente de aspecto sonoro."(...)

"Estes dois fenómenos semelhantes produziram-se apenas na Gália Magna e afectaram o latim aí falado, que passou assim a distinguir-se tanto do latim falado no centro da Península, que daria origem ao castelhano e ao leonês, como do latim falado a sul, na Lusitânia. Essa diferença entre a língua da Gália Magna e as suas vizinhas mais chegadas talvez tenham sido o acto de nascimento da nossa língua, a que, por respeito pela área em que ocorreu, se pode chamar galego-português".

2.2.1 A questão do afastamento do galego

"Discute-se se o galego e o português fizeram caminho juntos durante muito ou pouco tempo. (...) Como seria na Idade Média? Os trovadores - galegos, portugueses e castelhanos - escreviam todos na mesma língua, mas era uma língua artificial e não necessariamente a língua que cada um falava. Nessa língua literária, (...), não se observam traços que apontem para uma separação regional, mas dificilmente os poetas, ao falar, usariam dessa língua unificada. Pode ser que o galego e o português já estivessem a se separar".

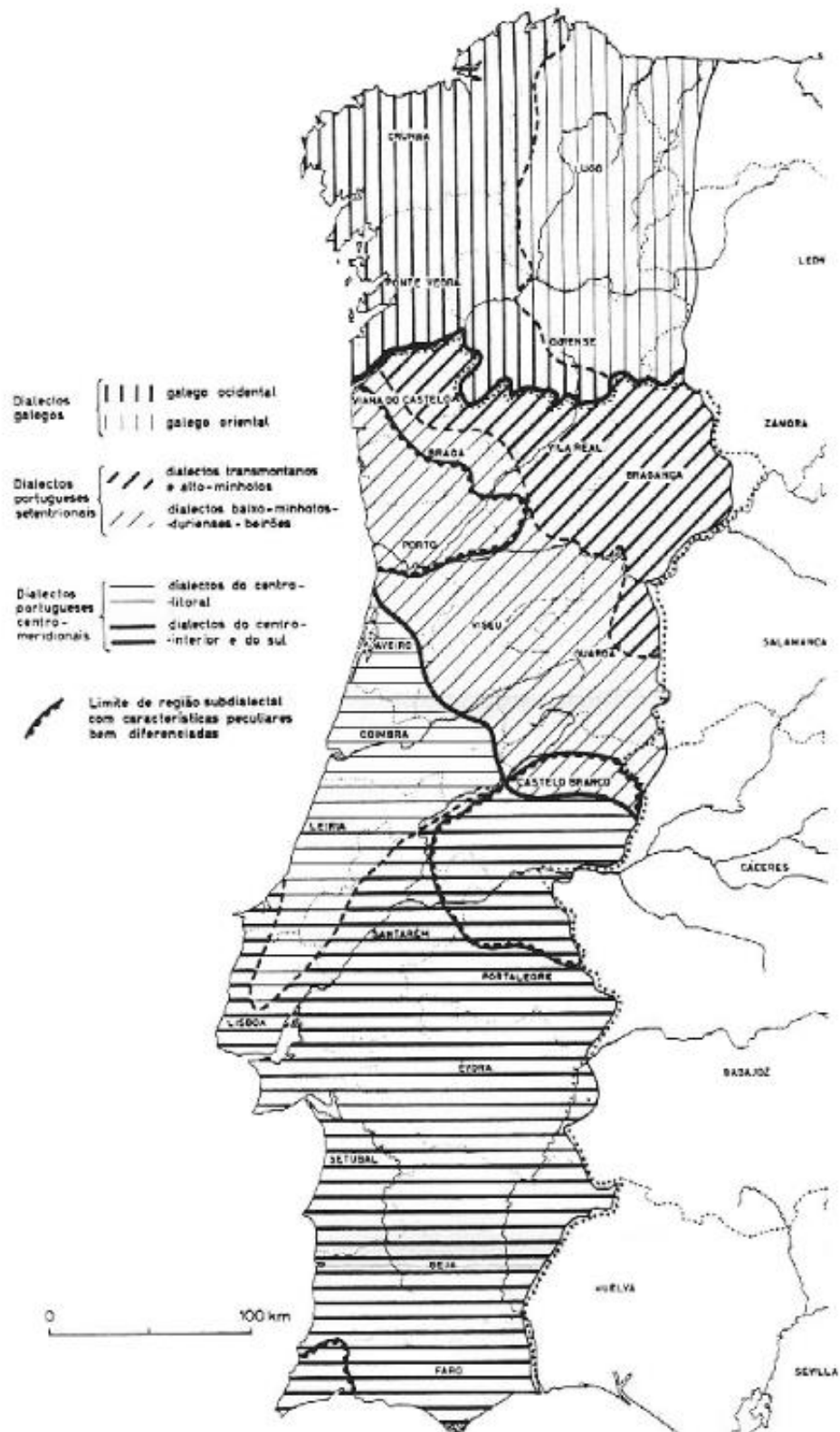
De qualquer forma, a sua separação definitiva ocorreu no final do ciclo em exame, através de um **episódio intercalar de elaboração da língua**, processo coincidente e decerto relacionado com as grandes alterações sociais e políticas já referidas. (...)

Enquanto o centro-sul se torna cada vez mais influente, o norte de Portugal perde o estatuto de berço do reino e passa a ser visto como uma província distante. E a Galiza, com a qual tem as maiores afinidades, torna-se ainda mais distante. As transformações que o português então sofre afastam-no da matriz medieval galego-portuguesa (...). Na soma dessas mudanças reconhece-se um processo de elaboração linguística, um acto de recusa das origens com o qual a língua portuguesa atinge o fim do seu período de formação e de crescimento, que precede um pouco o final da Idade Média". (Castro 2004:86-87)

Podemos até usar o mesmo estratagema da semana passada, e começar o ponto pensando em aspectos "areais", dialetais, agora levantando as divisões que se formam no interior daquela "área dialetal do galego-português" que havíamos definido superficialmente. Nesse caso, veremos que as divisões internas dessa área tomam um sentido de faixas horizontais, com uma macro-região dialetal correspondente (grosso modo) às fronteiras políticas da atual Galiza; uma macro-região correspondente ao norte de Portugal; e uma macro-região correspondente ao sul de Portugal (sempre a grosso modo). Para exemplificar essas faixas horizontais, vamos tomar como emblemático o contraste na pronúncia das consoantes sibilantes. Como veremos ao final da exposição deste ponto, as três faixas horizontais desse aspecto dialetal guardam uma relação interessante com as ondas da ocupação territorial: a região da atual Galiza e o extremo norte de Portugal seriam as zonas nas quais a ocupação cristã foi mais contínua; e o centro-sul de Portugal correspondendo aos territórios da "Reconquista". A história das sibilantes é mais complexa do que isto; mas essa simplificação inicial nos ajuda a entender um ponto central: as diferenças entre o norte e o sul de Portugal relativas ao processo de formação do território.

2.3 O caso das sibilantes (i)

2.3.1 Divisões internas do galego-português (panorama atual)



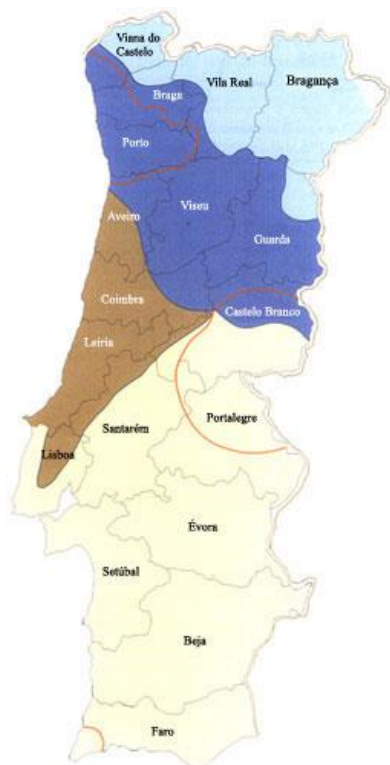
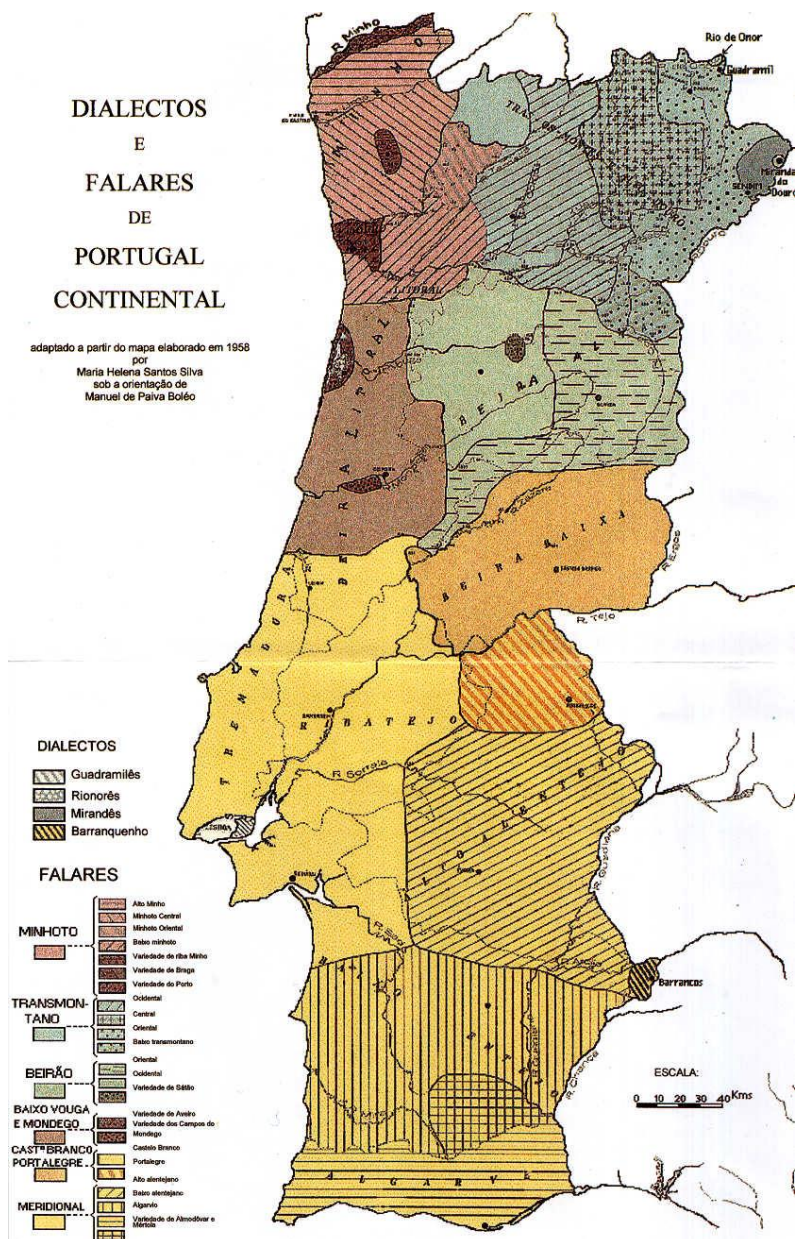
(cf. Lindley Cintra, 1971)

2.3.2 Divisões Dialectais do Português continental (panorama atual)

Os dialectos portugueses segundo Luís Filipe Lindley Cintra
 (mapa adaptado de Cintra 1971 por Segura e Saramago 2001)
 (Instituto Camões)

DIALECTOS E FALARES DE PORTUGAL CONTINENTAL

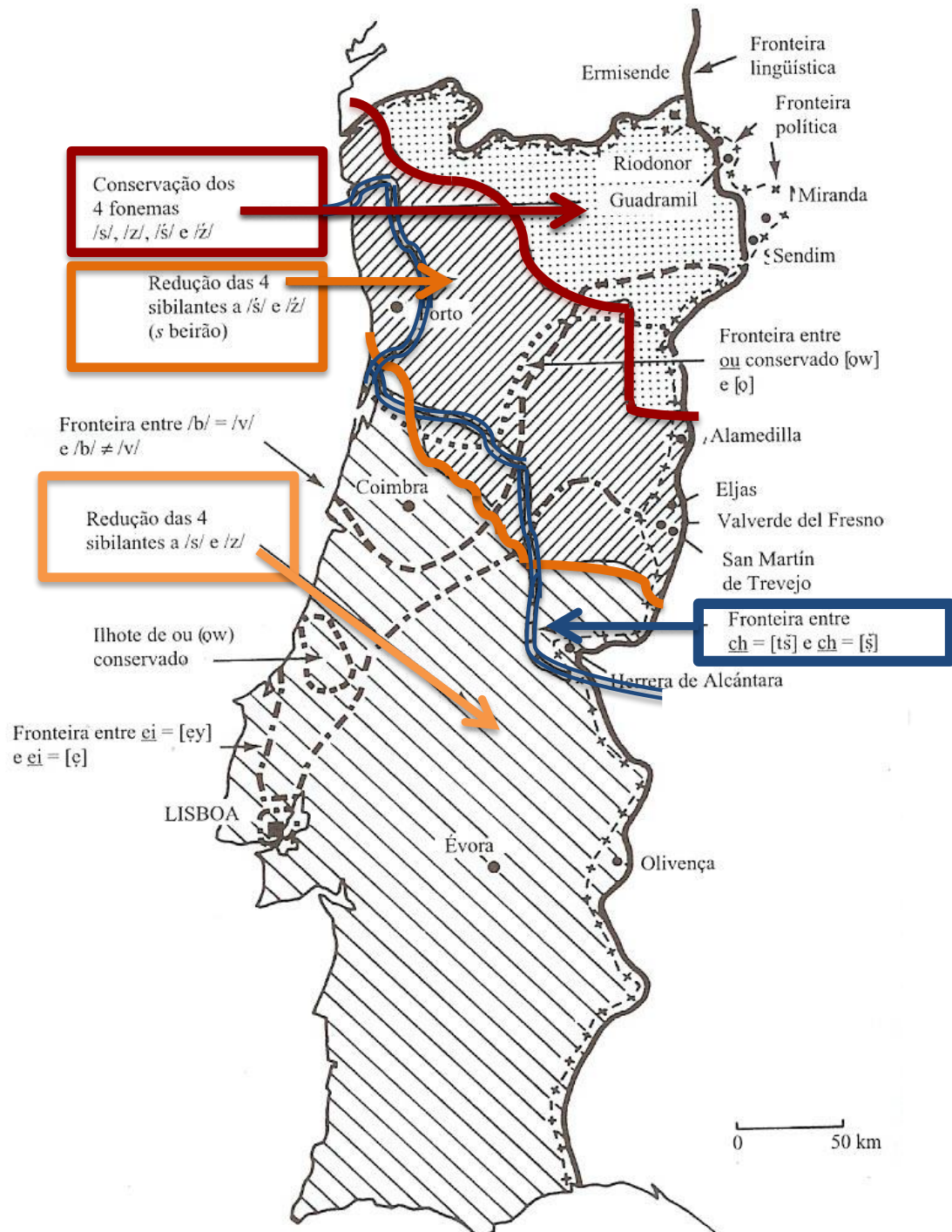
adaptado a partir do mapa elaborado em 1958
 por
 Maria Helena Santos Silva
 sob a orientação de
 Manuel de Paiva Boléo





*Portugal -
Satélite e mapa político*

2.3.3 As sibilantes (i)



1) Dialectos galegos: sibilantes, palatais e africadas

	<i>surdas</i>	<i>sonoras</i>
<i>anteriores</i>	/s/ passo: pa[s]o	
<i>(apicais)</i>	/s' / ~ /θ / rosa: ro[s']a caça: ca[θ]a fazer: fa[θ]er	
<i>posteriores</i>	/ʃ / enxada: en[ʃ]ada hoje: ho[ʃ]e /tʃ / chuva: [tʃ]uva	

2) Dialectos portuguesas do norte: sibilantes, palatais e africadas

	<i>surdas</i>	<i>sonoras</i>
<i>anteriores</i>	/s/ passo: pa[s]o	/z/ rosa: ro[z]a,
<i>(apicais)</i>	/s' / caça: ca[s']a	/z' / casa: ca[z']a
<i>posteriores</i>	/ʃ / enxada: en[ʃ]ada /tʃ / chuva: [tʃ]uva	/ʒ / hoje: ho[ʒ]e /dʒ / jóia: /dʒ/ oia

3) Dialectos portugueses do centro-sul: sibilantes e palatais

	<i>surdas</i>	<i>sonoras</i>
<i>anteriores</i>	/s/ passo: pa[s]o caça: ca[s]a	/z/ rosa: ro[z]a casa: ca[z]a
<i>posteriores</i>	/ʃ / enxada: en[ʃ]ada chuva: [ʃ]uva	/ʒ / hoje: ho[ʒ]e jóia: [ʒ]oia

2.3.4 Um pouco de fonética histórica

"O latim depositou no galego-português, em todo território, uma distinção entre as sibilantes provenientes do s latino, consoante que era apenas surda mas que, na evolução posterior do latim falado, se desdobrou numa correspondente sonora, igualmente grafada com s, mas que corresponde ao fonema /z/ quando se encontra em posição intervocálica. Este par, de /s/ surdo e /z/ sonoro, era articulado durante o português medieval como fricativo áptico-alveolar, possivelmente pouco palatalizado. Por outro lado, no português medieval havia um par de consoantes derivadas de vários sons latinos, mas principalmente do c, pronunciado /k/. Esta consoante, quando seguida de vogal palatal [e] ou [i], transformara-se numa africada palatal [tʃ], (...), a qual despalatalizou para uma africada predorso-dental [ts], por sua vez desdobrada numa correspondente sonora [dz].

No português medieval, este par [ts]/[dz], que correspondia às grafias c e z, com a variante ç para as surdas, sofreu um desfricamento (com perda do elemento oclusivo), e foxou-se no par de fricativas predorso-dentais /s/ e /z/, fonologicamente distintas das áptico-alveolares (...). Assim, era muito fácil distinguir pela pronúncia e pela escrita as palavras servo (criado) e coser (costurar) de cervo (veado) e cozer (cozinhar). Enquanto as primeiras tinham pronúncia apical, as sibilantes de cervo e cozer eram predorsais.

Foi nos dialectos do sul de Portugal que teve início uma transformação, durante a Idade Média, conhecida com o nome de sesseio. O sesseio consiste na confusão entre as sibilantes apicais e predorsais, seguida da transformação das apicais em predorsais, ou, dito de outra maneira, o desaparecimento das apicais, passando as palavras que continham sibilantes apicais a serem produzidas com consoantes predorso-dentais. **O sesseio generalizou-se no sul de Portugal e foi acolhido no Português padrão**". (Castro 2004:28-29)

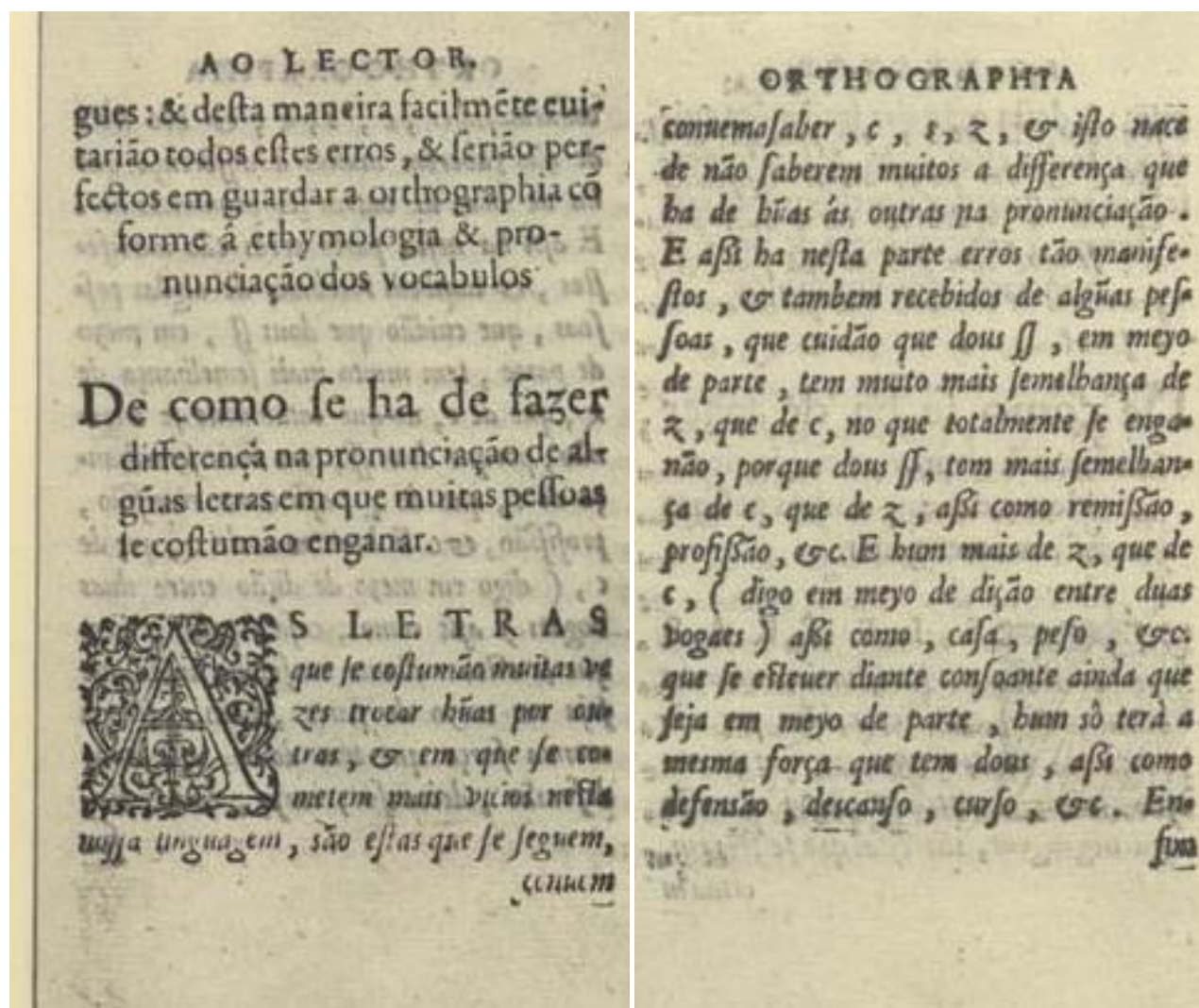
cf. Fichas: Apontamentos de fonética histórica & Ciclos do Português

O "caso das sibilantes" é apenas um exemplo de um ponto central para a compreensão daquilo que Ivo Castro chama de a "elaboração da língua": a norma da língua portuguesa irá se estabelecer, entre o final da Idade Média e o início da Idade Moderna, na direção dos falares do centro-sul, e não na direção dos falares do norte. Dito de outra forma: a norma portuguesa irá se estabelecer **na direção das formas inovadoras surgidas nos dialetos da primeira etapa da reconquista, e não na direção das formas conservadas nos dialetos da área original da língua**. Refiro-me, aqui, a formas inovadoras das variedades orais do centro-sul (é o caso das sibilantes) e aos hábitos de escrita formados a partir do estabelecimento da chancelaria régia em 1250 (como veremos na próxima sessão).

Podemos associar esta trajetória surpreendente e singular uma outra singularidade - a do transferência da capital do reino português para uma cidade reconquistada - Lisboa.

Exame de textos

- (1) Sobre a "perdição da Espanha"- cf. textos da sessão anterior
- (2) Sobre as sibilantes: Magalhães de Gandavo, Fernão de Oliveira, Duarte Nunes

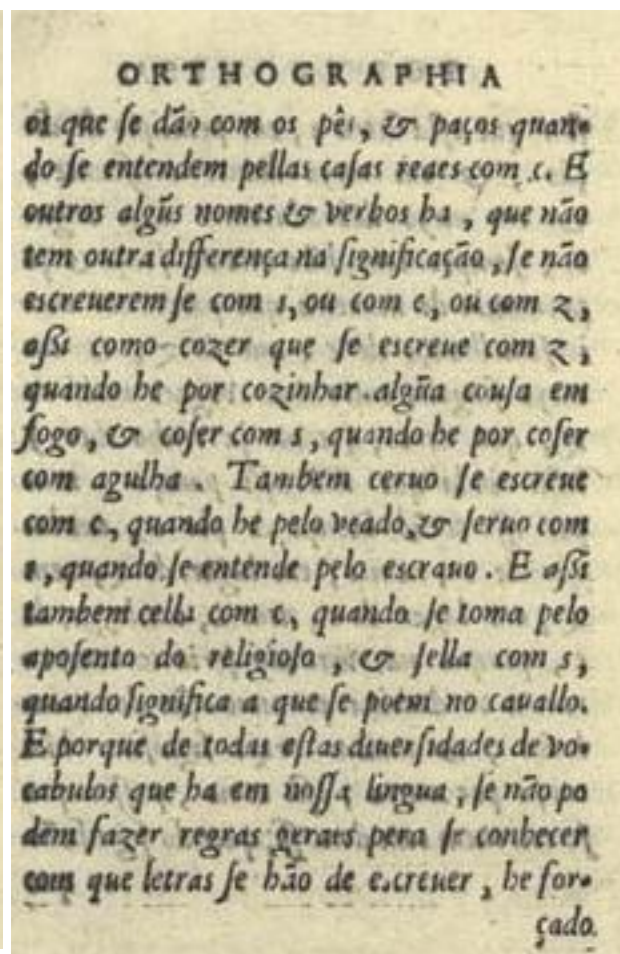
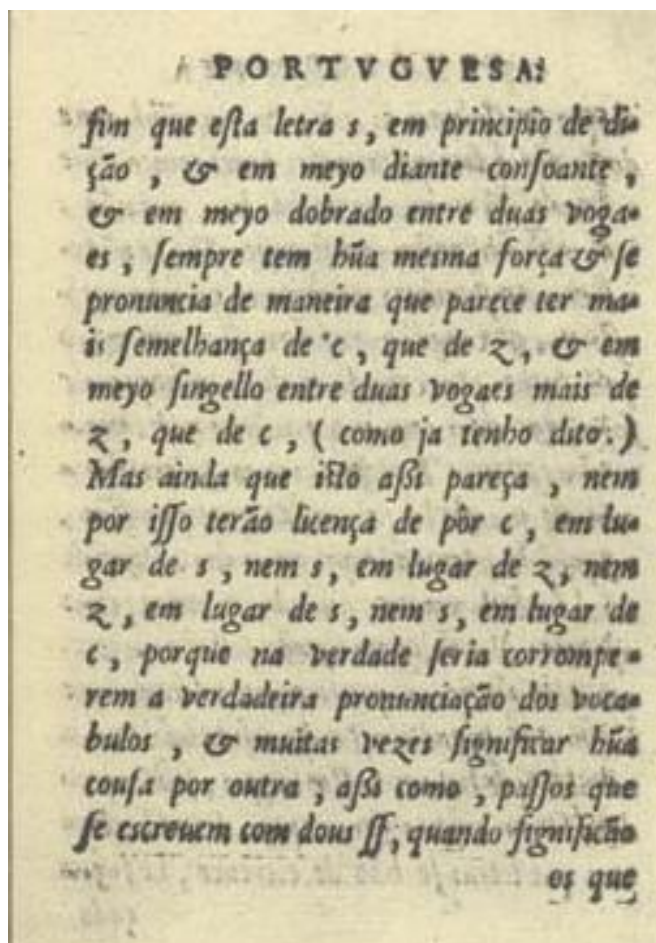


...

**De como se ha de fazer
diferença na pronunciação de al-
gumas letras em que muitas pessoas
se costumam enganar.**

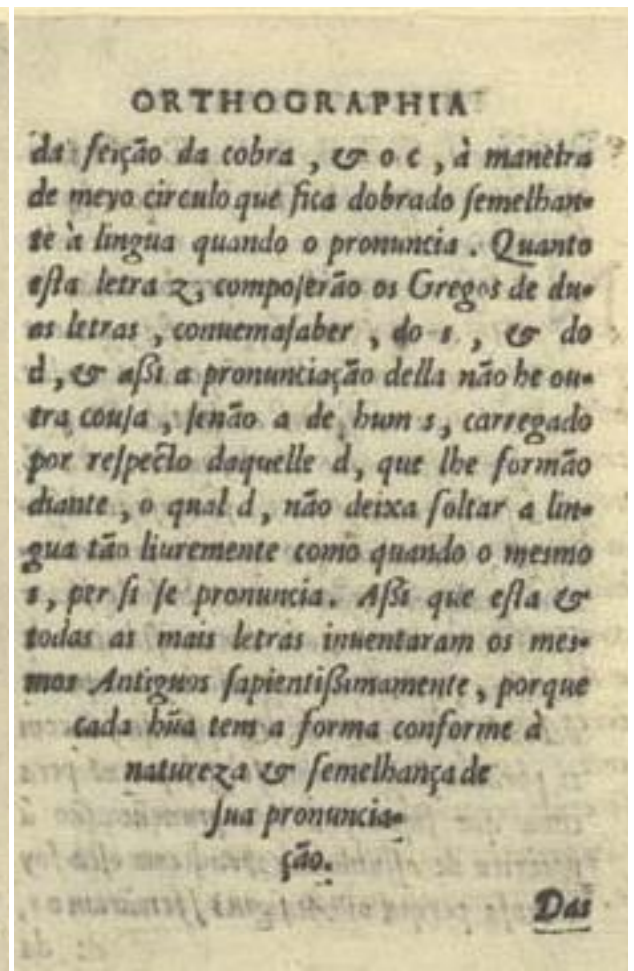
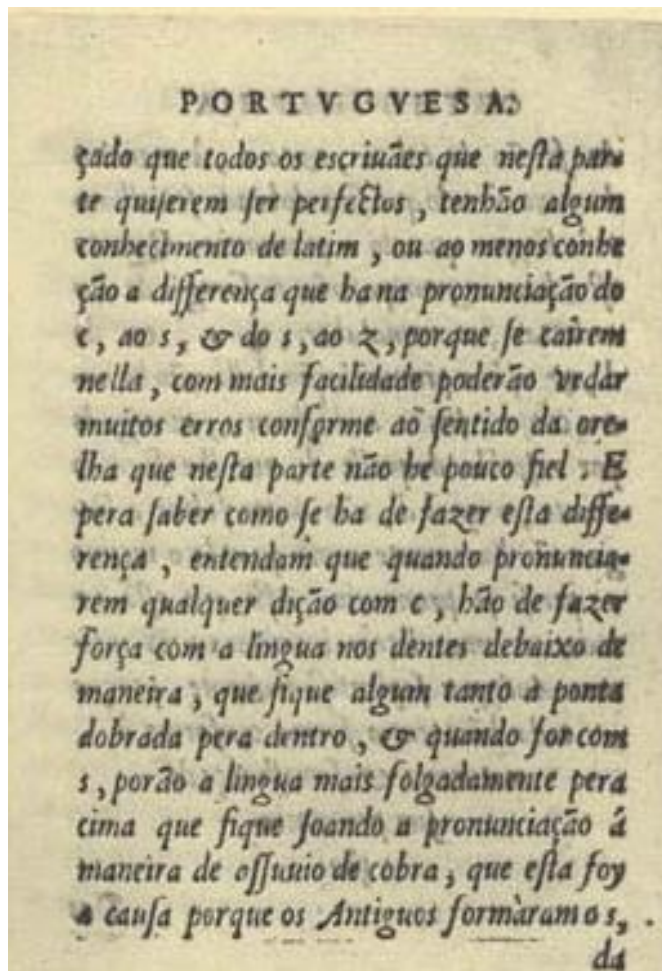
As letras
que se costumam muitas ve-
zes trocar umas por ou-
tras, e em que se com-
metem mais vicios nesta
nossa linguagem, são estas que se seguem,

comvemasaber, **c**, **s**, **z**, e isso nace
de não saberem muitos a differença que
ha de humas ás outras na pronunciação.
E assi ha nesta parte erros tão manife-
stos, e tambem recebudos de algumas pes-
soas, que cuidão que dous **ss**, em meyo
de parte, tem muito mais semelhança de
z, que de **c**, no que totalmente se enga-
nãõ, porque dous **ss**, tem mais semelhan-
ça de **c**, que de **z**, assi como **remissão**,
profissão, etc. E hum mais de **z**, que de
c (digo em meyo de dição entre duas
vogaes) assi como, **casa**, **peso**, etc.
que se estiver diante consoante ainda que
seja em meyo de parte, hum sô terá a
mesma força que tem dous, assi como
defensão, **descanso**, **curso**, etc. En-



fim que esta letra **s**, em principio de di-
 ção, e em meyo diante consoante,
 e em meyo dobrado entre duas vogae-
 es, sempre tem huma mesma força e se
 pronuncia de maneira que parece ter ma-
 is semelhança de **c**, que de **z**, e em
 meyo singello entre duas vogaes mais de
z, que de **c**, (como tenho dito.)
 Mas ainda que isto assi pareça, nem
 por isso terão licença de pôr **c**, em lu-
 gar de **s**, nem **s**, em lugar de **z**, nem
z, em lugar de **s**, nem **s**, em lugar de
c, porque na verdade seria corrompe-
 rem a verdadeira pronunciação dos voca-
 bulos, e muitas vezes significar huma
 cousa por outra, assi como, **passos** que
 se escrevem com dous **ss**, quando significão

os que se dão com os pêes, e **paços** quan-
 do se entendem pellas casas reaes com **c**. E
 outros alguns nomes e verbos ha, que não
 tem outra differença na significação, se não
 escreverem se com **s**, ou com **c**, ou com **z**,
 assi como **cozer** que se escreve com **z**,
 quando he por cozinhar alguma cousa em
 fogo, e **coser** com **s**, quando he por coser
 com agulha. Tambem **ceruo** se escreve
 com **c**, quando he pelo veado, e **seruo** com
s, quando se entende pelo escravo. E assi
 tambem **cella** com **c**, quando se toma pelo
 aposento do religioso, e **sella** com **s**,
 quando significa a que se poem no cavallo.
 E porque de todas estas diuersidades de vo-
 cabulos que ha em nossa lingua, se não po-
 dem fazer regras geraes pera se conhecer
 com que letras se hão de escrever, he for-



çado que todos os escrevões que nesta parte quiserem ser perfectos, tenham algum conhecimento de latim, ou ao menos conhecida a differença que ha na pronunçiação do **c**, ao **s**, e do **s**, ao **z**, porque se caírem nella, com mais facilidade poderão vedar muitos erros conforme ao sentido da orelha que nesta parte não he pouco fiel. E pera saber como se ha de fazer esta differença, entendam que quando pronunçiarrem qualquer dição com **c**, hão de fazer força com a lingua nos dentes debaixo de maneira, que fique algum tanto a ponta dobrada pera dentro, e quando for com **s**, porão a lingua mais folgadamente pera cima que fique soando a pronunçiação á maneira de offuio de cobra, que esta foy a causa porque os Antiguos formaram o **s**,

da feição da cobra, e o **c**, á maneira de meyo circulo que fica dobrado semelhante à lingua quando o pronuncia. Quanto esta letra **z**, compozerão os Gregos de duas letras, convemasaber, do **s**, e do **d**, e assi a pronunçiação della não he outra cousa, senão a de hum **s**, carregado por respecto daquelle **d**, que lhe formão diante, o qual **d**, não deixa soltar a lingua tão livremente como quando o mesmo **s**, per si se pronuncia. Assi que esta e todas as mais letras inventaram os mesmos Antiguos sapientissimamente, porque cada huma tem a forma conforme á natureza e semelhança de sua pronunçiação.

Fernão de Oliveira

Capitolo XIII. [Do modo de pronunciar as consoantes].

O s singelo, diz Quintiliano, é letra mimosa e quando a pronunciamos alevantamos a ponta da lingua pera o ceo da boca e o espirito assovia pellas ilhargas da lingua.

O ss dobrado pronuncia-se como o outro, pregando mais a lingua no ceo da boca.

(...)

A pronunção do z zine antr'os dentes cerrados, com a lingua chegada a elles e os beiços apartados hum do outro; e é nossa propria esta letra.

(...)

Capitolo XIV. [Da figura e pronunciar de outras consoantes e sinaes].

Esta letra c com outro c debaixo de si virado para trás, nesta forma ç, tem a mesma pronunção que z, senão que aperta mais a lingua nos dentes.

Capitolo XXXVI. [Das dições velhas].

As dições velhas são as que foram usadas, mas agora são esquecidas, como Egas, Sancho, Dinis, nomes proprios, e ruão, que quis dizer cidadão, segundo que eu julguei em hum livro antigo, o qual foi trasladado em tempo do mui esforçado rei dom João da Boa Memorea, o premeiro deste nome em Portugal.

O uso destas dições antigas, diz Quintiliano, traz e dá muita graça ao falar, quando é temperado e em seus lugares e tempos. A limitação ou regra será esta pella maior parte: que das dições velhas tomemos as mais novas e que são mais vezinhas de nosso tempo; assi como também das novas havemos de tomar as mais antigas e mais recebidas de todos ou da maior parte. Ainda porém que não sempre isto é acertado, porque muitas vezes alghuas dições que ha pouco são passadas são já agora muito avorrecidas, como **abém, ajuso, acajuso, assuso e hoganno, algorrém** e outras muitas. E porém se estas e quaesquer outras semelhantes as metéremos em mão d'hu homem velho da Beira ou aldeão, não lhe parecerão mal. Mas também não sejam muitas nem queiramos vangloriar-nos por dizerem que vimos muitas anteguidades, porque se essas dições antigas que usamos, as quaes sendo moderadas nos haviam d'afremosentar, forem sobejas, farão muito grande dissonância nas orelhas de nossos tempos e homens.

C

C. Teem acerca de nos muitos officios : hũ proprio, quãdo despois delle se segue .a.o.u. como nas primeiras syllabas destas dições. cauallo, comedia, cutello . Da qual maneira os antigos tambem pronunciauão o.c. quando despois delle se seguia. e. i. segundo se collige de Quintiliano, que diz o .c. teer igualmente sua força com todas as vogaes. E como se vee d'aquelle dicto gracioso de Marco Tullio. O qual querendo motejar a hum, que lhe pedia, que o fauorecessẽ em hũa dignidade, que pedia em Roma, sendo filho de hum cozinheiro, lhe respondeo: Ego tibi quoque fauebo. Porque assi se pronúciaua coce, como quoque.

Mas agora damos a esta letra diferente pronúciação, exprimindoa com .e. & .i. como a pronúciamos, quando lhe accrescentamos a cifra, ou cercilho,

DA LINGOA PORTVGuesa. 5

cilho, ajuntádo a estas vogaes, a. o. u. Porque para exprimirmos as cinco vogaes todas de hũa mesma pronúciação, dizemos, ca, que, qui, co, cu, como se vee nestas palauras de hũa mesma substância, & paretesco: vacca, vacqueiro, vacquinha, vaccona, vaccum. E para pronunciarmos, a. o. u. junto ao.c. como. e. i. poemos lhe hũa cifra, ou cercilho de baxo, que fica fazêdo hũa specie de. z. & dizemos: çapato, çoçobrar, çurrador. A qual cifra nõ poeremos, quãdo depois do .c. se segue .e. i. como fazê os idiotas. Porque o .c. junto aas dictas letras, não pôde dar outro soido, segundo a pronúciação destes têpos. A qual pronúciação impropria do .c. com a cifra não he de Latinos, nem Gregos, mas propria dos Mouros, de que a tomamos.

Outro officio de .c. he ser aspirado, com a qual letra screuemos os nomes Gregos, que dos Latinos tomamos, como Achilles, patriarcha. Aa qual letra os Gregos dão esta figura .ç. fazendoa distincta do c. puro, & accrescentandoa ao seu alphabeto. O que nos não fazemos, por não teermos figura, perque a denotemos, & por a exprimirmos per .c. & .h.

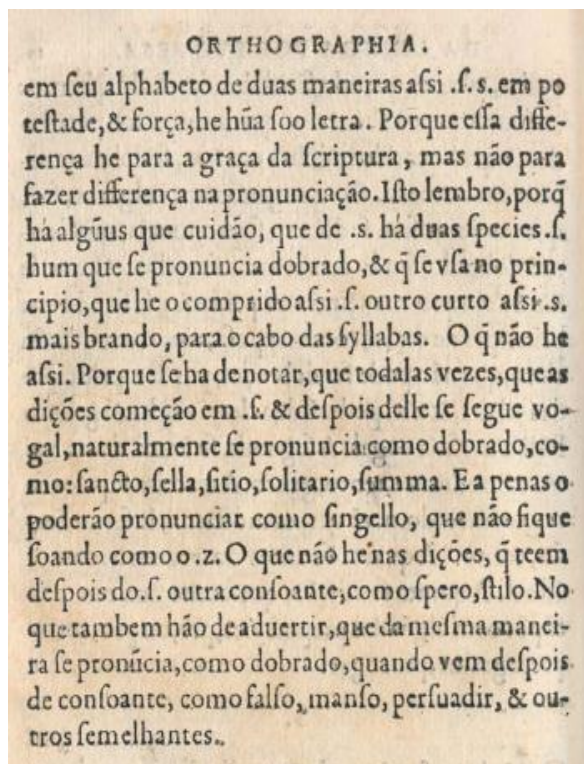
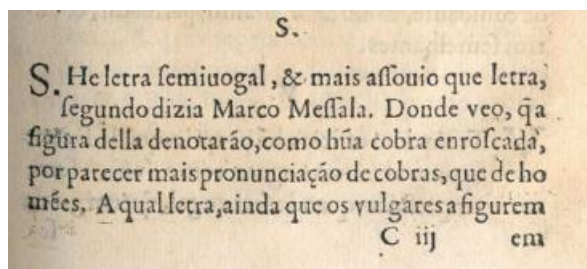
Outro officio teem o.c. emprestado, quãdo despois delle se segue .h. & lhe damos differete pronúciação

A v do.c.

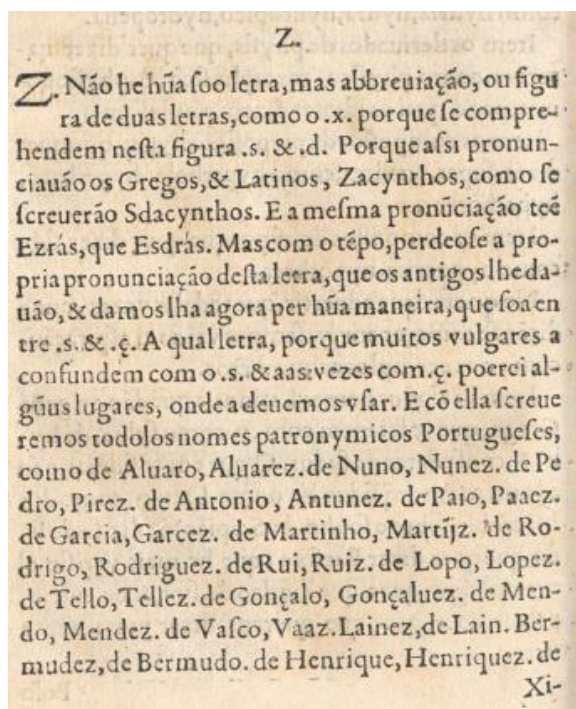
ORTHOGRAPHIA.

do.c. aspirado dos Gregos, como nestas dições, chamar, cheirar, chiar, chorar, chupar. A qual pronúciação tam propria he da lingua Hespanhol, que nem os Gregos, nem os Latinos, Hebreos, ou Arabes a tiuerão: posto que os Italianos a pareção imitar na pronúciação do seu, ce.ci. Polo que podemos dizer, que debaxo de hũa figura do .c. ha muitas letras em potestade & officio.

A Letra S



A Letra Z



Ximeno, Ximenez. de Diogo, Diaz. de Ioannes Ianez, ou Ianes. de Marcos, Marquez.

Item se screuem com esta letra, os nomes femininos de hominados, d'outros desta figura: auareza, largueza, fraqueza, simpleza.

Item todos os nomes, que ha vltima syllaba teem a. com o accéto nella, como: arganáz, cabáz, rapáz. E os que significáo augmento, ou abundancia, que as mais vezes se tomáo em ma parte, como: bebaráz, ladrauáz, lingoaráz, truanáz, &c.

Item se screuem algus nomes, que teem accento, & .e. na vltima syllaba, como, axedréz, véz, pêz, fêz, treéz, & garoupéz: Estes são poucos: porque os mais se screuem per .s. ainda que tenham o accento na vltima, como: Portugués, Ingréz, Marquês, reués, conués, &c.

Item se screuem com .z. os nomes, que teem o .i. na vltima syllaba, teem o accéto nella, como: abuíz, almofariz, chafariz, chamariz, codorniz, juiz, perdiz, raiz, verniz.

Item os nomes, que teem da mesma maneira na vltima o accéto, & o vogal, como: albornóz, algôz, arrôz, arrôz, Badaiôz, Estremôz. E os monosyllabos, f. de húa soo syllaba, que teem o accento agudo, como

DA ORTHOGRAPHIA.

como: coz, faz, nôz, voz, tirando nos, & vos pronomes, que se screuem com .s.

Item os nomes que teem .u. na mesma vltima com accento, como: alcaçuz, arcabuz, Andaluz, alcatruz, Ormuz, cuscuz. E as diçôes de húa syllaba, como: cruz, luz: tirando a primeira pessoa do preterito perfeito, do verbo, ponho, que he pôs, que se screue com .s.

Item se screuem com esta letra, as terceiras pessoas destes verbos, & seus descendetes: faz, diz, jaz, traz, como: fazia, dizia, jazia, trazia: fazer, dizer, jazzer, trazer.

Item estes nomes numeracs, dez, onze, doze, treze, quatorze, quinze, dezaseis, dezasete, dezoito, dezanoue, dozentos, trezentos. Mas quatrocentos, & os mais ate mil, se screuem per .c.

Item se ha de notar, que por esta letra em si fer dobrada, se não pôde dobrar na scriptura. Polo que he grãde abuso o dos Italianos, os quaes todalas vezes, que o .z. vem entre duas vogaes, o dobráo, & dizem, *auillez, bellez, hollez*. O que não pode ser: porq̃ os dons .zz. té força de quatro consoantes, q̃ não teem vogaes, a que vão atadas. Saluo se dixerem, q̃ esta letra perdeo a propria pronunciação antiga das letras dobradas.

DA LINGOA PORTVGUESA. 24
das, & que agora he húa specie de .s. que dobrado
vem dar no noſſo .ç.

Das dicções que dobram

DA LINGOA PORTVGUESA. 41
DAS DICÇÕES, QUE DOBRÃO
as letras.

¶ Das que dobrão. S.
S. Dobrão muitos, que he eſcufado poer particular
mête: porque he letra tam apparente, quando ſe
dobra, q̄ qualquer orelha o ſinte: como dixemos do
r. Polo que não fica mais, que ſcreuer, como pronũ-
cia-

DA LINGOA PORTVGUESA. 48
ciamos com a obſeruação, & regras, que teemos da-
das, no capitulo deſta letra. s. & com nos lembrar, q̄
nenhúa letra ſe dobra, ſenão vindo entre duas vo-
gaes, q̄ he húa regra, em que poucos caem. D'onde
vem dizerem manſſo, immenſſo, & outros aſſi erra-
damête. Mas o que ſe pode dizer em ſomma, & per
via de regra he, q̄ dobrão eſta letra os ſuperlatiuos, co-
mo, doctiſſimo, illuſtriſſimo, ſereniſſimo. Mas não
os numeracs, como algũus mal cuidão, como, vigefi-
mo, trigefimo, porque erradamente dizem, vigefi-
ſimo, trigefiſimo.
Item os verbos Portugueſes, q̄ começão em .a. &
teem logo deſpoſ elle. s. & deſpois outra vogal, como
aſſacar, aſſanhar, aſſectear, aſſegurar, aſſetar, aſſeſe-
gar, aſſinalar, aſſoelhar, aſſolar, aſſoldadar, aſſomar,
aſſombrar, aſſouiar.
Item os nomes femininos de dignidades como
Abba-deſſa, Prioreſſa, Alcaideſſa, Baroneſſa, Cõdeſ-
ſa, tirando eſtes, Princeſa, Duqueſa, Marqueſa, &
da meſma maneira Deoſa, que ſtã recebido pronũ-
ciarem ſe, & ſcreuerem ſe per hum .s.
Item dobrão os verbos deſte tempo de todas con-
jugações, a maſſe, lecſſe, ouuiſſe, per todos ſeus nu-
meros, & peſſoas.
Das

Regra XVI

REGRAS GEERAE S
Da orthographia da lingoa
Portuguesa.

Regra. XVI. Que

DA LINGOA PORTVGVE SA: 8

QVe tenhamos grande ceto nos vocabulos, em q̄ entra .c. s. & .z. Porq̄ a mais da gente, & não soo a vulgar, se engana na scriptura, confundindo estas letras, & poendo hũas por outras, sem distincão, sendo ellas diferentes, & distantes na pronunciação, & natureza, assi como o são na figura. Das quaes letras o que se pode reduzir a regra he isto: Que com .c. se screuem todos os nomes verbaes, corruptos dos Latinos acabados em, tio, de qualquer conjugação que seião deriuados, como, oração de oratio, geeração, de generatio, lição, de lectio: tirando razão de ratio, que dizemos aa differença de razão, por porção.

Item todos nomes cujos Latinos se acabão em, tium. como seruiço, de seruitium, negocio, de negotium, exercicio, de exercitium. Por o que não dirão negotio nem exercitio. Porque como dixe na letra .C. he pronunciação mui alhea. Nem menos diremos, offitio, como algũus, querendo ser mais Latinos do que he necessario, dizem. Porque os Latinos não dizem offitium, senão officiũ, por vir de facio, assi como també dizem iudicium, de iudico, que corrompemos, & mudamos em juizo.

Item screueremos per .c. os vocabulos acabados acerca dos Latinos em, tia, que são os nomes, q̄ cha-

H ij mão

mão denominados, como prudencia, de prudência, paciencia, de patientia. sciencia, de scientia. Porque a nossa lingua não admite nelles a pronúciação Latina, que não he, a que lhe nos damos vulgarméte. Polo q os hemos de screuer, como os pronúciamos. O que se vec em algũus, a que tiramos o .i. per syn-copa, q necessariamente ficão em .ç. como justiça de iustitia, sentença, de sententia. E pela mesma analogia, conuença, differença, Valença.

Item os verbos deriuados dos ditos nomes denominados sacabados em çã, como de sentença, sentenciar. de justiça, ajuſtiçar. de preguiça, espreguiçar. de cobiça, cobiçar.

Item todos nomes deriuados de outros, ainda que meros Portugueses desta figura, confiança, medrãça, possança, bonança, abastança, &c.

Ité todos os verbos có toda sua inflexão de tépos, modos, & pessõas, cujas primeiras pessõas do preséte do indicatiuo, se acabão em .iço, como espreguiço, espreguiçar. desperdiço, sperdiçar. enfeitiço, enfeitiçar.

Item todos nomes acabados da mesma maneira, q por a maior parte significão abũdancia, ou frequencia, como chouediço, fugidiço, feitiço, castiço, metrediço, maciço, dobradiço, agastadiço, nouiço, &c.

Item

DA LINGOA PORTVGuesa. 59

Item todos os verbos desta figura, preualeço, preualecer, balteço, baltecer, appareço, apparecer, & así conheço, stabeleço, emmagreço. E así mesmo os nomes que delles descendem, como conheciméto, bastecimento, sobstabelecimento.

Item se screuem per .c. todos nomes, que acerca dos Castelhanos se acabão em zo. ou za. que significão grandura, ou abundancia, que são contrarios na significação aos diminutiuos, como bargantaço, caualço, porcaço, negraço, gordaço, gordaça, &c.

E todos os nomes que os Castelhanos acabão na dita terminação, zo. ou za. ainda que não tenham aquella significação augmentatiua, como laço, agraçõ, inchaço, chumaço, aço, couraça. &c.

Item os nomes desta figura, ladroice, truanice, bebedice, sandice, velhice, meninice, paruoice, garridice, &c.

Per .s. se screuerão aquelles, cujos Latinos teem .s. Polo que de mensa diremos mesa, & não meza. E de casa não diremos caza. E así screueremos os deriuados delles, como casal, caseiro, casamento, & não cazal, nem cazamento. E se dizemos diuisão, não diremos diuizão, & de defenſa, não diremos defeza, nem prezente, por prezente. Polo que nos fique por

H iij por

ORTHOGRAPHIA.

regra, que todo nome verbal, que acerca dos Latinos se acaba em fio, mudemos em, fão, & digamos de diuisão, diuisão, de conclusio, cóclusão, de pêtio, pensão: & todos os mais pela mesma maneira, tirãdo paixão, que dizemos de, passio.

Per. z. se fereuem aquelles, de que a tras fizemos menção no titulo da letra. Z.

72

VOCABVLOS QUE

Screuendolê com diferentes letras,
teem diferente significação

Caçar aues, ou animaes.	Caçar tomar mulher, ou marido.
Caça de aues, ou animaes.	Casa em que habitamos.
Ceruo, Veado.	Seruo captiua.
Cesta vaso de vime.	Sesta nome numeral por sexta.
Ceuo, comida.	Seuo, grossura do animal.
Cinto que cinge.	Sinto, tomo sentimento.
Cofo o panno com agulha.	Cozo a carne no fogo.

ORTHOGRAPHIA.

Latino.	Italiano.	Castelhano.	Portugues.
Clamare.	chiamare.	llamar.	chamar.
clauis.	chiaue.	llaue.	chaue.
fiamma.	fiamma.	llama.	chama.
plaga.	piaga.	llaga.	chaga.
planus.	piano.	llano.	cháo.
plenus.	pieno.	lleno.	cheo.
pluma.	piuma.	pluma.	chumaço-chumella
plūbum.	piombo.	plomo.	chumbo.
pluuia.	pioggia.	lluuia.	chuiua.
pluit.	pioue.	llueue.	choue.
plantago.	plantagine.	llanten.	chantagê.

3. A Construção da língua portuguesa frente ao espaço Ibérico: O processo de "elaboração" da língua

Exame de textos

1532: Fernão de Oliveira. "Gramática da Linguagem Portuguesa"

1574: Magalhães de Gandavo. "Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingua portuguesa"

1576: Duarte Nunes. "Ortografia da Língua Portuguesa"

1602: Duarte Nunes. "Origem da Língua Portuguesa"

Epígrafes

Fernando Vasquez Corredoira, A Construção da língua portuguesa frente ao castelhano, 1998:

As profundas transformações económicas, demográficas e culturais, início de uma sociedade urbana e mercantil, que se desenvolvem na derradeira fase da Idade Média, geram a emergência de novas camadas sociais que buscam dotar-se de expressão própria que as distinga. Nasce, então, em certos grupos de notáveis **a vontade de inventar uma língua**, prestigiosa como o latim. (1998:23)

Duarte Nunes de Lião, Origem da língua portuguesa, 1606 (meus grifos):

Era a língua Portuguesa na saída daquele cativoiro dos Mouros mui rude, e mui curta, & falta de palavras, e cousas, por o mísero estado, em que a terra estivera: o que lhe conveio tomar de outras gentes, como fez. Polo que sua meninice foi no tempo del Rei dom Afonso VI, de Castela [1076-1109], e no do Conde dom Henrique [1139-1185] até o del Rei dom Dinis de Portugal [1279-1325] que teve alguma policia, e foi o primeiro que pos as leis em ordem, e mandou fazer compilação delas, e compôs muitas cousas em metro à imitação dos Poetas Provençais, como se **melhorou** a língua Castelhana em tempo del Rei dom Afonso o sábio [1252-1284] seu avô, que mandou escrever a crônica geral de Espanha, e compilar as sete partidas das leis de Castela, obra grave, e mui honrada, posto que rude nas palavras, como também mandou traladar muitos autores da língua latina na Castelhana. E assi se foram **ornando** ambas as línguas, Portuguesa e Castelhana até a **policia** em que agora estão." (Lião, 1606:30-33; minha edição)

Pero Magalhães de Gandavo, Diálogo em defesa da língua portuguesa, 1574:

(Falencio): La causa señor Petronio, de vuestra lengua ser juzgada por essa (no solo de todas las naciones del mundo, mas aun de los mismos Portugueses que la poseen) es por que en su principio como se puede ver en el language de algunas historias y cronicas antiguas de Portugal, usavan muchos vocabulos muy diferentes y improprios de su natural significación y origen. Y después conociendo los hombres por el tiempo adelante la impropriedad, y poca policia deste language, vinieron poco a poco **apurandolo con derivar y componer vocabulos** de diversas lenguas **ayuntandolos** ala suya: y asi con favor delas agenas **suplieron muchos defectos** que ella en si tenia. Por donde se no puede llamar verdadero Portugués el que agora en estos tiempos usais, sino el antiguo que en principio se usava, como ya tengo dito. Y por esso con razón llaman todos a esta lengua bárbara, que en la realidad dela verdad lo és, pues de si es tã pobre, y tan poco polida, que sin ayuda delas otras quedaria tan ruda y tosca, que en estos tiempos no se poderia oír, ni aun entender delos mismos Portugueses. (p. 4-6)

3.1 Delimitar e Nobilitar; Codificar e Elaborar

Fernando Vasquez Corredoira, *A Construção da língua portuguesa frente ao castelhano*, 1998:

Codificar (ou gramaticalizar) e **elaborar** significa, entre outras coisas, operar na língua escolhida uma formalização que tenda, idealmente, a torná-la unitária. É intervir culturalmente na língua, considerada, portanto, objeto sobre o que se pode e deve agir conscientemente a fim de plasmar conforme ao modelo visado. É o que os gramáticos renascentistas exprimem ao falarem de uma língua *sujeita a arte* (1998: 26).

Os primeiros gramáticos portugueses, como os seus contemporâneos de outras terras, ocupados de preferência em *codificar ortograficamente* e **nobilitar** o vernáculo do Reino, não se cuidam muito de reprovar determinados usos (embora não faltem propostas corretoras). Daí que os listados de vocábulos a preferir, confrontados com aqueles a evitar, sejam de reduzida extensão. Posteriormente (séculos XVII e XVIII), observa-se que aumenta a atenção correctora dirigida a reprimir as formas ruins. (1998:58, meu grifo)

As gramáticas renascentistas, tem se dito inúmeras vezes, são consequência e instrumento de um ideal expansivo tanto funcional como espacial. Menos se tem notado o seu papel na **marcação da fronteira**. Face ao *continuum* dialectal da oralidade, impreciso, de transições insensíveis, a codificação da língua ligada ao centro de poder, impondo limites certos, **define um espaço** (o do *próprio* frente ao *outro*, o do *nós* face ao *eles*). Significativamente, as primeiras gramáticas vulgares são contemporâneas ao desenvolvimento dos estudos cartográficos e ao traçado de uma linha de alfândega a determinarem exactamente a fronteira entre os reinos. A codificação linguística em todos os seus aspectos, nomeadamente no ortográfico, actua, assim, em paralelo, contribuindo para construir a diferença. (1998: 33)

A escassa distância linguística entre o português e o castelhano surge como uma dificuldade a mais no esforço persuasivo. (...) Os autores portugueses têm consciência de que tão estreita semelhança linguística representa uma **ameaça para a nobilitação da língua**, porquanto podia questionar-lhe a autonomia" (1998:51)

O bilinguismo literário e palaciano luso-castelhano, favorecido pela estreita semelhança entre os dois dialetos românicos é, sobretudo, consequência e manifestação da hegemonia peninsular castelhana. A reacção lusitana não pode evitar seu caráter defensivo - sempre *em relação* a, deve **trabalhar em distinguir a língua portuguesa do castelhano**. (1998:16)

"É ponto assente que a norma-padrão portuguesa se constitui sobre as bases dos falares da região centro-sul. É neste território que se situa a Universidade, o mosteiro de Alcobaça, a Corte, e o "centro político da nação". Desde cedo, Lisboa torna-se o principal pólo económico e a capital política do Reino. A expansão ultramarina acentua ainda a sua posição dominante no conjunto do país. A hipertrofia lisboeta, notam geógrafos e historiadores, é elemento fundamental na estruturação de Portugal". (1998:57).

Ivo Castro, *Introdução à história da língua portuguesa*, 2004:

Discute-se se o galego e o português fizeram caminho juntos durante muito ou pouco tempo. (...) Como seria na Idade Média? Os trovadores - galegos, portugueses e castelhanos - escreviam todos na mesma língua, mas era uma língua artificial e não necessariamente a língua que cada um falava. Nessa língua literária, (...), não se observam traços que apontem para uma separação regional, mas dificilmente os poetas, ao falar, usariam dessa língua unificada. Pode ser que o galego e o português já estivessem a se separar. De qualquer forma, a sua separação definitiva ocorreu no final do ciclo em exame, através de um **episódio intercalar de elaboração da língua**, processo coincidente e decerto relacionado com **as grandes alterações sociais e políticas** já referidas. (...) Enquanto o centro-sul se torna cada vez mais influente, o norte de Portugal perde o estatuto de berço do reino e passa a ser visto como uma província distante. E a Galiza, com a qual tem as maiores afinidades, torna-se ainda mais distante. As transformações que o português então sofre afastam-no da matriz medieval galego-portuguesa (...). Na soma dessas mudanças reconhece-se **um processo de elaboração linguística, um acto de recusa das origens** com o qual a língua portuguesa atinge o fim do seu período de formação e de crescimento, que precede um pouco o final da Idade Média". (2004:86-87)

3.2 Das "grandes alterações sociais e políticas":

A crise de 1383 e a fundação da dinastia de Avis

Saraiva, António José. *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1995.

(e cf <http://www.casarealportuguesa.org/dynamicdata/Cronologia.asp> para as dinastias)

3.2.1 Dinastia Afonsina (1143, Afonso Henriques - 1383)

- *Annales Portucalenses Veteres (sec. XIII)*

Era 1160. Magna fames fuit in civitate Colimbrie et in tota Portugalensi regione a Mineo usque in Tagum (cf. Saraiva 1995:151)

- *Livros de linhagens*

Discurso de D. Afonso IV (1325 - 1357) aos guerreiros da batalha do Salado, na refundição do Livro de D. Pedro (cf. Saraiva, 1995:157)

- Meus naturais e meus vassalos: sabeis bem como esta terra de Espanha foi perdida por rei Rodrigo e ganhada pelos Mouros; e como outra vez entrou nela Almançor, e como os vossos avós, donde descendeis, por grandes trabalhos seus e por mortes e sofrimentos, ganharam o reino de Portugal; e como el-rei D. Afonso Henriques, com quem eles a ganharam, lhes deu honras e coutos e liberdades e quantias para que vissem honrados (...) e como os reis que depois dele vieram mantiveram isso. Eu, depois que vim a este lugar, fiz aquilo que estes reis fizeram (...). Olhai por estes Mouros que vos querem ganhar a Espanha, de que dizem que estão forçados, e hoje-este-dia a entendem cobrar se nós não formos vencedores. Ponde em vossos corações fazerdes como fizeram aqueles donde vindes, para que não percais vossas mulheres nem vossos filhos, e o com que hão-de viver aqueles que depois de vós vierem. Os que morrerem e os que viverem serão salvos e nomeados para sempre.

- *Crônica geral da Espanha (1344)*

Podemos dizer, resumindo, que este era o ponto de vista dos fidalgos ligados por laços de parentesco a toda a Espanha. (Saraiva 1995:161).

3.2.2 Dinastia de Avis (1385, D. João I -1580, D. Antonio)

- "*A crônica do mouro Rassis*"?

Ou *Akbbâr mulúk al-Andalus*, "História dos emires de Espanha", traduzida para o português no século XV e perdida no terremoto de Lisboa de 1777.

(cf. Miranda, José Carlos – “Na génese da *Primeira Crónica Portuguesa*”. *Medievalista* [Em linha]. N.º6, (Julho de 2009). ISSN 1646-740X. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA6/medievalista-miranda.htm>)

- *Crônica de Portugal, 1419 (atribuída ao infante D. Duarte, filho de D. João I)*

Trecho sobre as motivações da tomada de Santarém:

(...) Por duas razões, uma porque era lugar mui forte e guerreiro que fazia mui grande dano em sua terra, e outra porque era a melhor vila de todo o seu reino pela nobreza do seu assentamento. Ca a vista dos homens nom se pode fartar de ver esguardando contra o Oriente os campos chãos e muito avondosos de todo o pão por espaço de cento e sessenta estados {estádios} (...); outrossi ao Ocidente e aurego {sul} desfalece a vista dos olhos da bondade do seu termo, e do aguião {norte} contra os montes, mui grande avondança de vinhas e olivais. (Saraiva 1995:157)

- *Crônicas de Fernão Lopes e seus sucessores*

3.2.2.1 Os Avis, o "amor da terra" e seu cronista, segundo A. Saraiva



"A nova dinastia resultara de um golpe de estado apoiado numa insurreição popular, que culminou nas Cortes de Coimbra de 1385, em que D. João, mestre de Avis, foi eleito rei. D. João deveu esta eleição ao facto de ter assumido a chefia do movimento popular que rejeitava o legítimo herdeiro do trono, D. João de Castela, casado com a filha do falecido D. Fernando. Pesava portanto um labéu de ilegitimidade sobre a nova dinastia e a missão principal de Fernão Lopes, como cronista da corte, era justificá-la". (...)

"A nobreza, fiel a este direito tradicional, dividiu-se entre o candidato castelhano e outro D. João, filho suposto legítimo de D. Pedro, que estava homizado em Castela e que lá fora preso. Segundo o direito tradicional, o mestre de Avis estava em último lugar na cauda dos candidatos ao trono. Mas tinha a seu favor, no sentimento popular, o ter acaudilhado a revolta de Lisboa contra a rainha viúva D. Leonor, que era odiada não só por uma parte da nobreza, mas também pelo povo da cidade, com quem defendeu Lisboa contra o rei de

Castela, que lhe pusera cerco em 1384".

"Perante a alternativa posta em 1383, a nobreza, como é natural, manteve-se fiel ao direito tradicional, o que, neste caso particular, equivalia a aderir ao rei de Castela. Não significava isso, do seu ponto de vista, qualquer traição ou felonía. A Espanha era toda uma, como o mostrava a *Cronica Geral da Espanha de 1344* ou o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, e laços de família, reforçados pela camaradagem de armas na luta contra os Mouros, constituíam as malhas do tecido de toda a nobreza hispânica".

"Mas as populações locais não o sentiam assim. O seu horizonte era a terra onde nasceram, a comunidade local e outras comunidades semelhantes pela língua e costumes, os locais de trabalho e negócio, os lugares da infância, do sofrimento, das alegrias e da morte. É a este complexo que Fernão Lopes vai chamar "o amor da terra". E é sobre este sentimento que se funda o direito novo, sem nome, de recusar um senhor que não seja da terra. Designá-lo-emos "direito de naturalidade", ou direito nacional".



Cerco de Lisboa, 1384; Iluminura da Crónica de Jean Froissart (1333-1405)

"Concretamente, enquanto o alcaide de um castelo devia fidelidade ao senhor que legitimamente lhe entregava as chaves, ou aos seus sucessores, legítimos herdeiros do domínio do castelo, segundo uma hierarquia vertical, a população da vila, isto é, os homens livres, lavradores, mercadores ou artesãos, sentiam-se, pelo contrário, irmanados na defesa de um

espaço, de uma língua e de uma tradição local comum dentro dos quais se tinham criado e só estavam ligados ao senhor, mais ou menos submissamente, em todo o caso passivamente, por mera imposição de força".

"Os acontecimentos de 1383 puseram a claro esta oposição. O direito de naturalidade com o nome de Portugal e o direito senhorial com o nome de Castela afrontaram-se claramente; e, como este se identificava com o grupo governante, toda a autoridade apareceu odiosa aos homens das vilas, e, por contágio, a muitos camponeses pobres. Assistiu-se então a um acontecimento de grande valor simbólico: a demolição dos castelos pelo povo das vilas, uma espécie de premonição da demolição da Bastilha, em França".

"O debate entre os dois direitos correspondia não só à oposição entre Portugal e Castela, mas também à oposição entre dominados e dominadores, e unia num mesmo vínculo, por um lado, os fidalgos, fosse qual fosse seu lugar na cadeia de vassalagem, e por outro, os não fidalgos, fosse qual fosse seu estatuto económico. A ocasião fulgurante esbateu os particularismos característicos da sociedade medieval e tornou clara a linha divisória fundamental: os que possuíam a terra e os que eram possuídos como parte deste património". (...)

"Ao lermos Fernão Lopes, encontramos que o direito de naturalidade era usado como argumento mesmo entre fidalgos. (...) Como se vê pelo texto, "ser verdadeiro português", ter amor à terra e não desejar sua destruição, é uma razão "decoreação", um sentimento natural". (...)

"Justificar a legitimidade do fundador da dinastia de Avis obrigava, portanto, o cronista a justificar o direito novo, o direito de naturalidade, que era sentido sobretudo na massa do povo não nobre. As crônicas de Fernão Lopes são a narração deste grande movimento que levou os povos do Reino a imporem seu direito contra a hierarquia senhorial, narração que está repassada de afectividade e entusiasmo e que em si mesma é uma justificação". (Saraiva, 1995:168-170)

... outra coufa gera ainda esta conformidade, & natural inclinação, se gundo sentença



<http://moodle.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=3593>

de alguns que o pregoeiro da vida he a fame, rece bendo refeição, para o corpo, o sangue, & espiritos gerados de tãtas ciandas, tẽ hũa tal femelhança antre os que cauã esta confor midade. Alguns outros tiueraõ, q' isto decia na semente, no tempo de geração, a qual dispoem por tal guifa aquello, q' della he gerado, que lhe fica esta conformidade, tambem acerca da terra, como de seus diuidos, & ao que parece que o sentio Tulio, quando veio a dizer. *Nós não fomos nados a nós mesmos, porque hũa parte de nós tem a terra, & a outra os parentes.*

(do Prólogo da Crônica de D. João, F. Lopes)

- cf. 1. Fac-simile: Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Tesouros. <<http://ttonline.dgarq.gov.pt>>
2. Transcrição:

3.3 Voltando ao problema da "elaboração" da língua

Para Ivo Castro (Castro, 2004), a história da língua portuguesa se define pelos sucessivos ciclos de expansão que refletem “a história da ocupação do território, a formação do estado e os grandes movimentos da nação”:

“O primeiro movimento a considerar pode ser apresentado como uma transplantação inicial da língua, que parte de sua área inicial na Galesia Magna para se derramar pelo resto do território europeu, onde se sobrepõe ao árabe que as populações reconquistadas falavam. O segundo movimento, igualmente para o sul, consiste em um salto para fora da Europa. Com as Descobertas, a língua instala-se em ilhas atlânticas desabitadas, nos litorais africano e asiático que ofereciam suporte às rotas marítimas, e ainda no litoral brasileiro.”(...)

“Estes dois movimentos sucessivos de crescimento da língua portuguesa permitem-nos reconhecer a presença e a acção de dois ciclos evolutivos, **separados por uma cesura no séc. XV**:

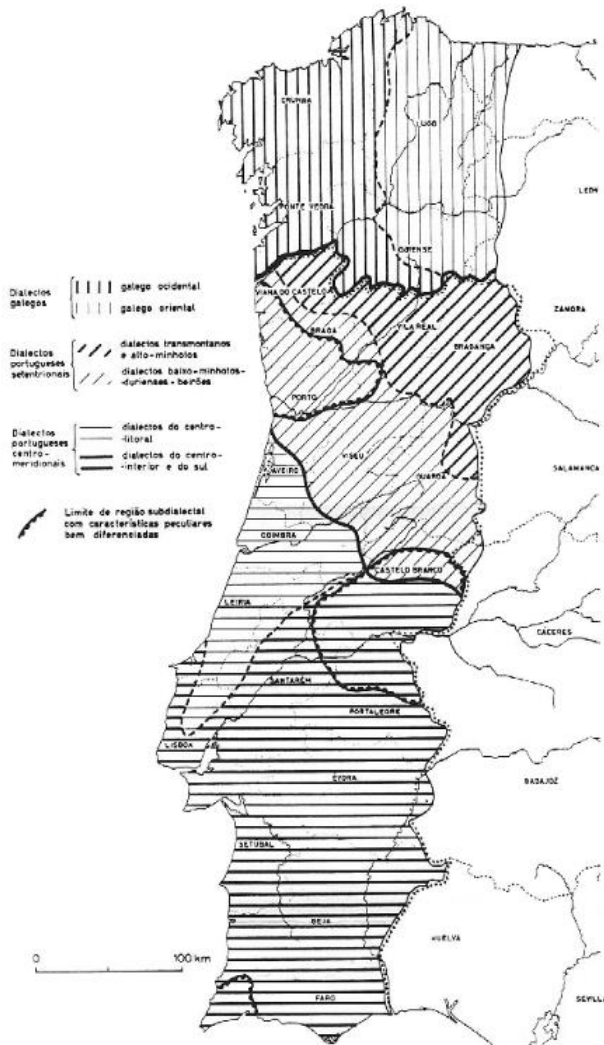
(a) o ciclo da Formação da Língua, que decorre entre os sécs. IX e XV na esteira da Reconquista do território dos árabes; os povos do norte transplantaram a sua língua para o sul, onde ela se transformou pelo contacto com a língua local **e ganhou, a partir do séc. XV, ascendente sobre os dialectos do norte, tornando-se base de uma norma culta de características meridionais, que seria vista como a língua nacional**;

(b) o segundo ciclo é o da Expansão da Língua: o período do séc. XV a inícios do séc. XVI é aquele em que a língua mais radicalmente se transfigura. Enquanto se reestruturava e consolidava dentro de portas, a língua portuguesa começa a expandir-se para fora da Europa, pelo que, a partir de então, é preciso distinguir entre português europeu e português extra-europeu”.

"O ciclo da Formação desenrola-se a partir da introdução de algumas mudanças muito extensas na língua falada no território inicial da Galécia Magna, língua que, entre os sécs. V-VII, era ainda uma variedade de latim oral. Simplificando, diremos que duas consoantes muito frequentes iniciam um processo de apagamento quando se encontram em posição intervocálica, o que teve como consequência que todas as palavras que as possuíam mudaram drasticamente de aspecto sonoro."(...)

"Estes dois fenómenos semelhantes produziram-se apenas na Galécia Magna e afectaram o latim aí falado, que passou assim a distinguir-se tanto do latim falado no centro da Península, que daria origem ao castelhano e ao leonês, como do latim falado a sul, na Lusitânia. Essa diferença entre a língua da Galécia Magna e as suas vizinhas mais chegadas talvez tenham sido o acto de nascimento da nossa língua, a que, por respeito pela área em que ocorreu, se pode chamar galego-português". (Castro, 2004:84-85).

3.3.1 Divisões internas do galego-português (panorama atual)



Começamos o ponto pensando em aspectos "areais", dialetais, agora levantando as divisões que se formam no interior daquela "área dialetal do galego-português" que havíamos definido superficialmente. Nesse caso, veremos que as divisões internas dessa área tomam um sentido de faixas horizontais, com uma macro-região dialetal correspondente (grosso modo) às fronteiras políticas da atual Galiza; uma macro-região correspondente ao norte de Portugal; e uma macro-região correspondente ao sul de Portugal (sempre a grosso modo).

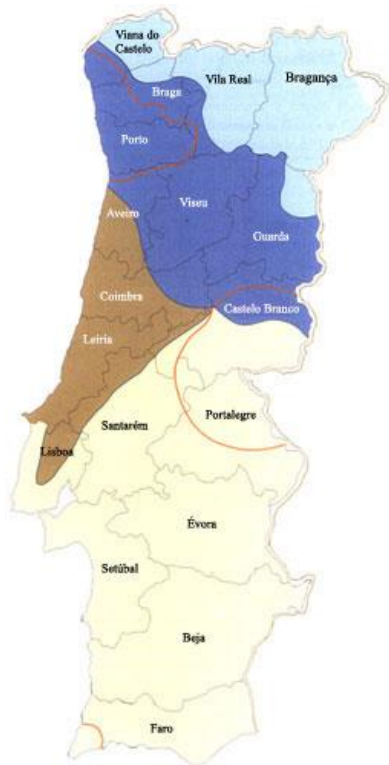
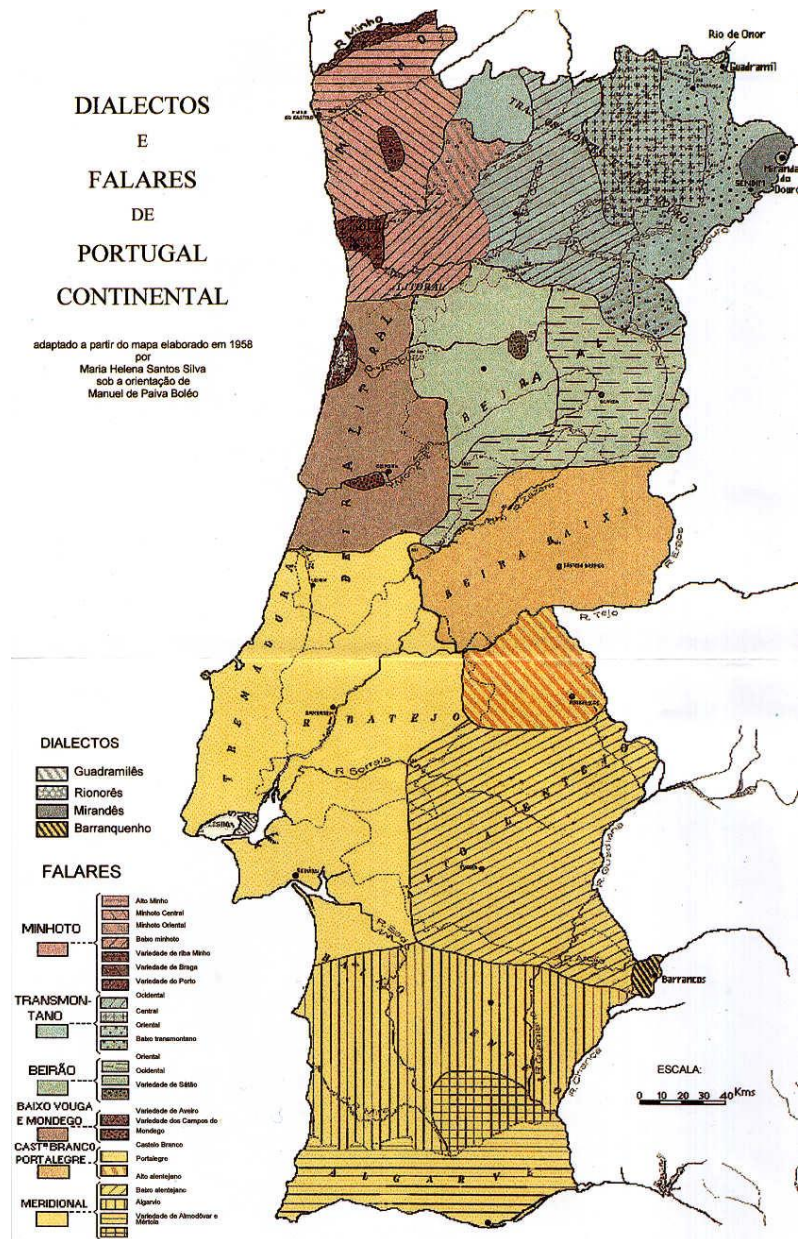
(cf. Lindley Cintra, 1971)

3.3.2 Divisões Dialetais do Português continental (panorama atual)

Os dialectos portugueses segundo Luís Filipe Lindley Cintra (mapa adaptado de Cintra 1971 por Segura e Saramago 2001) (Instituto Camões)

DIALECTOS E FALARES DE PORTUGAL CONTINENTAL

adaptado a partir do mapa elaborado em 1958 por
Maria Helena Santos Silva
sob a orientação de
Manuel de Paiva Boléo



Dialectos portugueses setentrionais

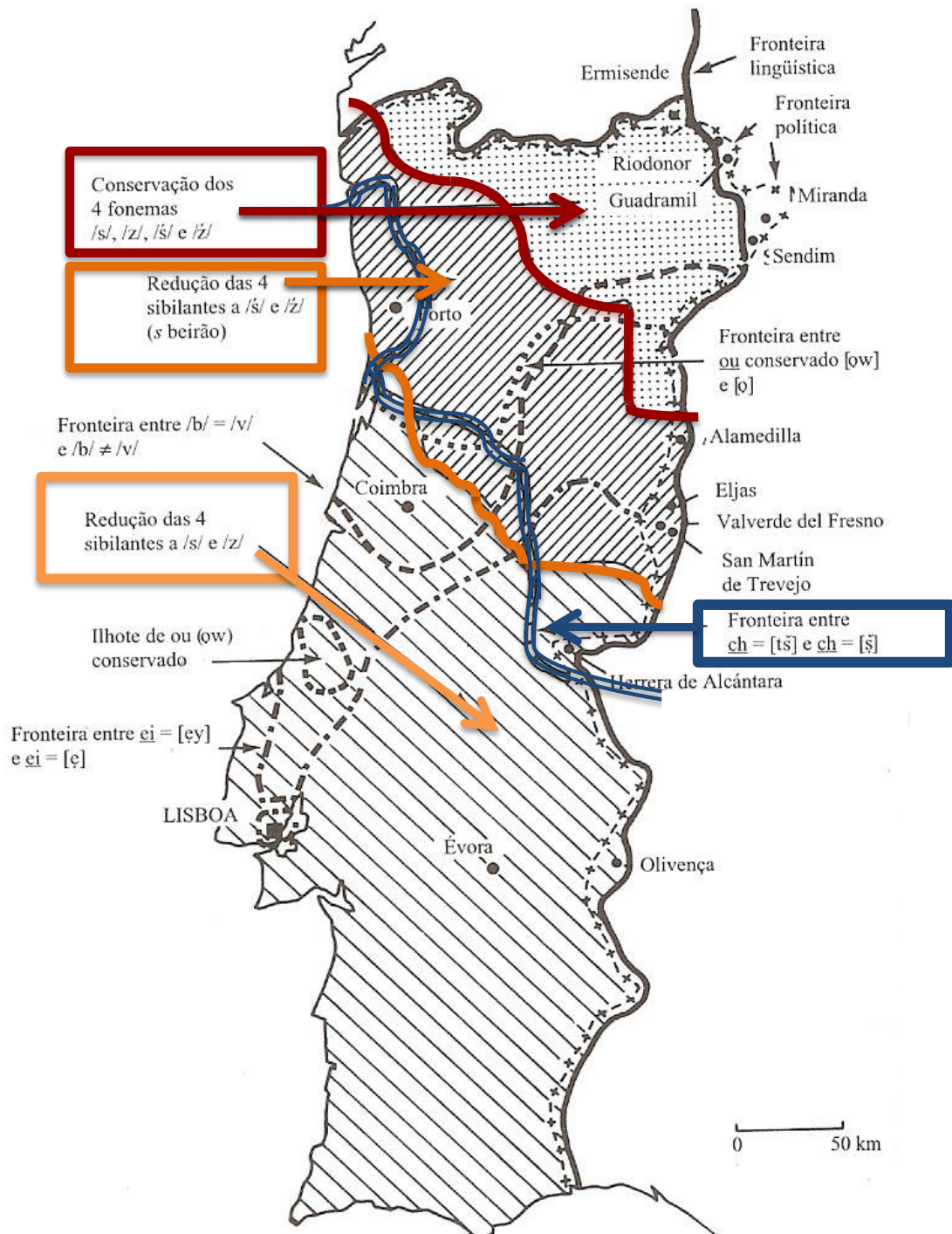
- Dialectos transmontanos e alto-minhotos
- Dialectos baixo-minhotos-durienses-beirões

Dialectos portugueses centro-meridionais

- Dialectos do centro litoral
- Dialectos do centro interior e do sul

— Limite de região subdialectal com características peculiares bem diferenciadas

3.3.3 O caso das sibilantes (ii)



1) Dialectos galegos: sibilantes, palatais e africadas

	<i>surdas</i>	<i>sonoras</i>
<i>anteriores</i>	/s/ passo: pa[s]o	
<i>(apicais)</i>	/s' / ~ /θ / rosa: ro[s']a caça: ca[θ]a fazer: fa[θ]er	
<i>posteriores</i>	/ʃ / enxada: en[ʃ]ada hoje: ho[ʃ]e	
	/tʃ / chuva: [tʃ]uva	

2) Dialectos portuguesas do norte: sibilantes, palatais e africadas

	<i>surdas</i>	<i>sonoras</i>
<i>anteriores</i>	/s/ passo: pa[s]o	/z/ rosa: ro[z]a,
<i>(apicais)</i>	/s' / caça: ca[s']a	/z' / casa: ca[z']a
<i>posteriores</i>	/ʃ / enxada: en[ʃ]ada	/ʒ / hoje: ho[ʒ]e
	/tʃ / chuva: [tʃ]uva	/dʒ / jóia: /dʒ/ oia

3) Dialectos portugueses do centro-sul: sibilantes e palatais

	<i>surdas</i>	<i>sonoras</i>
<i>anteriores</i>	/s/ passo: pa[s]o caça: ca[s]a	/z/ rosa: ro[z]a casa: ca[z]a
<i>posteriores</i>	/ʃ / enxada: en[ʃ]ada chuva: [ʃ]uva	/ʒ / hoje: ho[ʒ]e jóia: [ʒ]oia

4. A Construção da língua portuguesa frente ao espaço ibérico:

O processo de "elaboração" da língua, ii

Exame de textos

1532: Fernão de Oliveira. "Gramática da Linguagem Portuguesa"

1574: Magalhães de Gandavo. "Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingua portuguesa"

1576: Duarte Nunes. "Ortografia da Língua Portuguesa"

1602: Duarte Nunes . "Origem da Língua Portuguesa"

4.1 Pontos a Relembrar

Para Ivo Castro (Castro, 2004), a história da língua portuguesa se define pelos sucessivos ciclos de expansão que refletem “a história da ocupação do território, a formação do estado e os grandes movimentos da nação”:

“O primeiro movimento a considerar pode ser apresentado como uma transplantação inicial da língua, que parte de sua área inicial na Gália Magna para se derramar pelo resto do território europeu, onde se sobrepõe ao árabe que as populações reconquistadas falavam. O segundo movimento, igualmente para o sul, consiste em um salto para fora da Europa. Com as Descobertas, a língua instala-se em ilhas atlânticas desabitadas, nos litorais africano e asiático que ofereciam suporte às rotas marítimas, e ainda no litoral brasileiro.”(...)

“Estes dois movimentos sucessivos de crescimento da língua portuguesa permitem-nos reconhecer a presença e a acção de dois ciclos evolutivos, **separados por uma cesura no séc. XV**:

(a) o ciclo da Formação da Língua, que decorre entre os sécs. IX e XV na esteira da Reconquista do território dos árabes; os povos do norte transplantaram a sua língua para o sul, onde ela se transformou pelo contacto com a língua local **e ganhou, a partir do séc. XV, ascendente sobre os dialectos do norte, tornando-se base de uma norma culta de características meridionais, que seria vista como a língua nacional**;

(b) o segundo ciclo é o da Expansão da Língua: o período do séc. XV a inícios do séc. XVI é aquele em que a língua mais radicalmente se transfigura. Enquanto se reestruturava e consolidava dentro de portas, a língua portuguesa começa a expandir-se para fora da Europa, pelo que, a partir de então, é preciso distinguir entre português europeu e português extra-europeu”.

“O ciclo da Formação desenrola-se a partir da introdução de algumas mudanças muito extensas na língua falada no território inicial da Gália Magna, língua que, entre os sécs. V-VII, era ainda uma variedade de latim oral. Simplificando, diremos que duas consoantes muito frequentes iniciam um processo de apagamento quando se encontram em posição intervocálica, o que teve como consequência que todas as palavras que as possuíam mudaram drasticamente de aspecto sonoro.”(...)

“Estes dois fenómenos semelhantes produziram-se apenas na Gália Magna e afectaram o latim aí falado, que passou assim a distinguir-se tanto do latim falado no centro da Península, que daria origem ao castelhano e ao leonês, como do latim falado a sul, na Lusitânia. Essa diferença entre a língua da Gália Magna e as suas vizinhas mais chegadas talvez tenham sido o acto de nascimento da nossa língua, a que, por respeito pela área em que ocorreu, se pode chamar galego-português”. (Castro, 2004:84-85).

Ivo Castro:

O latim depositou no galego-português, em todo território, uma distinção entre as sibilantes provenientes do s latino, consoante que era apenas surda mas que, na evolução posterior do latim falado, se desdobrou numa correspondente sonora, igualmente grafada com s, mas que corresponde ao fonema /z/ quando se encontra em posição intervocálica. Este par, de /s/ surdo e /z/ sonoro, era articulado durante o português medieval como fricativo ápico-alveolar, possivelmente pouco palatalizado. Por outro lado, no português medieval havia um par de consoantes derivadas de vários sons latinos, mas principalmente do c, pronunciado /k/. Esta consoante, quando seguida de vogal palatal [e] ou [i], transformara-se numa africada palatal [tʃ], (...), a qual despalatalizou para uma africada predorso-dental [tʃ], por sua vez desdobrada numa correspondente sonora [dʒ]. No português medieval, este par [tʃ]/[dʒ], que correspondia às grafias c e z, com a variante ç para as surdas, sofreu um desfricamento (com perda do elemento oclusivo), e ficou-se no par de fricativas predorso-dentais /s/ e /z/, fonologicamente distintas das ápico-alveolares (...). Assim, era muito fácil distinguir pela pronúncia e pela escrita as palavras servo (criado) e coser (costurar) de cervo (veado) e cozer (cozinhar). Enquanto as primeiras tinham pronúncia apical, as sibilantes de cervo e cozer eram predorsais.

Paul Teyssier:

As consoantes: a palatalização — Entre as inovações fonéticas do latim imperial, algumas terão consequências importantíssimas. É o caso da palatalização.

Nos grupos escritos *ci*, *ce* e *gi*, *ge*, as consoantes *c* e *g* pronunciavam-se em latim clássico como as iniciais das palavras portuguesas *quilha*, *queda equizo*, *guerra*, ou seja, eram oclusivas velares. Mas em latim imperial o ponto de articulação destas consoantes aproximou-se do ponto de articulação das vogais *i* e *e* que se lhes seguem, isto é, da zona palatal, levando à pronúncia: [kyi], [kye] e [gyi], [gye]. Esta palatalização iniciou-se já na época imperial em quase toda a România e iria ocasionar modificações importantes: [kyi], [kye] passaram a [tši], [tše] e, finalmente, a [tsi], [tse]; ex.: *ciuitatem* > port. *cidade*, *centum* > port. *cento*, reduzido a *cem*. Para os grupos *gi*, *ge* o resultado da palatalização será inicialmente um *yod* puro e simples [y] que desaparece em posição intervocálica; ex.: *regina* > port. *rainha*, *frigi dum* > port. *frio*. Mas, em posição inicial, este *yod* passa a [dž]; ex.: *gente* (donde o *g* representa na Idade Média [dž]). O *yod* inicial saído de *gi*, *ge* confundiu-se, pois, com o que provinha diretamente do latim clássico e que, naturalmente, também deu [dž]; ex.: *iulium* > port. *julho*. Em galego-português medieval os grupos *gi*, *ge* e *ju* eram pronunciados em todas estas palavras [dži], [dže] e [džu].

Em várias outras palavras um *i* ou um *e* não tônicos, seguidos de uma vogal, eram pronunciados *yod* em latim imperial; ex.: *pretium*, *platea*, *hodie*, *video*, *facio*, *spongia*, *filium*, *seniorem*, *teneo*. Resultaram daí os grupos fonéticos [ty], [dy], [ly] e [ny] que se palatalizaram em [tsy] e [dsy], [lh] e [nh]. Para os grupos [ky], [gy], ex.: *facio*, *spongia*, a palatalização chega inicialmente a [tšy] e [džy], mas os resultados definitivos serão complexos, pois dependerão da posição na palavra e do caráter mais ou menos popular dessa palavra. Ter-se-á, por exemplo, *pretium* > port. *preço*, *pretiare* > port. *prezar*, *platea* > port. *praça*, *hodie* > port. *hoje*, *medium* > port. *meio*, *video* > port. *vejo*, *facio* > port. *faço*, *spongia* > port. *esponja*. Em galego-português medieval as letras *c*, *z* e *j* representavam, respectivamente, em todas estas palavras, as africadas [ts], [dz] e [dž]. Na origem destas transformações fonéticas há sempre, em latim imperial, uma palatalização.

Quando o *yod* proveniente de *i* e *e* em hiato vinha de pois de -ss-, esta consoante passou a [š] transcrito pela letra *x*; ex.: *nīssēum* > *roxo*.

Finalmente, quando *l* ou *n* eram seguidos de um *yod*, originário de *i* e *e* em hiato, estas consoantes passaram a [lh] e [nh] palatais ou “molhados”; ex.: *filium* > port. *filho*, *seniorem* > port. *senhor*, *teneo* > port. *tenho*.

Como podemos verificar, estes de palatalização, iniciados já na época em que tiveram conseqüências importantes no sistema fonológico da língua. Como resultado, o galego-português medieval apresentava seis fonemas novos:

/ts/;	ex.: <i>cidade</i> , <i>cem</i> , <i>preço</i> , <i>praça</i> , <i>faço</i> (hoje /s/);
/dz/;	ex.: <i>prezar</i> (hoje /z/);
/dž/;	ex.: <i>gente</i> , <i>hoje</i> , <i>vejo</i> , <i>esponja</i> (hoje /ž/)
/š/;	ex.: <i>roxo</i> (sem modificação em português moderno);
/lh/;	ex.: <i>filho</i> (sem modificação em português moderno);
/nh/;	ex.: <i>senhor</i> , <i>tenho</i> (sem modificação em português moderno).

Exemplos:

Latim

/-s-/

causa
rosa
pausare

/-k-/

acetu
medicina
luce > lu/z/e
radice > rai/z/e
voce > vo/z/e
pace > pa/z/e

/k-/_i > /ts/

ciuitatem > /ts/idade

/k-/ > /tj/ > /ts/

centu > [tj]ento > [ts]ento
cista > [tj]esta > [ts]esta

/-k-/ > /tj/ > /ts/ > /dz/ > /z/

facere > fa[tj]ere > fa[ts]er > fa[dz]er > fazer > fazer

/-kj-/ > /tj/ > /ts/ > /s/ <c>_e/i; <ç>

facie > fa[tj]e > fa[ts]e > fa/s/e > face
facio > fa[tj]o > fa[ts]o > fa/s/o > façõ

/ti/ > /ts/ > /s/ <ç>

fortia > for[ts]a > for/s/a > força
pretium > pre/ts/um > pre/s/o > preço
platea > pra/ts/a > pra/s/a > praça

/t/ > /tj/ > /ts/ > /dz/ > /z/ <z>

pretiare > pre/tj/ar > pre/ts/ar > pre/dz/ar > pre/z/ar > prezar

/-di-/ > /dz/ > /dž/ > /ž/ <j>

hodie > ho/dz/e > ho/dž/e > ho/ž/e > hoje
video > v(e)/dz/o > v(e)/dž/o > ve/ž/o > vejo
spongia > (e)spon/dz/a > (e)spon/dž/a > espon/ž/a > esponja

Português padrão, séc. XVI

> /z/ <s>
> cau/z/a > cousa
> ro/z/a > rosa
> pou/z/ar > pousar

> /z/ <z>
> a/z/edo > azedo
> me/z/inha > mezinha
> lu/z/ > luz
> rai/z/ > raiz
> vo/z/ > voz
> pa/z/ > paz

> /s/ <c>
> /s/idade > cidade

> /s/ <c>
> /s/ento > cento
> /s/esta > cesta

> /z/ <z>
> fazer > fazer

> /s/ <c>_e/i; <ç>
> fa/s/e > face
> fa/s/o > façõ

<ç>
> for/s/a > força
> pre/s/o > preço
> pra/s/a > praça

<z>
> pre/z/ar > prezar

<j>
> ho/ž/e > hoje
> ve/ž/o > vejo
> espon/ž/a > esponja

Grupos consonantais

Grupos iniciais pl-, cl-, e fi- > ch ([tʃ]) — Estes grupos iniciais sofreram, num primeiro momento, uma palatalização do *l*, fenómeno que se produziu numa vasta zona que compreendia o galego-português, o leonês e o castelhano, e ainda um pequeno território situado entre a Catalunha e Aragão. Em castelhano, a consoante inicial caiu posteriormente, tendo restado o *l* palatal, transcrito *ll*; ex.: *plaga* > cast. *llaga*, *clave* > cast. *llave*, *flamma* > cast. *llama*. O mesmo aconteceu na parte oriental do leonês. Tod em galego-português e em leonês ocidental a evolução foi mais profunda: a consoante inicial seguida de *l* palatal deu origem à africada [tʃ], que foi transcrita em galego-português por *ch*, donde, para os três mesmos exemplos, *chaga* ([tʃaga]), *chave* ([tʃave]) e *chama* ([tʃama]). (...)

	Latim	Galego-português	Castelhano
Pl-	<i>plenu-</i>	<i>chêo</i>	<i>lleno</i>
	<i>planu-</i>	<i>chão</i>	<i>llano</i>
	<i>plicare</i>	<i>chegar</i>	<i>llegar</i>
Cl-	<i>clamare</i>	<i>chamar</i>	<i>llamar</i>
Fl-	<i>flagrare</i>	<i>cheirar</i>	(não atestada)

Paul Teyssier (*sobre a evolução dos grupos consonantais em palatais - datada dos séculos VIII a XII*)

Esta evolução — e é o ponto mais importante — não se produziu na zona moçárabe⁴. O galego-português e o leonês ocidental isolam-se, por isso, não apenas dos vizinhos do Leste, mas também dos vizinhos do Sul. Esta evolução diz respeito às palavras que constituem o fundo mais popular da língua.

Ivo Castro (*sobre o sесеio - perda das apicais - datada "durante a idade média"*)

Foi nos dialectos do sul de Portugal que teve início uma transformação, durante a Idade Média, conhecida com o nome de sесеio. O sесеio consiste na confusão entre as sibilantes apicais e predorsais, seguida da transformação das apicais em predorsais, ou, dito de outra maneira, o desaparecimento das apicais, passando as palavras que continham sibilantes apicais a serem produzidas com consoantes predorso-dentais. **O sесеio generalizou-se no sul de Portugal e foi acolhido no Português padrão**". (Castro 2004:28-29)

cf. Fonética histórica & Ciclos do Português

cf. Textos Seleccionados - Sobre as sibilantes

4.2 O caso das nasais

(1) “Queda” de [n] intervocálico (precedida de assimilação regressiva do traço nasal?):

CORONA	> *CORÕNA	> CORÕA
SENO	> *SËNO	> SËO
VERANU	> *VERÃNO	> VERÃO
LANA	> *LÃNA	> LÃA
VINO	> *VÏNO	> VÏO

(2) Mudanças posteriores

(séculos XI a XII, segundo Teyssier)

(a) > perda do traço nasal

CORONA	> *CORÕNA	> CORÕA	> COROA
luna	> *lûna	> lûa	> lua
tenere	> *têner	> têer	> ter
arena	> *arêna	> arêa	> areia
generale	> *gêneral	> gêeral	> geral
moneta	> *mõneda	> mõeada	> moeda
bona	> *bõna	> bõa	> boa

> perda do traço nasal > epêntese de /i/ (terminação latina -eno/a)

SENO	> *SËNO	> *SËO	> SEO	> SEIO
vena	> *vêna	> vêa	> vea	> veia

(b) > conservação do traço nasal e...

> manutenção do encontro vocálico - ditongos (terminação latina -anu, -ane, -one):

VERANO	> *VERÃNO	> VERÃO
pane	> *pãnes	> pães
mansione	> *mansiões	> mansões

> fusão com a tônica anterior:

LANA	> *LÃNA	> LÃA	> LÃ
mattiana	> *maçãna	> maçãa	> maçã
lana	> *lãna	> lãa	> lã
sonu	> *sõno	> sõo	> som
donu	> *dõno	> dõo	> dom
unu	> *ũnu	> ãu	> um
jejunu	> *jejũnu	> jejũu	> jejum
bene	> *bêne	> bêe	> bem

> palatalização (terminação latina -ino/a):

VINO	> *VÏNO	> VÏO	> VINHO
farina	> *farĩna	> farĩa	> farinha
molinu	> *mo(l)ĩno	> moĩo	> moinho

4.2.1 Resumo "Cronológico" das mudanças selecionadas

cf. Coutinho, Mattos & Silva, Teyssier
cf. ficha - "ciclos do português"

	(<i>latim</i>)	Hipóteses de mudanças anteriores à documentação escrita	I Associadas ao período de documentação escrita inicial (séc. XIII)	II Associadas à documentação clássica (XVI)	grafias modernas
[n] intervocálico latino	LANA VERANU	> *l[ã]na > *ver[ã]no	> l[ã]a > ver[ã]o	> l[ã] > ver[ã]o	<i>lã</i> <i>verão</i>
[l] intervocálico latino	DOLORE		> do[_]or	> do[_]r	<i>dor</i>
Palatalizações de velares e dentais latinas					
[k]_i,e > *[tj] > [ʈ] > [s]	[k], CIVITATE CENTO	> *[tj], *[tj]dade, *[tj]ento	> [ʈ], [ʈ]idade [ʈ]ento	> [s], [s]idade [s]ento	<c>, <i>cidade</i> <i>cento</i>
[g]_i,e > *[dj] > [dʒ] > [ʒ]	[g], GENTEM	> *[dj], *[dj]ente	> [dʒ], [dʒ]ente	> [ʒ], [ʒ]ente	<g>, <i>gente</i>
[t]_i,e > *[tj] > [ʈ] > [s] *[dj] > [dʒ] > [ʒ]	[t], PRETIUM PRETIARE	> *[tj], *pre[tj]um > *[dj], *pre[dj]are	> [ʈ], pre[ʈ]o > [dʒ], pre[dʒ]ar	> [s], pre[s]o > [z], pre[z]ar	<ç>, <i>preço</i> <z>, <i>prezar</i>
[d]_i,e > *[dj] > [dʒ] > [ʒ]	[d], HODIE	> *[dj], *ho[dj]e	> [dʒ], ho[dʒ]e	> [ʒ], ho[ʒ]e	<j>, <i>hoje</i>
Palatalizações de sibilantes latinas:					
[s]_y > [ʒ] [s]_e > [j]	[s], BASYUM RUSSEUM		> [ʒ], bei[ʒ]o > [j], ro[j]o	> [ʒ], bei[ʒ]o > [j], ro[j]o	<j>, <i>beijo</i> <x>, <i>roxo</i>
Palatalizações de grupos consonantais latinos					
[p] > *[plj] > [ʃ] > [j] [k] > *[klj] > [ʃ] > [j] [f] > *[flj] > [ʃ] > [j]	[p], PLUVIA [k], CLAMARE [f], FLAMMA	> *[plj], *[plj]uvia > *[klj], *[klj]amare > *[flj], *[flj]amma	> [ʃ], [ʃ]uva [ʃ]amar [ʃ]ama	> [j], [j]uva [j]amar [j]ama	<ch>, <i>chuva</i> <i>chamar</i> <i>chama</i>
Rotacismo de grupos consonantais latinos					
[p] > [pr] > [pr] , [pl] [cl] > [cr] > [cr], [pl] [fl] > [fr] > [fr], [pl]	[p], PLACERE [k], CLAVU [f], FLACCU <i>mas</i> SIMPLICE CLEMENTIA FLOCCU		> [pr], [pr]azer > [cr], [cr]avo > [fr], [fr]aco <i>mas</i> > sim[pr]iz > [cr]emencia > [fr]oco	[pr]azer [cr]avo [fr]aco <i>mas</i> > sim[pl]is > [cl]emencia > [fl]oco	<pr>, <i>prazer</i> <cr>, <i>cravo</i> <fr>, <i>fraco</i> <pl>, <i>simples</i> <cl>, <i>clemência</i> <fl>, <i>floco</i>

"fora destes casos, o -n- se explica por reconstituição (menos < meos, feno <feo, pena <pea); por influência literária (diácono <diago, cônego <cooigo); por introdução culta (fortuna, ameno, sereno, ruína)"

(Coutinho, Ismael de Lima. *Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.)

cf. "A história das vogais nasais do português e a proposta do arquifonema nasal" (Paixão de Sousa, 2008 - Prova de concurso)

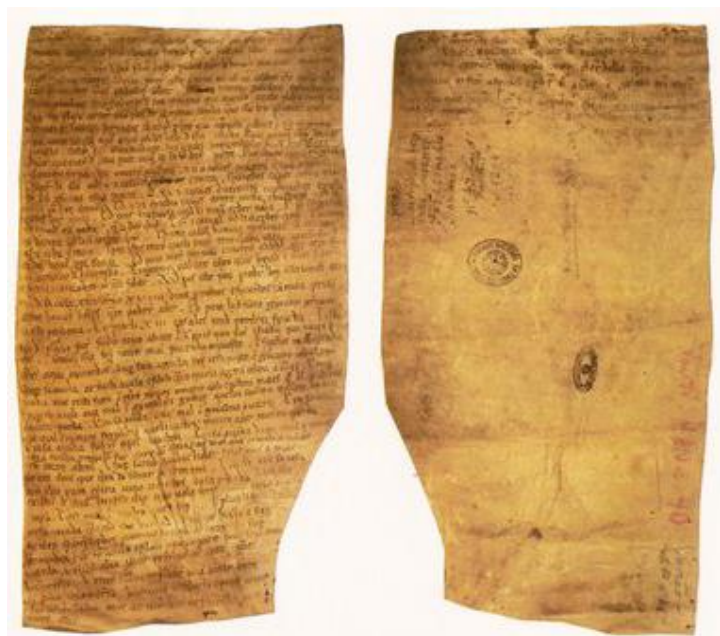
cf. "Língua Barroca: Sintaxe e História do Português nos 1600" (Paixão de Sousa 2004) - Capítulo III)

cf. *Textos Selecionados - Sobre os ditongos nasais*

4.3 A produção escrita primitiva do português (1200-1250) - Um exemplo

4.3.1 "Essa titubeante invenção do escrever português":

Exame inicial da Notícia de Torto



cf. *Notícia de Torto: Edição; Comentário linguístico*

Ivo Castro, (2004:22 e ss):

"... embora na chancelaria real portuguesa ainda continuasse durante mais meio século a ser observado o costume de escrever em latim os documentos formais, destinados a assumir carácter oficial e a perdurar no tempo (costume quebrado no caso do testamento de 1214, por razões que os historiadores um dia encontrarão), já era uso, no início do séc. XIII, escrever em português certos textos de carácter efêmero, tais como apontamentos, mensagens pessoais, rascunhos, minutas, que pela sua natureza muito poucas possibilidades tinham de sobreviver, ou de carácter informal, como a notícia, que mesmo quando sobrevive é difícil de situar cronologicamente. Em tais exercícios se adestraram os escribas da casa real para escrever em português. Aqui abre-se uma perspectiva aliciante, que não tenho possibilidade de explorar neste trabalho: a caracterização da "ortografia individual" de cada escriba talvez permita vislumbrar a proveniência do seu aprendizado e determinar se aprenderam a escrever romance em ambientes de influência castelhana ou leonesa. (...)

Um desses textos informais ou efêmeros, contudo, chegou até nós. A Notícia de Torto tem sido considerada pela maioria dos autores uma minuta portuguesa de documento que, em forma limpa e final (mundum), seria escrita em latim. Por acidente histórico não explicado, foi a minuta que sobreviveu e não o produto final, se esse chegou a existir".(...)

"... o escriba era mais um leitor que um profissional da escrita e não tinha, para todos os problemas, soluções gráficas adquiridas e enraizadas, ao contrário dos seus contemporâneos da chancelaria real. Deixava-se guiar pela análise que caso a caso ia fazendo do que ouvia, do que lhe era ditado. Daí grande parte do seu interesse para o linguista, porque a espontaneidade e a hesitação da sua mão deixam entrever factos da língua oral que um escriba habitual e formal teria filtrado e que se tornam, assim, naqueles momentos raros em que vemos 'falar' um documento antigo. O seu recurso às grafias de /d/, por exemplo, constitui um precioso testemunho de que este fonema ainda existia no português de inícios do séc. XIII"

"Esta caracterização não deveria surpreender: o escriba da Notícia de Torto não trabalhava para o rei de Portugal, nem para um comendador da ordem do Templo, mas para um fidalgo arruinado do Minho, Lourenço Fernandes da Cunha, que não possuía chancelaria, nem escriba decente ou profissional, mas apenas aquilo a que hoje chamamos uma 'mão inábil'. Essa titubeante invenção do escrever português, essa escrita não totalmente formada e adquirida, é fascinante em si mesma e, por contraste, põe em destaque quanto a prática dos copistas da corte era adquirida, longa e hábil".

4.4 "Das dicções velhas", "das dicções novas"...

Paul Teyssier:

Como todas as línguas românicas, o português possui um vocabulário complexo: às palavras que se mantiveram sempre vivas desde a época latina, e que constituem o "patrimônio hereditário" da língua, vieram juntar-se palavras eruditas, criadas, em todas as épocas, com base no latim e no grego (ex.: *internacional*, *automóvel* e *telefone* em português contemporâneo). Este processo de criação vocabular começou bem antes dos primeiros textos escritos em galego-português, ou seja, exatamente durante o período por nós estudado neste capítulo. As palavras eruditas ou semi-eruditas que ascendem àquela época distante pertencem ao vocabulário religioso. Podem ser detectadas pelo fato de não terem sofrido certas transformações fonéticas normais no vocabulário do "patrimônio hereditário". Assim, *cabidoo* ("capítulo" no sentido eclesiástico), hoje *cabido*, que aparece no testamento de Afonso II (1214), representa o latim *capitūlus*, em préstimo posterior à data em que todos os *i* latinos se pronunciavam [e] (pois que ele conserva este *í* latino), mas anterior à queda do *i* intervocálico (uma vez que perdeu este fonema). É à mesma camada de termos religiosos que pertence *bispo* (*episcōpus*), pela conservação do seu *i*, assim como *culpa* e *cruz* (lat. *cūlpa*, *crūcem*), pela permanência do seu *u*. Foi também a Igreja, não resta dúvida, que impôs, em data muito antiga, a terminologia cristã dos dias da semana: *domingo*, *segunda-feira*, *terça-feira*, *quarta-feira*, *quinta-feira*, *sexta-feira*, *sábado*.

Duarte Nunes de Lião:

Sendo pois a lingua Portuguesa na origem latina, & reformada muitas vezes, & ampliada de vocabulos latinos, de que careciamos, por a corrupção, que os Godos nella fizeraõ sem nenhum pejo, & com mais honra nossa nos devemos aproveitar della, como filhos, que dos bens paternos se ajudão mais sem afronta sua, o que naõ fariaõ dos estranhos.

Origem..., Capítulo XXV. De que língua tomarão os portugueses os vocábulos de que tiverem falta, ou lhe forem necessários pera ornamento do que falam e escrevem (pp. 138-144)

Fernão de Oliveira:

As dições velhas são as que foram usadas, mas agora são esquecidas, como Egas, Sancho, Dinis, nomes próprios, e ruão, que quis dizer cidadão, segundo que eu julguei em hum livro antigo, o qual foi trasladado em tempo do mui esforçado rei dom João da Boa Memorea, o premeiro deste nome em Portugal. Por seu mandado foi o livro que digo escrito e está no moesteiro de Pera Longa e chama-se Estorea Geral, no qual achei esta com outras anteguidades de falar. Mas destas e doutras que por lugares mais particulares achamos cada dia quanto nos havemos d'aproveitar ou servir e como logo o diremos.

Pois em tempo del-rei dom Afonso Anriquez capa-pelle era nome de **hua** certa vestidura. E não somente de tanto tempo, mas também, antes de nós hum pouco, nossos pais tinham alghuãs palavras que já não são agora ouvidas, como *compengar*, que queria dizer comer o pão com a outra vianda, e *nemichalda*, o qual tanto valia como agora *nemigalha*, segundo se declarou poucos dias ha **hua** velha que por isto foi preguntada, dizendo ella esta palavra. E era a velha a este tempo quando isto disse, de cento e dezasseis annos de sua idade. Estas, diz Cicero no terceiro livro a seu irmão Quinto, as velhas, digo, nos diz elle que guardam muito a anteguidade das linguas porque falam com menos gente. *A carão*, que quer dizer junto ou a par, e *samicas*, que significa porventura, **e outras piores vozes ainda agora as ouvimos e zombamos dellas**. Mas não é muito de maravilhar, diz Marco Varrão, que as vozes envelheçam e as velhas alghua hora pareçam mal, porque também envelhecem os homens cujas vozes ellas são. E isto é verdade que a fremosa menenice despois de velha não é para ver. E assi como os olhos se ofendem vendo as figuras que a elles não contentam, assi **as orelhas não consintem a musica e vozes fora de seu tempo e costume**. E mui poucas são as cousas que duram por todas ou muitas idades em hum estado, quanto mais as falas que sempre se conformam com os conceitos ou entenderes, juizos e tratos dos homens.

Gramatica..., Capítulo XXXVI. (Das dicções velhas)

cf. *Textos Selecionados - "Elaboração" da língua*

4.4.1 Exemplos de Contribuições do Latim Medieval

correspondere, discursus, effectivus, effectuare, identitas, , modernus, realis, repausare; essentia, felicitare, impertinens, necessitare, substantia, substantialis, ...

4.4.2 Exemplos de Formas Divergentes (alotrópicas)

fundo primitivo	forma erudita
cadeira	cátedra
caldo	cálido
catar	captar
chão	plano
cheio	pleno
coalho	coágulo
delgado	delicado
eira	área
inchar	inflar
lôgro	lucro
mágoa	mácula
olho	óculo
orelha	aurícula
regra	régua

4.4.3 Exemplos de Formas Refeitas

forma arcaica	forma relatinizada
africom	aflição
auga	água
cantidade	quantidade
chor	frol > flor
coa	cauda
consiirar	considerar
diago	diácono
dino	digno
eemigo	inimigo
eivigar	edificar
esmar	estimar
feo	feno
fiiz	feliz
fremoso	formoso
inhorar	ignorar
ordiar	ordenar
pea	pena
preguntar	perguntar
sãar	sanar
seenço	silêncio
segre	século
vea	vela
zeo	zelo

Teodoro Maurer Jr.:

"[A] notável semelhança das línguas românicas do Ocidente - desde Portugal até a Itália - não se deve apenas à sua origem comum no latim vulgar do Império Romano, como tantas vezes se parece acreditar, mas é o resultado de uma unidade contínua de contacto ininterrupto entre todas as línguas da família, de modo que muitas inovações posteriores à destruição do Império pela invasão dos bárbaros se disseminaram por toda a România Ocidental, enriquecendo o seu léxico e alterando a cultura e, às vezes, a própria morfologia das línguas que a constituem". Maurer Jr, Teodoro. *A Unidade da România Ocidental*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1952.